UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANACLARA VOLPI ANTONINI

Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANACLARA VOLPI ANTONINI

Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Urbana

Orientadora: Profª. Drª. Simone Scifoni

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Al

Antonini, Anaclara Volpi
Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva / Anaclara Volpi Antonini ; orientadora Simone Scifoni. - São Paulo, 2017.
136 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. lugar. 2. lugar de memória. 3. ditadura militar. 4. produção do espaço . 5. Santo Dias da Silva. I. Scifoni, Simone, orient. II. Título.

Nome: ANTONINI, Anaclara Volpi

Título: Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Aos que lutam e aos simples.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho está escrito na primeira pessoa do plural. Nós. Analisamos, buscamos, acreditamos, fizemos. Essa escolha não é casual nem sem fundamento. Por mais que a pesquisa na pós-graduação seja muito solitária e tenha partido de um projeto individual, cada palavra e cada construção de uma ideia foi fruto de momentos e conversas com os colegas de diferentes grupos e coletivos, os amigos que me provocaram em diferentes contextos, os debates realizados nos eventos que participei, os cafés e jantares compartilhados, as reuniões e papos com professoras e professores, as aulas cursadas, os colóquios, as audiências públicas, as madrugadas, enfim... uma infinidade de momentos que se condensam neste conjunto de páginas e reflexões. É por isso que não poderia escrever nada no singular. Esta pesquisa tem uma motivação pessoal, sim, mas só foi possível chegar até aqui a partir de toda esta composição coletiva.

Para além do tema escolhido, o mestrado é feito de muitos "tempos difíceis". Momentos de crise em relação ao projeto, aos caminhos que devem ser traçados na pesquisa, muitas escolhas. Cada uma das pessoas aqui nomeadas foi muito importante para a transformação dessas crises em aprendizado e alegria.

Em primeiro lugar, de onde saímos e pra onde voltamos a todo momento. Mama, Babo, o apoio que sempre me deram nesta e nas outras escolhas da vida me dá forças para continuar e saber que pelo menos alguém acredita em mim. Lelê, em caminhos compartilhados e ao mesmo tempo tão diferentes, nos cruzamos justo nos "direitos humanos", né? Tia Beth, reflexiva, sensível e atenciosa, sempre me animou e questionou nos momentos difíceis da pesquisa, a famiglia, Cris, Tio Tavinho, Tia Eliana, Mí, Camila, a Balaiada toda.

Fê, grande companheira de estudos, cursos e sambas. Mesmo estudando temas diferentes, contribuiu muito para esta dissertação. Nos momentos de crise e de buscar novos caminhos, abriu meus horizontes, e nas viagens, também comuns, me trouxe de volta para o chão. Quantos guardanapos e papéis espalhados não acabaram entrando nesse texto. Juninho e Xavito, companheiros de bibliotecas, cafés, jantares e jukebox. Danilo, nossos caminhos se cruzaram desde que começamos a estudar o patrimônio cultural, também me colocou perguntas que ajudaram encontrar saídas para a pesquisa nos tempos difíceis. Júlia, nosso grupo/dupla de estudos eventual, no compartilhar do tema de estudo e muitas tensões, fomos traçando nossas pesquisas e ajudando uma à outra. Olhares e matrizes diferentes, mas que compuseram boas ideias. Elisa, que me animou a investir também na empreitada de Buenos Aires. As queridas e queridos da geo Leinha, Marcela, Marte, Carol, Paulão e Teresa,

Renatinha, Maíra, Paulinha, Baldraia, Karen, Daniel, Guará, Glayce, Claudio, Lokinho, Gu, Tico, Pri, Ana Maria, Lia, Luni, Marizinha, Cubano, Guto, Bonito, Chico, Julio e Domdom Thi companheiro de xarope e risadas em Cuba. E a única das geógrafas que trabalha realmente com os mapas, Isis, muito obrigada por toda a ajuda.

Simone, minha orientadora, professora, obrigada por confiar na potência da pesquisa, me encorajar e desafiar. Obrigada pelos caminhos que me apresentou e pela liberdade para me perder e me encontrar por eles. Obrigada também por me apresentar a Repep, coletivo com o qual me envolvi com muito afinco e que despertou para os diferentes temas relacionados à memória, me colocou em contato com pessoas muito especiais e me faz aprender muito. Aos amigos que fiz lá, também vai um agradecimento especial.

Ecléa, Fani e Napolitano nem imaginam, mas nas matérias que ofereceram abriram mundos que me acompanharam durante toda a pesquisa. E Bel, com seu carinho e cuidado nas relações, misturados a um olhar crítico fundamental, mostrou que é possível (e necessário) endurecer pero sin perder la ternura. Uma delícia compartilhar esse caminho com você também. Cristina Freire e Janaína Teles, que discutiram minha qualificação com a atenção que eu precisava e me ajudaram a encontrar os rumos seguintes da pesquisa. Os colegas da Universidad de Buenos Aires, Cora Escolar, Juan Besse, Luciana Messina e Silvina Fabri, que me abriram outros mundos e com suas perguntas me provocaram a sair da zona de conforto, se é que ela algum dia existiu.

Não podia deixar de mencionar os amigos que fiz nesses tempos de Argentina e que continuam nos projetos de encontros, Tula, Lauti, Aninha, Ema e o pequeno Benjamin, “meu amigo Mario”, Silvina, Pepe, Berni, Anabella, Juan e toda a família. E dos outros tempos, Cris, Sole, Laurita, Renato, Tef, Luz e Paula.

Um agradecimento especial aos companheiros e companheiras encontrados no próprio movimento da pesquisa, cujos caminhos continuarão se cruzando pela vida. Raimundo, Vanda, Maria José e toda a família, p. Luís, Lúcia, Luciana, Ana, Cecília, Edni, Efigênio, Eduardo, Vicente, p. Jaime, p. Miguel, todos os que compõem o Comitê Santo Dias e os envolvidos nas homenagens a ele, que me apresentaram um universo rico, inesperado e motivador. Os funcionários do CEDEM da UNESP, que cuidam com carinho do acervo do Comitê e me ajudaram a vasculhar tudo que foi possível. Carla e Clara da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC, ousadas e guerreiras neste movimento fundamental a partir do poder público. Dyego, pela parceria que extrapolou os trabalhos conjuntos que começaram na Comissão da Verdade da FESPSP. Deborah, que de bibliografia foi se tornando colega de pesquisa. Ana Brito, que me trouxe também contribuições

fundamentais, Maurice Politi, cujos encontros desde o TGI me ajudaram a compor a pesquisa e, na figura deles, agradeço também todo o trabalho feito pelo Núcleo de Preservação da Memória Política.

Nano, na difícil missão de cruzar as fronteiras dos territórios e da vida, grande acompanhador, me ajuda a deixar mais leve e gostosa a caminhada com os aprendizados, carinhos e sonhos cotidianos.

Por fim, agradeço à FAPESP (Processo n° 2013/21898-5), pelo apoio financeiro fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa,
mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu.
Ecléa Bosi

RESUMO

ANTONINI, Anaclara Volpi. **Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva.** 2016. 133f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objetivo desta pesquisa é analisar o sentido dos lugares de memória relacionados à repressão e à resistência à ditadura militar em São Paulo e das mobilizações pela sua identificação, preservação e/ou memorialização em um contexto marcado por intensas transformações do espaço e, ao mesmo tempo, políticas públicas deficientes de preservação e afirmação das memórias relacionadas às violações ocorridas no período. Articulamos a noção de Pierre Nora às contribuições da categoria geográfica de lugar para entendê-los como pontos que condensam contraditoriamente tanto as memórias das violações e da repressão, quanto as ligadas à luta e resistência à ditadura, configurando-se como marcos de referência deste passado recente hoje em risco na metrópole. Diante disso, mapeamos os lugares inventariados pelo Memorial da Resistência de São Paulo na região metropolitana e analisamos intervenções e experiências que, mesmo pontuais, contrariam estes processos de apagamento por meio de iniciativas de memorialização nestes lugares. As homenagens anuais ao operário Santo Dias da Silva no local onde ele foi assassinado, por sua vez, permitiram aprofundar o debate sobre o problema de investigação tratando as experiências atreladas à sua memória como elos para pensar as iniciativas de memorialização tanto a partir da teoria da produção do espaço como de lugar e lugar de memória.

Palavras-chave: lugar; lugar de memória; ditadura militar; produção do espaço; políticas de memória; Santo Dias da Silva

ABSTRACT

ANTONINI, Anaclara Volpi. **Military dictatorship memory places in São Paulo and tributes to the worker Santo Dias da Silva.** 2016. 133f. Dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The aim of this research is to analyze the purpose of memory places related to repression and resistance to military dictatorship in São Paulo and the mobilizations to identify, preserve, and/or memorialize in a context marked by intense space transformations and at the same time, deficient public preservation and affirmation politics about memory related to violations happened at that time. We articulated Pierre Nora´s concept with contributions of the geographic category of *place* to understand this points that contradictorily condense, not only the memory of violations and repression, but also the ones related to resistance to dictatorship, being formed as reference frames of this recent past, at risk in the metropolis. We mapped the places listed by "Memorial da Resistência de São Paulo" in the metropolitan area of this city and analyzed the interventions and experiences that oppose to this abolition process through memorialization initiatives at this places. The each year´s tributes to the worker Santo Dias da Silva in the place where he was assassinated allows us to go deeper in the debate about the topic researched, treating the experiences harnessed to his memory as links to think about memorialization initiatives from production of urban space theory and also as place, and memory place.

Key words: place; memory place; military dictatorship; production of urban; memory politics; Santo Dias da Silva

RESUMEN

ANTONINI, Anaclara Volpi. **Lugares de memoria de la dictadura militar en São Paulo y los homenajes al obrero Santo Dias da Silva.** 2016. 133f. Tesis (Maestría) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

El objetivo de esta investigación es analizar el sentido de los lugares de memoria relacionados a la represión y a la resistencia a la dictadura militar en São Paulo y de las movilizaciones por su identificación, preservación y/o memorialización en un contexto marcado por intensas transformaciones del espacio y, al mismo tiempo, políticas públicas deficientes de preservación y afirmación de las memorias relacionadas a las violaciones ocurridas en el período. Articulamos la noción de Pierre Nora a las contribuciones de la categoría geográfica de lugar para entenderlos como puntos que condensan contradictoriamente tanto las memorias de las violaciones y de la represión, como las relacionadas a la lucha y resistencia a la dictadura, configurándose como marcos de referencia de este pasado reciente hoy en riesgo en la metrópolis. Frente a esto, mapeamos los lugares inventariados por el Memorial de la Resistencia de São Paulo en la región metropolitana y analizamos intervenciones y experiencias que, aunque puntuales, contrarían estos procesos de borramiento por intermedio de iniciativas de memorialización en estos lugares. Los homenajes anuales al obrero Santo Dias da Silva en el lugar donde fue asesinado, permitieron profundizar el debate sobre el problema de investigación tratando las experiencias ligadas a su memoria como vínculos para pensar las iniciativas de memorialización tanto desde la teoría de la producción del espacio como de lugar y lugar de memoria.

Palabras clave: lugar; lugar de memoria; dictadura militar; producción del espacio; políticas de memoria; Santo Dias da Silva

LISTAS

Lista de Mapas

Mapa 1: Lugares de memória da ditadura militar – RMSP 56

Lista de Quadros

Quadro 1: Políticas públicas de memória no Brasil..... 45

Quadro 2: Lugares de memória da ditadura militar – RMSP: Sub-categorias por Repressão e Resistência..... 59

Quadro 3: Iniciativas de memorialização relacionadas à ditadura militar - RMSP..... 62

Quadro 4: Lugares e homenagens a Santo Dias da Silva – RMSP..... 90

Quadro 5: Lugares de memória da ditadura militar – RMSP, 1964-1985..... 115

Lista de Imagens

Imagem 01: Cortejo fúnebre de Santo Dias na Praça da Sé em 30.10.1979. 84

Imagem 02: Capa de folheto feito pelo Comitê Santo Dias para o julgamento do PM Herculano Leonel, marcado para o dia 07.04.1982. 86

Imagem 03: Amigos, integrantes do Comitê Santo Dias, representantes de comunidades e movimentos acompanham o julgamento na frente da Auditoria Militar, 1984..... 86

Imagens 04 e 05: Ato realizado na Praça da Sé em 1980, no primeiro aniversário de morte de Santo Dias. 89

Imagem 06: Inscrição "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela Polícia Militar", realizada durante ato no dia 30.10.2015. 92

Imagem 07: Inscrições no asfalto em homenagem a Santo Dias da Silva, antes do ato realizado no dia 30.10.2015. Destaque para o edifício do lado esquerdo da foto, onde antes estava situada a fábrica Sylvania. 94

Imagem 08: Um dos primeiros registros do ato em frente à fábrica Sylvania em 1980, ano seguinte ao assassinato de Santo Dias. 95

Imagem 09: 30.10.1989 - Aniversário de 10 anos em frente à fábrica Sylvania, pintura do asfalto. Ao fundo, destaque para os trabalhadores da fábrica observando o ato. **96**

Imagens 10 e 11: 30.10.2009 - Aniversário de 30 anos em frente à fábrica Sylvania, destaque para os (re)encontros que se realizam durante o ato. **96**

Imagem 12: Passeata em direção ao Cemitério Campo Grande, 30.10.1999. ..... **98**

Imagem 13: Celebração no túmulo de Santo Dias, 30.10.1989. ..... **98**

Imagem 14: Localização da Fábrica Sylvania no bairro de Campo Grande. **100**

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano – Região Metropolitana de São Paulo
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos
CEV "Rubens Paiva"	Comissão Estadual da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva"
CIE	Centro de Informações do Exército
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DMV	Direito à Memória e à Verdade
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operação de Defesa Interna
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DPH	Departamento de Patrimônio Histórico
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GT	Grupo de Trabalho
IPHAN	Instituto Nacional do Patrimônio Histórico
MRSP	Memorial da Resistência de São Paulo
OAB/SP	Ordem dos Advogados do Brasil / Seção São Paulo
OSM/SP	Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo

PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PO	Pastoral Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução **17**

Capítulo 1: O lugar de memória na metrópole **21**

1.1. Lugar de memória: em busca de uma conceituação 21

1.2. Urbanização e transformações espaciais 25

Produção e reprodução do espaço: a constituição da velocidade como conteúdo das transformações do espaço 25

Tempo efêmero e espaço amnésico na metrópole de São Paulo 28

1.3. Cidade e memória: práticas sócioespaciais, entre estranhamento e enraizamento 31

Capítulo 2: A Construção do direito à memória no Brasil e a ditadura militar **36**

2.1. Políticas públicas e memória da ditadura militar 38

Políticas públicas: entre memória, verdade e reparação 39

Empreendedores da memória 47

2.2. Por um mapa dos lugares de memória relacionados à ditadura militar 49

A construção do objeto 49

Um mapa possível da metrópole de São Paulo 54

2.3. Iniciativas de memorialização: intervenções urbanas para a memória 62

Sobre memorialização e lugares de memória 73

Capítulo 3: Santo Dias da Silva: homenagens a um operário **78**

3.1. A memória pela qual se luta 79

3.2. "Companheiro Santo, você está presente" 86

Comitê Santo Dias da Silva 86

Percurso em ato 92

A Fábrica Sylvania e as transformações do espaço 99

3.3. Um *resíduo* na metrópole 101

Considerações Finais **105**

Referências Bibliográficas **107**

Anexo **115**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado busca pensar o sentido dos lugares de memória relacionados à repressão e à resistência à ditadura militar em São Paulo e das mobilizações pela sua identificação, preservação e/ou memorialização em um contexto como o da metrópole paulista, marcado por intensas transformações do espaço urbano e por um movimento de destruição ou apagamento de diferentes memórias. Partimos de um levantamento e identificação de lugares de memória da ditadura em São Paulo para refletir sobre algumas das iniciativas de memorialização neles empreendidas e, em detalhe, aprofundar esta discussão com base nas homenagens ao trabalhador assassinado Santo Dias da Silva.

Resgatando o movimento da pesquisa desde seu início, partimos inicialmente de uma proposta de espacializar os lugares de repressão e de resistência à ditadura militar na região metropolitana de São Paulo e identificar as iniciativas de memorialização existentes. Neste primeiro momento, foi feito um grande esforço de sistematização conceitual sobre os lugares de memória, enfocando os lugares relacionados à ditadura militar na metrópole de São Paulo.

Retomamos as origens da noção de lugares de memória de Pierre Nora (1993) para chegar até seu uso atual no campo dos direitos humanos e especificamente da violência de Estado nas ditaduras latino-americanas. Buscamos reunir subsídios teóricos que contribuíssem para a compreensão dos processos que "ameaçam" atualmente os lugares que são suportes físicos das memórias da ditadura militar em São Paulo, analisando tanto o processo produção e reprodução do espaço quanto as políticas de memória associadas a este tema empreendidas até o momento.

Paralelamente, sistematizamos os lugares identificados tanto nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva", publicados em dezembro de 2014 e março de 2015, quanto no Programa Lugares da Memória do Memorial da Resistência de São Paulo e estabelecemos uma cartografia e categorização destes lugares na Região Metropolitana de São Paulo. Aliada a esta pesquisa, identificamos iniciativas de memorialização em São Paulo, escolhendo algumas delas para análise mais detalhada sobre as ações travadas por movimentos e organizações envolvidos em experiências que buscam dar visibilidade e uso público a lugares que registram memórias sobre a ditadura militar, mostrando as lutas para o reconhecimento dos abusos e violações promovidos pelo Estado durante o período e para sua permanência como marcas no espaço urbano.

O tema dos lugares de memória associados a processos autoritários e violações de direitos é relativamente recente no Brasil, tanto no âmbito da produção acadêmica quanto no próprio movimento de identificação, preservação e construção destes lugares e sistematização dos dados.

Por um lado, o processo de identificação de lugares associados às graves violências cometidas durante o período vem sendo encampado majoritariamente por ex-presos e perseguidos políticos e por familiares de mortos e desaparecidos políticos de maneira independente ou reunidos em comitês e comissões que buscam esclarecer as circunstâncias e violações promovidas pelo Estado. Apenas nos últimos anos foram levadas a cabo ações por parte do poder público no sentido de inventariar, investigar e recuperar estes espaços, tratando-se de um processo ainda pouco consolidado e que envolve muitas disputas.

No plano acadêmico, por outro lado, o tema envolve diferentes áreas do conhecimento, contando com debates realizados no campo da História, das Ciências Sociais, do Direito e da Psicologia Social, entre outros, mas ainda há poucas publicações no país – e principalmente dentro da ciência geográfica – que exploram analiticamente a questão específica dos lugares de memória relacionados à ditadura militar. Foi necessário, portanto, um esforço no sentido de identificar, analisar e problematizar as diferentes ações em andamento, além de um empenho de sistematização e aprofundamento bibliográfico tanto em outras áreas de estudo quanto em outros países que são referências para o tratamento do tema, como a Argentina.

A partir do movimento da pesquisa e da incorporação de novos debates à investigação, chegamos a uma redefinição do problema, uma nova articulação entre os lugares e processos de memorialização em São Paulo e à reconstrução do objeto a partir da escolha de uma das iniciativas de memorialização investigadas, a homenagem anual ao operário e militante assassinado em 1979, Santo Dias da Silva, em frente à antiga fábrica Sylvania e no Cemitério de Campo Grande, na Zona Sul de São Paulo, ato em que se desencadeiam processos inter-relacionados de sinalização, rememoração, reunião política e religiosa, ao mesmo tempo em que se torna marcante a transformação do lugar onde se realiza o ato.

Como desdobramento deste movimento da pesquisa, ligado ao processo investigativo e fruto do mesmo, definimos sua estrutura e apresentação a partir de uma série de escolhas vinculadas, por sua vez, ao processo de escrita especificamente e tendo como horizonte a hipótese de que os lugares de memória relacionados à ditadura militar estão ameaçados tanto pelo processo de transformação do espaço vinculado à reprodução do espaço na metrópole de São Paulo quanto pela maneira como as memórias relacionadas à violência de Estado durante

a ditadura militar são tratadas atualmente no Brasil. E, além disso, de que os lugares de memória relacionados à ditadura militar e as experiências de memorialização dos mesmos em São Paulo representam um *resíduo* no contexto apontado.

Chegamos, portanto, à organização da dissertação em três partes. O primeiro capítulo se propõe a debater os lugares de memória relacionados à ditadura militar no contexto das transformações do espaço em São Paulo. Apropriando-nos de Nora e dos aportes da Geografia, chegamos à elaboração dos referidos lugares como suportes significativos para determinadas memórias e, ao mesmo tempo, em risco diante da rapidez da transformação espacial nesta metrópole, buscando neste primeiro momento os processos que contribuem para esta compreensão.

Partimos da discussão sobre a reprodução do espaço para compreender os fundamentos da profunda e rápida transformação da paisagem na metrópole de São Paulo do ponto de vista da reprodução capitalista, processo que, a nosso ver, atinge os suportes de memória de diferentes grupos, entre eles os que sofreram perseguição durante a ditadura militar. Por outro lado, ao tratar dos movimentos de recuperação e memorialização destes lugares, enfatizamos os profundos vínculos que determinados grupos estabelecem com o espaço e a maneira como se apropriam da cidade em transformação por meio de novos usos.

Não é apenas o processo de reprodução do espaço como mercadoria que interfere na manutenção dos referenciais de memória relacionados à ditadura militar no Brasil, por isso, abordamos no segundo capítulo a forma como o Estado vem tratando o tema das graves violações aos direitos humanos ocorridas no período. Sistematizamos e cartografamos as informações sobre os lugares identificados pelo levantamento do Memorial da Resistência de São Paulo, com o intuito de verificar quais lugares e narrativas são escolhidos como representativos das memórias sobre o período. Além disso, indagamos a maneira como os lugares relacionados a elas são incorporados nas políticas públicas e como atuam os movimentos da sociedade civil pela sua preservação, recuperação ou sinalização.

Por fim, o terceiro capítulo enfoca um fragmento que nos permite explorar de maneira mais aprofundada o problema de investigação tratando as experiências atreladas à memória do operário Santo Dias da Silva como elos para pensar as iniciativas de memorialização tanto a partir da teoria da produção do espaço como de lugar e lugar de memória.

Neste movimento, os lugares de memória relacionados à ditadura militar (e as homenagens a Santo Dias) são tratados como objetos que contribuem para o debate sobre a memória na metrópole de São Paulo, especificamente a memória relacionada a um período e acontecimentos marcados pela violência e pela violação de direitos, constitutivos da nossa

história nacional. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre o processo de recuperação ou sinalização desses lugares a partir das bases da Geografia e do modo como se estabelece a relação entre cidade e memória contribui para aprofundar o olhar sobre a importância dos lugares como estratégia de resistência dos grupos sociais para afirmar a memória de processos de opressão que são constantemente apagados no tempo e no espaço.

A convicção da importância de estudar os lugares de memória ligados à ditadura militar se colocou como impulso e motivação desta pesquisa, guiando o trabalho e as suas mudanças desde o projeto inicial e entendendo o compromisso político que este tema exige já que dificilmente pode ser feito de maneira isenta. Elizabeth Jelin discute a persistência de um "passado que não quer passar" ao escrever "Os trabalhos da memória" no início dos anos 2000, que trata dos processos pós-ditatoriais no Cone Sul. Muito já foi feito desde a publicação deste livro, mas no Brasil, atualmente, se mostra ainda mais forte a afirmação. Se, de um lado, deputados federais se sentem à vontade para homenagear conhecidos torturadores em rede nacional, de outro, se renova a demanda social pelo esclarecimento das graves violações e o questionamento à própria qualidade da democracia atual. Os conflitos que envolvem uma pesquisa diretamente ligada ao tempo presente articulam o trabalho acadêmico a esta demanda.

CAPÍTULO 1: O LUGAR DE MEMÓRIA NA METRÓPOLE

"As lembranças se apoiam nas pedras da cidade."

Ecléa Bosi (2003)

1.1. Lugar de memória: em busca de uma conceituação

O historiador Pierre Nora é a grande referência para pensar os *lugares de memória* e é a partir dele que é concebida esta noção na obra "*Les lieux de mémoire*", constituída por três volumes em que diversos autores franceses os analisam a partir de três eixos, a República (publicado em 1984), a Nação (publicado em 1986) e a França (publicado em 1993). No contexto da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, a obra busca retomar o sentido da construção do nacional no país e os lugares que condensavam a memória e a identidade nacional francesas.

No texto introdutório da extensa obra, publicado em 1984, Nora parte do rompimento entre memória e história para situar a necessidade de instaurar *lugares de memória*. Para ele, o interesse por lugares "onde a memória se cristaliza" (NORA, 1993, p. 7) se origina num contexto de aceleração da história associado ao processo de mundialização, caracterizado pela forte ruptura com o passado e pela efemeridade imposta pelas contínuas mudanças vividas pela sociedade e, em especial, pela sociedade francesa naquele período.

Trata-se de um momento de passagem da memória vivida como ato e sentido pelas chamadas "sociedades-memória", que identificavam o que deveria ser retido do passado para a preparação do futuro, para uma sociedade permeada por transformações constantes. Diante disso, Nora entende memória e história como opostos, a primeira representando o passado vivido coletivamente e enraizado no concreto e a última, um processo teórico e racional de reconstrução e representação do que já não existe mais[1]. Para o autor, a quebra de uma suposta transmissão espontânea da memória como parte da existência humana é o que fundamenta a necessidade de selecionar lugares e preservar vestígios do passado posto que "se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares"

[1] A relação complexa entre memória e história é objeto de intenso debate entre os historiadores, inclusive com perspectivas que contrariam o caminho teórico de Pierre Nora.

(NORA, op. cit., p. 8). Dessa maneira, o momento dos lugares de memória é fruto de um processo histórico de perda de uma tradição vivida de memória.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis (NORA, 1993, p. 13).

Os lugares de memória são, para Nora, *restos*, ou seja, marcos testemunhos de outra era que se cristalizam em museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários e associações, entre outros (NORA, *op. cit.*, p. 13). Em um processo que diz ser quase lúdico, o autor afirma que "a gama de objetos possíveis é, de fato, infinita. Tudo reside na coerência da composição" [2] (NORA, 1998, p. 20 – tradução livre), ressaltando de início, porém, a importância da coexistência de três aspectos - o material, o simbólico e o funcional - que se compõem simultaneamente. Em síntese, são elementos simbólicos de uma sociedade anteriormente "ritualizada" mantidos por meio do artifício e da vontade no mundo contemporâneo, caracterizado por uma sociedade "arrancada de sua memória pela amplitude de suas mudanças" (NORA, 1993, p. 21).

Apontando o risco do esquecimento e da perda desta memória antes compartilhada, Nora propõe a seleção e o registro dos chamados *lugares de memória*. Nesta busca dos elementos que condensariam o sentido da identidade nacional francesa, o autor afirma a necessidade de identificar amostras consideradas significativas e que estariam ameaçadas diante do mundo em transformação.

Ao analisar "*Les lieux de mémoire*", a historiadora Armelle Enders (1993) critica a imprecisão do termo concebido por Nora. Para ela, o autor estabelece uma "geometria variável" para os chamados lugares de memória, que designam "ora objetos, ora um método, ora a memória, ora o trabalho do historiador" (ENDERS, *op. cit.*, p. 135). Essa amplitude do termo possibilitou seu uso em diversos contextos, como discursos políticos e argumentos turísticos, desviando o sentido que permeou sua concepção original. Por outro lado, as diferentes interpretações desta noção entre historiadores, sociólogos, antropólogos, arquitetos e geógrafos também permitiram que a partir dela surgissem outros usos.

Em um artigo escrito após a publicação de todos os volumes da obra, Nora faz uma avaliação do trabalho e considera que sua busca inicialmente empírica resultou em outras perspectivas, inclusive sua adaptação em outros países.

---

[2] Texto original: "La gama de objetos posibles es, de hecho, infinita. Todo radica en la coherencia del ensamblaje" (NORA, 1998, p. 20).

> (...) fazer desta noção, 'construída' por necessidades da causa, uma categoria de inteligibilidade da história contemporânea, se não um 'conceito' (...); contribuir a instituir uma história de tipo simbólico, que respondesse mais que a história contemporânea clássica, às necessidades científicas e cívicas de nosso tempo, e tomando o exemplo francês, especialmente bem adaptado, propor outro tratamento da história nacional que fosse eventualmente utilizável em outros contextos nacionais (NORA, 1998, p. 19-20 - tradução livre). [3]

A abordagem dos lugares de memória feita por Pierre Nora tratava da memória relacionada à identidade nacional, envolvendo os elementos que deveriam ser lembrados na França por caracterizarem sua formação nacional de maneira marcante. Mesmo não tocando especificamente a memória de momentos violentos ou a memória traumática, os estudos originados pelo historiador francês motivaram sua utilização no campo dos direitos humanos para designar lugares relacionados a grupos sociais oprimidos, graves violações ou supressão de direitos em diferentes regimes políticos, países, e, especificamente, para o tratamento de lugares relacionados à violência de Estado na América Latina.

Ao considerar o *lugar* a partir da sua conceituação na Geografia, é possível ampliar e aprofundar este debate para além da memória nacional. A geógrafa Simone Scifoni, partindo das contribuições recentes desta ciência, reformula a noção de Nora apontando os lugares de memória como

> aqueles nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas e, portanto, aqueles capazes de reter, guardar e expressar essas lembranças coletivas. Os lugares de memória situam-se, assim, não no plano da construção de uma identidade do nacional, mas na dimensão do imediato na qual se produz o humano (SCIFONI, 2013, p. 102).

Isso porque o *lugar*, como categoria espacial, longe de se constituir como um elemento isolado, tem uma dimensão explicativa que reúne, ao mesmo tempo e em relação contraditória, as particularidades dos modos de apropriação e ritmos da vida, *ordem próxima*, e as determinações da totalidade, *ordem distante*, como explica Carlos (2001). Nas suas palavras, "a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminarem-se as particularidades" (CARLOS, 2007, p. 15).

Seguindo esta perspectiva, Scifoni (2013) afirma tanto as lembranças do viver quanto as que remetem às contingências se ancoram justamente no lugar. No caso do nosso objeto,

---

[3] Texto original: "(...) hacer de esta noción, «ensamblada» por necesidades de la causa, una categoría de inteligibilidad de la historia contemporánea, si no un «concepto» (...); contribuir a instituir una historia de tipo simbólico, que respondiera más que la historia clásica, a las necesidades científicas y cívicas de nuestro tiempo, y tomando como ejemplo el francés, especialmente bien adaptado, proponer otro tratamiento de la historia nacional, que fuera eventualmente utilizable en otros contextos nacionales" (NORA, 1998, p. 19-20).

lembranças que remetem à busca por melhores condições de vida, à resistência política à ditadura militar em diferentes níveis e, ao mesmo tempo, às violações sofridas por conta desta mobilização.

Assim como um cheiro, um gosto ou qualquer outra sensação que desperta memórias involuntárias[4], Scifoni afirma que "os lugares de memória também tem essa qualidade, esse poder de fazer aflorar o passado latente, de trazer novamente, lá do fundo, as mesmas sensações vivenciadas, uma vez que cada ponto da superfície é localização única e revela uma experiência particular" (SCIFONI, 2013, p. 102). E continua: "independente de conter algum vestígio material do passado, (...) ele tem esse poder de evocar uma lembrança lá no fundo escondida" (*Ibid.*, p. 102).

Se articulamos novamente estas contribuições à noção de lugares de memória de Nora, podemos entendê-los como lugares imersos no processo de intensa transformação da metrópole, e, portanto, sujeitos a ele, mas que se constituem também como pontos de significação social, designados por determinados grupos, que fundamentam a busca pela sua identificação, investigação e as intervenções debatidas nos capítulos seguintes. Perspectiva essa que, a nosso ver, dialoga com duas dimensões centrais da noção de Nora, a de que são lugares que se tornaram elementos simbólicos para uma coletividade por condensarem determinados sentidos e a de que tratam de memórias em risco de perda, ameaçadas, ou, nas palavras do autor, "no abismo" (NORA, 1993). Assim, os *lugares de memória* – no caso em questão, os lugares de memória relacionados a violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar brasileira – estão imersos, enquanto *lugares*, às contradições tanto das transformações espaciais resultantes e determinadas pela ordem distante, como das apropriações pelo uso no seio da prática sócioespacial.

Reconhecendo que as transformações espaciais, apesar de evidenciarem uma tendência avassaladora, não são uniformes, Ana Fani afirma ser possível apreendê-la a partir dos seus fragmentos (CARLOS, 2001, p. 205). A nosso ver, a análise dos lugares de memória relacionados à ditadura militar em São Paulo e das iniciativas de memorialização neles empreendidas a partir das categorias de *lugar* e *lugar de memória* permite compreender seus sentidos no movimento de reprodução do espaço nesta metrópole.

A importância de considerar as memórias da violência de Estado das ditaduras latino-americanas como parte do seu patrimônio cultural e histórico é ressaltada por Ruben Chababo, ex-diretor do Museu da Memória de Rosário na Argentina, em uma fala de 2008:

[4] Referência a partir de Proust (1991), que distinguia duas categorias de memórias – voluntária e involuntária.

> Se tivéssemos que fazer, nós, os latino-americanos, uma lista daquilo que pertence ao nosso patrimônio cultural e histórico, nunca deveríamos deixar de incluir nesse repertório esta dimensão brutal do nosso passado. É parte do nosso patrimônio cultural a riqueza da nossa língua e da nossa cultura mestiça, nossa arquitetura e nossas produções musicais, mas também faz parte dele a história de milhares e milhares de homens e mulheres deste continente cujas vidas foram destruídas pela violência do Terrorismo de Estado (CHABABO *apud* TORNATORE, 2011, p. 70 - tradução livre). [5]

No caso da ditadura e das memórias a ela atreladas, trata-se de memórias em muitos casos traumáticas (individual e socialmente), relacionadas a momentos e experiências conflituosas e ainda marginais. Isso significa que despertam uma identidade também contraditória, que, ao mesmo tempo em que faz parte da constituição histórica nacional, é negada, silenciada por ela ou incorporada de maneira subalterna. Trata-se de memórias e lugares em sua grande parte ligados ao reconhecimento de narrativas sistematicamente negadas, levando, portanto, à constituição de processos identitários contraditórios que se chocam com perspectivas que os representam de maneira contínua e sem contradições.

1.2. Urbanização e transformações espaciais

Se os lugares que são suportes físicos de memórias da ditadura militar estão ameaçados ou sob o risco de desaparecer, é preciso buscar processos que nos ajudam a compreender esta ameaça na metrópole de São Paulo.

Produção e reprodução do espaço: a constituição da velocidade como conteúdo das transformações do espaço

Percebida por meio da perda de diferentes referenciais urbanos, a rapidez das transformações da morfologia nesta metrópole tem como fundamento central o estágio atual de desenvolvimento das relações sociais de produção. Isso porque a reprodução das relações capitalistas de produção se reinventa incorporando o espaço como mercadoria, impulsionando importantes mudanças no ambiente construído e no modo como se constitui a memória coletiva diante do movimento intenso de destruição de diferentes referenciais urbanos.

---

[5] Texto original: “Si tuviéramos que hacer, nosotros, los latino-americanos, un listado de aquello que pertenece a nuestro patrimonio cultural e histórico, nunca debiéramos dejar de incluir en ese repertorio esta dimensión brutal de nuestro pasado. Es parte de nuestro patrimonio cultural la riqueza de nuestra lengua y de nuestra cultura mestiza, nuestra arquitectura y nuestras producciones musicales, pero también forma parte de él la historia de miles y miles de hombres y mujeres de este continente cuyas vidas fueron destruidas por la violencia del Terrorismo de Estado” (CHABABO apud TORNATORE, 2011, p. 70).

O filósofo Henri Lefebvre analisa este processo em sua obra chegando à teoria da *produção do espaço*: "da produção de coisas *no espaço* (...), passa-se a produção direta *do espaço* como tal" (LEFEBVRE, 2008b, p. 111-112 – grifo do autor). Mesmo reforçando o fato de que a produção de mercadorias e de coisas *no* espaço não desapareça neste contexto, o autor aponta que é necessário um deslocamento do centro da reflexão já que a produção do espaço tende a dominar a prática social (*Ibid.*, p. 138-139). A *mobilização* do espaço faz com que ele passe de algo *imóvel*, visto como "solo" ou "construção", para se apresentar como mecanismo capaz de proporcionar lucros superiores à média, o que revela sua função essencial no âmbito da luta capitalista contra a tendência à baixa do lucro médio[6] (*Ibid.*, p. 118).

Diante disso, o autor afirma que "(...) *o capitalismo só se manteve estendendo-se ao espaço inteiro* (transbordando dos lugares de seu nascimento, de seu crescimento, de sua potência: as unidades de produção, as empresas, as firmas nacionais e supranacionais)" (*Ibid.*, p. 117 – grifo do autor), incorporando setores novos, como os lazeres, a cultura, a arte e a *urbanização*.

A partir do momento em que a cidade se coloca como condição geral da produção, se estabelece uma determinada configuração espacial, marcadamente fragmentada e hierarquizada. Para Ana Fani,

> "(...) a cidade se reproduz, continuamente, como condição geral do processo de valorização gerado no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permitir que o ciclo do capital se desenvolva e possibilite a continuidade da produção, logo, sua reprodução (CARLOS, 2001, p. 15).

Este processo apenas se torna possível a partir do momento em que o espaço recebe um valor de troca que possibilita e impõe sua *intercambialidade*, fazendo dele uma "mercadoria análoga a uma quantidade de açúcar ou aço" (LEFEBVRE, 2008b, p. 126), e tornando, por sua vez, os lugares comparáveis entre si e passíveis de *quantificação*. O autor adverte que este processo não faz com que o valor de uso desapareça já que "o comprador do espaço continua a comprar valor de uso" (*Ibid.*, p. 128), mas complexifica a relação entre valor de uso e valor de troca, ambos conteúdos do espaço enquanto mercadoria, ampliando e fazendo surgir novas contradições.

---

[6] No livro terceiro d'O Capital, Marx (1983) apresenta a lei da queda tendencial da taxa de lucro, como uma contradição interna ao próprio processo produtivo na qual com o aumento progressivo da parte constante do capital aplicado em relação à força de trabalho por ele mobilizada, capital variável, há uma elevação da taxa de mais-valia e do grau de exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, um decréscimo gradual da taxa de lucro.

Carlos parte deste movimento e, ao analisar a Operação Urbana Faria Lima na metrópole de São Paulo, evidencia justamente a generalização do mundo da mercadoria no espaço. Ao integrar o circuito da troca, o espaço produzido como mercadoria passa compor uma lógica que, segundo a autora, cria uma "nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado" (CARLOS, 2001, p. 16).

Lefebvre aponta, no entanto, o aprofundamento das contradições à medida que o espaço se torna um elemento estratégico para a reprodução da sociedade, já que "o problema da posse e da gestão dos meios de produção permanece intocado, embora deslocado para a produção, para a gestão, para a organização do espaço. O que amplia o problema, ao invés de resolvê-lo" (LEFEBVRE, 2008b, p. 132). Ocorrem também dificuldades resultantes da lenta obsolescência de "produtos" como as infraestruturas, estradas, edificações, etc., além da desaceleração da rotação do capital e de riscos de crédito imobiliário, que diferentes agentes buscariam resolver. A luta contra este processo, por sua vez, pode levar a práticas como "construções e destruições inúteis" para compensar este movimento (*Ibid.*, p. 132). Por isso, "a mobilização do espaço torna-se frenética e leva à autodestruição de espaços produzidos" (*Ibid.*, p. 120). A produção do espaço, assim, assume um papel central no movimento da reprodução crítica do capital.

Contribuindo para a compreensão deste processo, Harvey explicita como a produção de estruturas espaciais acaba, por sua vez, criando barreiras contra a acumulação adicional esperada. Neste movimento, a paisagem geográfica, enquanto capital fixo e imobilizado, atua também como inibidora do progresso adicional de acumulação (HARVEY, 2006, p. 53). O geógrafo retoma Marx para explicar que o valor se imaterializa em um valor de uso específico na forma de capital fixo, que por sua durabilidade torna-se um problema na medida em que "o valor do capital fixo só se reproduz à medida que seja gasto no processo produtivo. Por meio do desuso, perde seu valor, sem que seu valor seja transmitido ao produto" (MARX *apud* HARVEY, *op. cit.*, p. 54). Daí a necessidade de uma "luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente" (HARVEY, *op. cit.*, p. 54).

A transformação contínua da paisagem não é impulsionada apenas em função do desuso de determinados espaços construídos, mas também diante de transformações dos ciclos do capital, como é o caso das mudanças ocorridas na metrópole de São Paulo em decorrência da importância crescente do setor terciário, como abordado por Carlos (2001).

Partindo da análise desta metrópole, a geógrafa formula a noção de *reprodução do espaço* como processo atual segundo o qual o capital procura superar os limites à expansão econômica capitalista impostos pelas próprias contradições do processo de produção do espaço expandindo-se em espaços já produzidos. Segundo a autora, isso se explica porque a propriedade privada do solo urbano passou a se constituir como um obstáculo ao estabelecer a o que ela chama de *raridade* do espaço. Segundo ela,

> diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente e tornado mercadoria no processo histórico é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução (em função da produção de sua própria escassez) (CARLOS, *op. cit.*, p. 22).

Em lugares específicos da metrópole, a raridade se coloca como uma barreira para a reprodução do capital em função das necessidades de determinadas atividades econômicas, tornando necessária sua liberação para novos usos.

Carlos (2005, 2001) afirma que o processo de mundialização implica uma nova divisão espacial do trabalho que se realiza por meio de profundas transformações na metrópole. Segundo ela, se estabelece um novo comportamento que articula o plano financeiro, o industrial e o comercial através do setor imobiliário a partir da passagem do capital produtivo para o financeiro e gera alterações no sentido da "mercadoria-espaço" (CARLOS, 2005, p. 32), fazendo com que ele seja constantemente modificado e adequado a novas funções. Na metrópole de São Paulo, as mudanças no setor produtivo intensificadas nos anos 1990 implicaram a reestruturação dos estabelecimentos industriais atrelada ao crescimento do setor terciário e impulsionaram uma mudança na construção do espaço urbano[7].

Tempo efêmero e espaço amnésico na metrópole de São Paulo

As necessidades da reprodução econômica, mediadas pelo poder político, implicam rupturas e profundas transformações na morfologia que se impõem de maneira violenta na vida cotidiana. Como explica Carlos (2001, p. 197; 49), a reprodução espacial na metrópole articula três níveis: o *político*, ligado à gestão do espaço, que tende a criar um espaço

[7] Ao eliminar ou atenuar barreiras para o desenvolvimento da reprodução capitalista, a interferência do Estado por meio do urbanismo e do planejamento urbano é apontada pela autora como fundamental para solucionar a contradição da raridade do espaço, redefinindo os limites da propriedade do solo urbano. Em São Paulo, instrumentos como operações urbanas, concessões urbanísticas e territórios estratégicos, guardadas as devidas particularidades, atuam justamente no sentido de mediar os processos de acumulação de capital, tanto impulsionando essas transformações por meio da criação dos mecanismos imobiliários necessários para sua reprodução ampliada, quanto justificando-as ideologicamente.

homogêneo e normatizado; o *econômico*, ligado à produção do espaço como condição e produto da acumulação, que o fragmenta e hierarquiza; e o *social*, ligado à reprodução da vida e modos de apropriação dos lugares, que revela na prática sócioespacial as contradições geradas. Este movimento de produção e reprodução incessante da metrópole estabelece, segundo ela, mudanças radicais nas relações espaço-tempo, sendo percebido na vida cotidiana a partir das alterações constantes da paisagem urbana e da sensação de aceleração do tempo.

Segundo a autora, o tempo é invadido pela rotina do trabalho e da produção e acelera-se a ponto de ser reduzido a *velocidade*, enquanto o espaço, ao registrar a destruição constante dos referenciais urbanos, torna-se *distância*. Nas suas palavras, "no contexto da quantificação do tempo, o espaço visto como tempo a ser suprimido produz a abstração do espaço. Assim, ambos, espaço e tempo, viram medida" (CARLOS, 2001, p. 264). O tempo perde substância e o espaço perde sua "espessura" levando ao que ela qualifica como *tempo efêmero* e *espaço amnésico*, ambos em relação direta, que caracterizam a referida "nova ordem espaço-temporal" e têm na metrópole sua manifestação mais concreta (*Ibid.*, p. 348-351).

Seguindo esta perspectiva, Matos (1982) aponta para a constituição de um espaço homogêneo que exclui as diferenças e elimina referências individuais e coletivas, convertendo a *cidade* em *metrópole* "impessoal e sem memória". A partir da fala de uma entrevistada sobre a mudança do bairro com a abertura da Av. Faria Lima, Carlos sintetiza os efeitos desta nova relação espaço-tempo na metrópole paulista: "(...) a reprodução espacial em São Paulo nem sempre se revela preservando o 'acúmulo do tempo' impresso em suas formas. A destruição constante dos lugares, para dar passagem para o novo, produz formas ascéticas, que poderiam definir qualquer lugar" (*op. cit.*, p. 266). Esta lógica homogeneizante da urbanização, como explica também Seabra, diz respeito a um mesmo processo que homogeneíza e generaliza o urbano como modo de vida, mesmo que os "sítios" em si sejam singulares (SEABRA, 1997, p. 64).

Como já discutido, não é só o espaço que se torna abstrato ao se transformar continuamente, tempos e usos também mudam de qualidade e "acabam destruindo as condições nas quais se gesta a memória coletiva" (CARLOS, *op. cit.*, p. 349). Neste contexto, a velocidade das transformações torna possível apontar para uma reformulação da relação entre espaço e história em que a metrópole se produz tendencialmente como esquecimento, o que no caso de São Paulo torna-se flagrante.

Este movimento de contínuas transformações para permitir a realização dos mecanismos de reprodução do capital conformando o que pode ser chamado de geografia urbana "cambiante" das metrópoles modernas implica, de um lado, processos de destruição de

ambientes construídos, mas também, de outro, a preservação de determinadas edificações em função da sua possibilidade de refuncionalização e valorização. As políticas de preservação na área central de São Paulo a partir dos anos 1990, por exemplo, se inserem neste movimento, já que se trata da reinclusão de territórios que perderam sua rentabilidade máxima do ponto de vista da reprodução ampliada do capital e devem, então, sofrer transformações nos seus usos e funções a fim de serem reintegrados no processo de acumulação. Aos olhos da reprodução capitalista, os lugares servem apenas à medida que sejam "funcionais" no processo de valorização do espaço. Tendo como objeto específico as transformações decorrentes da realização da Operação Urbana Faria Lima, Carlos (2001) mostra como a intervenção estatal atingiu bairros residenciais consolidados (Itaim e Vila Olímpia/Vila Funchal) que mudaram profundamente seu uso e função e passaram a concentrar prédios para escritórios de empresas e multinacionais do setor industrial, financeiro e serviços, além de um novo polo de lazer com restaurantes, bares e casas noturnas.

No movimento de seleção das formas que serão destruídas para dar lugar a outras, há também uma escolha do que será preservado, refuncionalizado ou requalificado. Assim, é importante ressaltar que se trata de um processo seletivo e que atinge as memórias que se apoiam nestes espaços em transformação. Isso significa que a escolha do que será preservado ou não envolve também concepções sobre os símbolos e a representação do passado que se quer manter no espaço urbano presente, constituindo disputas políticas que vão além da simples oposição entre memória e "esquecimento" ou "silêncio", como adverte Elizabeth Jelin (2012). Trata-se, portanto, de memórias que se sobrepõem a outras memórias em um processo deliberado e não involuntário. Neste sentido, Bosi (*apud* MATOS, 1982, p. 50-51) chega a afirmar que a sociedade produtivista "destrói apoios da memória e substitui a lembrança pela história 'oficial celebrativa'".

Se, de um lado, as transformações morfológicas são fruto do processo de produção e reprodução do espaço urbano como tentativa de resolução de contradições próprias da reprodução capitalista, de outro, este processo intenso de transformação espacial tem efeitos no plano de realização da vida cotidiana dos que são direta ou indiretamente atingidos por ele, gerando por sua vez, outras contradições. Estranhamento e reconhecimento, uso e troca, identidade e não-identidade interpelam também as lutas pela identificação preservação e construção de lugares de memória relacionados à ditadura militar na metrópole de São Paulo que, como práticas sócioespaciais, são profundamente marcadas pela transformação espacial, compondo e resistindo a este movimento.

1.3. Cidade e memória: práticas sócioespaciais, entre estranhamento e enraizamento

"As lembranças se apoiam nas pedras da cidade", Ecléa Bosi (2003, p. 71) nos provoca. O processo de urbanização e reprodução do espaço na metrópole é avassalador, como discutido anteriormente, mas as memórias, por sua vez, podem persistir contraditoriamente a ele. Assim, buscamos analisar tanto as consequências deste processo para a memória coletiva, quanto a interação entre passado e presente que possibilita novas apropriações e sentidos deste espaço constantemente modificado.

Retomando Carlos (2001), é possível afirmar que a morfologia não é apenas o resultado físico de momentos históricos ou da transformação atual resultante da incorporação do espaço na reprodução ampliada das relações capitalistas de produção, mas também se constitui como marco de referência para a ação, impedindo e permitindo diferentes usos. Dessa forma, ela está carregada de valor social, revelando pontos de significação coletiva que se renovam e são reinventados.

A análise de tais processos à luz da prática sócioespacial permite identificar a contradição entre o *tempo de duração da vida* e o *tempo de duração da morfologia urbana* (CARLOS, 2001). Isso porque a constante e rápida transformação do espaço urbano implica na perda de marcos de memória e de vida dos habitantes, interpelando os usos do espaço e produzindo o chamado *estranhamento*.

> Diante de uma metrópole em que a morfologia urbana muda e se transforma de modo muito rápido, os referenciais dos habitantes, produzidos como condição e produto da prática espacial, modificam-se numa outra velocidade, produzindo a sensação do desconhecido e do não identificado (CARLOS, *op. cit.*, p. 329).

O estranhamento decorre justamente do aprofundamento da constituição do *espaço amnésico* em sua relação com o *tempo efêmero*, e mostra como se verifica esta nova relação espaço-tempo no plano do vivido. As perdas das referências perante a mudança das formas, dos usos e funções dos lugares junto à normatização e restrição dos espaços públicos e lugares de encontro, redefinem os modos de apropriação dos mesmos.

Da mesma maneira, Bosi (*op. cit.*) discute a tendência de perda do que é reconhecido como familiar em São Paulo chamando a atenção para a mobilidade constante do habitante na própria cidade em função da valorização dos terrenos. Nas suas palavras, "o paulistano tornou-se um migrante urbano, empurrado pela especulação imobiliária de um lugar para outro" (BOSI, 2003, p. 76). A perda de referenciais de memória como a casa, os lugares de encontro e o bairro implica o que a autora chama de *desenraizamento*.

É possível pensar o desenraizamento também como fruto das próprias mudanças espaciais que eliminam diferentes referenciais históricos da cidade, o que possibilita articular o sentido do *desenraizamento* construído por Bosi (2003; 2010) ao de *estranhamento* desenvolvido por Carlos (2001). Articulação que, de fato, é feita em outro momento pela própria autora quando afirma que "a vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento" (BOSI, 2010, p. 447). Dessa maneira, a destruição de referenciais individuais e coletivos tem efeitos sérios na formação da identidade do habitante da metrópole já que há um profundo vínculo da memória com o espaço.

Maurice Halbwachs, fundador do campo de estudos da memória como problema sociológico, chama a atenção para a importância do espaço para a memória coletiva. O autor trabalha com este tema a partir de uma articulação entre o plano individual e o social, tratando a memória coletiva como reconstrução racional do passado em função de certos contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos. A seu ver, ao mesmo tempo em que os grupos sociais deixam suas marcas no espaço, ele está presente em todas as lembranças. Nas suas palavras, "não há memória que não aconteça em um contexto espacial" (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Assim, é possível afirmar que as referências urbanas constituem a construção da identidade e da memória. Estas considerações vão de encontro às de Carlos quando aponta justamente a importância do lugar ao ressaltar que "a vida não se realiza suspensa no ar, mas enraizada em um lugar" (*Ibid.*, p. 232). O papel do lugar para a construção da memória é fundamental também para Pollak (1992), que o coloca como um dos elementos constitutivos da formação da mesma e da própria identidade, junto às personagens e acontecimentos conhecidos de maneira direta ou indireta. A memória tem um papel fundamental ao associar tempos e espaços, atribuindo a eles um conteúdo no presente e revelando "necessidades e desejos que elucidam os elementos da construção da identidade entre o indivíduo e o espaço" (CARLOS, *op. cit.*, p. 230).

"Agora devemos nos recolher, fechar os olhos, retroceder no tempo o mais longe possível, até onde nosso pensamento consiga se fixar em cenas ou pessoas cuja lembrança conservamos. Jamais saímos do espaço." (HALBWACHS, *op. cit.*, p. 188). É verdade que quando Halbwachs ressalta o papel de sustentação do contexto espacial para o movimento de recuperação da lembrança, ele faz sua análise a partir de um espaço visto como estável, o que não condiz com o processo que se afirma na metrópole. Porém, nos parecem significativas estas considerações sobre a importância do espaço como um elemento produzido ao longo do

tempo que revela um conteúdo social e compõe a identidade do indivíduo, em articulação aos debates propostos por Pollak (1992). Este atributo identitário é fundamental para compreender os efeitos da reprodução do espaço e das decorrentes transformações da morfologia da metrópole na vida das pessoas, e, ao mesmo tempo, os modos de apropriação do espaço que subvertem este movimento e resistem a ele. Se o *lugar* é onde a vida acontece, é nele que se pode sentir coletivamente o estranhamento/desenraizamento ou a construção da identidade.

Ao ser mediada pela produção do espaço como mercadoria, a identidade cidadão/metrópole é profundamente afetada. Porém, o processo de homogeneização e produção do espaço como mercadoria reprodutível não se realiza de forma generalizada por toda a metrópole. É neste sentido que é fundamental a insistência de Ana Fani a respeito do caráter desigual e fragmentado do processo de reprodução do espaço (CARLOS, 2001, p. 228), apontando as suas intensas transformações como *tendências* predominantes, mas que não dominam de maneira absoluta a todos os espaços e práticas.

Mesmo diante deste quadro que tende a permear a maior parte dos planos da prática sócioespacial, são possíveis os reencontros e reconhecimentos. Como anuncia Lefebvre, "qualquer que seja a predominância do valor de troca e sua importância no modo de produção, ele não chega a fazer desaparecer o uso e o valor de uso, mesmo que se aproxime da abstração pura e do puro signo" (LEFEBVRE *apud* SEABRA, 1996, p. 78). A luta pelo uso se estabelece no âmbito do vivido, como prática imediata, e, no contexto de crise da cidade, se torna *residual*. Porém, segundo Seabra a partir deste autor, "os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir" (SEABRA, 1996, p. 75).

Há usos possíveis que são capazes de produzir a identidade nos interstícios espaciais como possibilidades contidas na vida cotidiana, e, portanto, *resíduos* que podem contradizer o movimento hegemônico de estranhamento/desenraizamento resultante da reprodução do espaço como amnésico na metrópole de São Paulo.

O termo *resíduo* é utilizado tanto por geógrafos quanto por autores de diferentes áreas do conhecimento, mas na obra de Henri Lefebvre, longe de ser apenas uma palavra relacionada àquilo que resta ou o que é remanescente, o resíduo tem um significado particular. Ele não é considerado algo que sobrou ou que estaria por acabar, como poderia julgar o senso comum, mas é justamente o que persiste, o negativo potencial e virtualmente transformador em direção à realização do urbano como lugar de reunião das diferenças, encontro e simultaneidade. Neste sentido, dentro do movimento do pensamento de Lefebvre e de sua busca por uma transformação que deve ser necessariamente teórica e prática em resposta à

crise da cidade, o resíduo se mostra potente e irredutível[8]. Mostra que esta crise não destrói todos os referenciais e que a homogeneização, por mais que seja a tendência, não consegue ser absoluta. Ao afirmar que "mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea" (LEFEBVRE, 2008a, p. 79), o autor mostra que a possibilidade de encontrar formas de fugir da fragmentação e da miséria da racionalidade urbanística persiste.

No livro "O Direito à Cidade", no centro da discussão sobre o ponto crítico em que constata a crise da cidade e a perda de seus traços de *obra* e apropriação, o autor também ressalta as resistências a este processo: "Tudo deve integrar-se numa ordem (aparente e fictícia) fortalecida pelas coações. Tudo, salvo um resíduo de desordem e de liberdade, às vezes tolerado, às vezes perseguido com uma terrível fúria repressora" (LEFEBVRE, 2009, p. 41).

A luta pelos lugares de memória relacionados à ditadura militar – sua preservação, transformação em memoriais, demarcação com placas, intervenções artísticas, etc. – representa um importante rompimento com o processo de apagamento da memória coletiva no chamado espaço amnésico e com o próprio silenciamento dessas memórias, encampado de maneiras mais ou menos explícitas. Trata-se de uma resistência nos dias atuais, constituída por reivindicações que se dedicam à transformação da postura presente e futura, incorporando o passado e iluminando suas contradições para transformá-lo em força no presente, como propõe Walter Benjamin nas teses "Sobre o conceito de história" (BENJAMIN, 2008).

O olhar para o passado, enfocado nos momentos subversivos que possibilitam "explodir o contínuo da história" (BENJAMIN *apud* LÖWY, 2005, p. 119) – tarefa do materialismo histórico para Walter Benjamin – pode construí-lo como uma verdadeira "arma cultural poderosa no combate presente" como analisa Michel Löwy (LÖWY, 2005, p. 121). Neste sentido, Bosi afirma que a memória "rema contra a maré" e faz um apelo que se encontr a com o olhar do anjo da história concebido por Benjamin (2008): "(...) haverá alguém para re colher os despojos da cidade para os quais ninguém volta os olhos e o vento dispersa" (BOSI, 2003, p. 29).

As transformações decorrentes do processo de produção e reprodução do espaço urbano de São Paulo atingem diferentes dimensões da memória individual e coletiva, privada, pública e também política. Nesta pesquisa, abordamos principalmente suas implicações nas que estão relacionadas aos lugares associados à ditadura militar, analisando-os dentro do

[8] O conceito "resíduo" aparece tanto em meio a discussões sobre a vida cotidiana, no plano prático, quanto em discussões mais enfocadas no debate teórico. Ao incluir os resíduos nestes dois planos, Lefebvre reforça a aliança crucial entre prática e teoria, ou seja, a inseparabilidade do conhecimento da estratégia política e da ação.

movimento tendencial de intensas transformações espaciais, especificamente nesta metrópole. Debater as estratégias de memorialização nestes lugares a partir do plano da prática sócioespacial nos possibilita analisá-las do ponto de vista da apropriação do espaço de maneira resistente em relação ao processo hegemônico descrito, e da constituição de novos sentidos para estes lugares a partir do seu uso.

Nestes *lugares*, então, se pode fazer ver tal contradição tanto no seu movimento de transformação decorrente do processo de reprodução da metrópole (e das políticas pontuais de memória, como será apontado mais adiante), quanto sua contestação por meio de ações de memorialização tornando-os apropriáveis para os grupos que empreendem tais ações e para a sociedade em geral.

CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA NO BRASIL E A DITADURA MILITAR

"O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ter Sigmund Freud para saber que não existe o tapete que possa ocultar a sujeira da memória."

(A desmemória/2 – Eduardo Galeano).

A ditadura militar brasileira foi instaurada em 1964 por meio de um golpe de Estado contra o presidente João Goulart, fruto de uma intensa articulação entre setores civis, políticos e militares, com o apoio decisivo dos Estados Unidos. A partir disso, se seguiram 21 anos de um regime baseado na supressão de direitos civis, censura e perseguição aos opositores e às classes populares. Mesmo com diferenças entre os governos militares, é possível dizer que foi marcado pelo controle social, vigilância ideológica dos movimentos através da doutrina da segurança nacional e graves violações dos direitos humanos pautada na afirmação de uma legalidade de exceção.

Segundo Napolitano (2014, p. 71), os objetivos centrais do golpe eram "acabar com a elite reformista de esquerda e centro-esquerda, dissolver os movimentos sociais organizados e *reorganizar a política de Estado na direção de uma nova etapa de acumulação de capital*" (grifo nosso). De fato, o historiador afirma que a ditadura foi um momento central de afirmação do grande capital no Brasil que se estabeleceu a partir de um grande endividamento e dependência do capital internacional. O chamado "milagre econômico" se realizou com base na alta concentração de renda e culminou em uma forte recessão, desemprego e inflação nos anos finais do regime.

Sua legalidade de exceção se deu a partir dos Atos Institucionais que explicitam o caráter claramente autoritário e ditatorial que caracteriza todo o período. Ao todo, foram editados 17 atos entre 1964 e 1977, além de outros 104 atos complementares, que constituíram os princípios do sistema jurídico-político do período (NAPOLITANO, *op. cit*.).

O ato mais marcante, AI-5, de dezembro de 1968, determinou a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos e o fortalecimento do aparato repressivo a partir da cassação de mandatos parlamentares, da recessão do Congresso Nacional, da suspensão da garantia do habeas corpus e dos poderes de exceção atribuídos ao presidente.

Os efeitos da repressão política na sociedade ainda não foram completamente dimensionados. Segundo as pesquisas realizadas pelos familiares, foram 426 assassinados e desaparecidos em decorrência da repressão política, sendo 421 deles registrados pela Comissão Nacional da Verdade. Porém, o verdadeiro total de vítimas não é conhecido com precisão já que nestes números não estão considerados os trabalhadores rurais e indígenas assassinados, por exemplo. Até janeiro de 2015, a Comissão de Anistia tinha recebido mais de 74 mil pedidos para análise e reconheceu mais de 43 mil pessoas como anistiadas políticas (com ou sem reparação econômica) [9], o que é significativo considerando que o regime militar brasileiro se constituiu com base em um *poder torturador* onde esta prática era amplamente disseminada para extrair informações, desestruturar os grupos oposicionistas e promover a obediência, como caracteriza Teles (2013) [10].

A maneira como se realizou a transição para a democracia, por fim, é permeada pelos pactos selados durante o próprio período autoritário e, portanto, marcados pela assimetria das relações de poder sob o discurso de uma abertura "lenta, gradual e segura" durante a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979). Napolitano (2014) chama a atenção para os 39 opositores desaparecidos e outros 42 mortos pela polícia neste período, além da censura à imprensa, às artes e diversões, contrariando a versão positivada sobre a transição. Para ele, "o processo de 'distenção' e 'abertura' era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime" (*op. cit*., p. 234). Tratava-se de manter o controle por meio de uma transição moderada que não interferisse nos interesses dos grandes empresários nem permitisse a emergência de grupos muito à esquerda. Outro ponto crucial apontado pelo autor e que tem consequências decisivas no processo de redemocratização e nas políticas de memória que temos atualmente foi "evitar que no processo da passagem do poder aos civis se afirmassem políticas de apuração das violações de direitos humanos no Brasil por agentes da repressão política" (NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 283). Objetivo este alcançado com a Lei de Anistia de

[9] Disponível em Comissão de Anistia: < http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/comissao-de-anistia-agiliza-acoes-e-divulga-beneficiados>.

[10] A autora apresenta esta análise em contraposição à estrutura repressiva na ditadura argentina, baseada no chamado *poder desaparecedor*, que teve como eixo central o desaparecimento e extermínio de pessoas (CALVEIRO, 2013).

agosto de 1979, que subverteu a ampla luta social em um mecanismo de manutenção da impunidade efetivo até os dias atuais.

Neste capítulo, buscamos refletir sobre o contexto brasileiro de políticas públicas de memória para, em seguida, compreender o lugar que ocupam atualmente as memórias coletivas sobre a violência de Estado na ditadura militar, pensando os *lugares de memória* relacionados a este período e os movimentos por sua apropriação coletiva na metrópole de São Paulo. Para isso, reunimos os principais inventários produzidos e analisamos como alguns destes lugares receberam diferentes iniciativas de memorialização.

No seu texto *"O lugar da memória, a propósito de monumentos"*, Hugo Achugar (2003) reflete sobre o lugar e a importância dos monumentos na sociedade contemporânea, em particular o monumento dito "democrático", considerando o contexto uruguaio e o papel da memória a partir da década de 1980 neste país. Entre outros debates, o autor analisa a memória como o "lugar a partir do qual se fala" (ACHUGAR, *op. cit.*, p. 194), ampliando esta noção para lugares de enunciação que variam em função da classe, etnia, gênero, idade/geração e propósito (investigador, movimento social, político, etc.), entre outros. Este "lugar a partir do qual se fala" nos parece interessante por colocar em evidência o horizonte ideológico, político e social que baseia a construção dos distintos discursos, sendo importante para a reflexão sobre as políticas de memória no Brasil e suas particularidades.

2.1. Políticas públicas e memória da ditadura militar

Segundo Abrão e Genro (2012), a maneira como um Estado lida com seu passado autoritário é chamada de "justiça de transição" e caracteriza o processo em que são estabelecidos mecanismos judiciais e políticos para o aprofundamento da institucionalidade democrática por meio da apuração e resposta ao legado de violência deixado pelo regime autoritário. Originado na década de 1990 nos campos do direito e da ciência política, este conceito é adotado pelo Estado brasileiro como um marco de referência para as políticas implementadas no tratamento das graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar. Dentro da concepção tradicional deste conceito, *verdade, memória, justiça, reparação* e *reformas institucionais* se colocam como os eixos centrais de atuação que contribuiriam para o esforço de evitar a repetição da experiência autoritária. Ao analisar as políticas públicas que se dedicam a este tema, é possível afirmar que os eixos estruturantes da chamada justiça de transição brasileira se concentraram no programa de *reparação* e, mais

recentemente, de constituição de algumas políticas de *memória*, majoritariamente colocadas no âmbito da reparação simbólica, e a apuração dos crimes praticados pelo Estado por meio das comissões da *verdade*.

Atualmente, as políticas públicas de memória são ainda pontuais, sendo crucial o papel dos movimentos de direitos humanos, de familiares de mortos ou desaparecidos políticos e de ex-presos políticos tanto para os processos de investigação, reparação e justiça, quanto para a mobilização pela identificação, preservação ou construção de lugares de memória. O modo como o Estado enfrenta as violações do passado recente faz com que sejam escolhidas algumas narrativas deste passado e não outras, o que contribui para a compreensão de como são construídas as políticas de memória no país e do referido "lugar a partir do qual se fala" quando tratamos de lugares de memória relacionados à ditadura militar no país.

Para isso, é preciso refletir sobre o papel do Estado na criação de mecanismos de esclarecimento e reparação das violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar no país, de um lado, e, de outro, o papel de grupos de direitos humanos na reivindicação da construção das políticas de memória em sentido amplo.

Políticas públicas: entre memória, verdade e reparação

Um dos marcos do início da formação da memória sobre a repressão apontado por Teles (2012; 2015) foi a abertura da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco (Perus) em 1990, já no período de redemocratização. Mesmo sendo conhecida por familiares desde o final dos anos 1970, a abertura da vala foi encampada pela então prefeita de São Paulo, Luíza Erundina (PT) e, segundo a historiadora, possibilitou redimensionar a violência praticada pelo Estado e as consequências para as vítimas. A abertura da vala teve grande repercussão e foi montada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo, na qual pela primeira vez foram escutados publicamente os depoimentos dos torturadores e dos médicos legistas que emitiram laudos falsos das mortes de militantes políticos. Segundo Teles (2012), a CPI acabou impulsionando a descoberta de outras valas clandestinas na cidade de São Paulo e mesmo em outros estados, como Rio de Janeiro e Pernambuco, além de ter contribuído para as escavações em busca de desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia, em Tocantins, e para a abertura de arquivos da polícia política.

Naquele momento, foram descobertas 1049 ossadas[11], sendo identificados dois desaparecidos políticos entre os restos mortais, Frederico Eduardo Mayr e Dênis Casemiro, por meio de um convênio com a Universidade Estadual de Campinas, que logo depois interrompeu o trabalho. Nos anos 2000, a análise foi retomada pela Universidade de São Paulo, junto ao IML e à Superintendência de Polícia Científica de São Paulo e identificou-se outro desaparecido político, Flávio Carvalho Molina. Desde 2002, porém, uma parte das ossadas ficou guardada no columbário do Cemitério do Araçá em São Paulo, outra parte no IML, e apenas em 2014 foram retomadas as investigações com novos recursos e equipe especializada em um grupo de trabalho gerido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e a UNIFESP. No local onde se situava a vala clandestina, foi construído em 1992 um memorial em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, projetado por Ricardo Ohtake.

No âmbito federal, as políticas públicas de memória se iniciaram em 1995, no começo do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos[12] (CEMDP), que se dedica a verificar as *mortes e desaparecimentos* por ação política durante o regime militar brasileiro e reconhecer como mortos os que desapareceram, indenizando suas famílias. A partir de 2002, a abrangência destes processos de reparação foi complementada pela instauração da Comissão de Anistia[13], que atua sobre os *perseguidos políticos*, reconhecendo como anistiados os que comprovam a perseguição por motivos políticos e indenizando-os individualmente.

É importante notar que ambas têm um caráter predominantemente econômico e individual ligado à reparação financeira dos atingidos pela repressão. Além disso, uma importante crítica feita por Edson Teles à primeira comissão (CEMDP), mas que também pode se direcionar à segunda, é de que o ônus da prova cabe às próprias vítimas[14]. Isso significa que a comprovação dos crimes cometidos pelo Estado recai sobre os que sofreram justamente as violações ou seus familiares (TELES, 2010).

Desde 2008, sob a presidência de Paulo Abrão, a Comissão de Anistia passou a realizar por todo o país as chamadas Caravanas da Anistia, onde são avaliados os pedidos de

---

[11] De pessoas enterradas como "indigentes", desaparecidos políticos, vítimas do Esquadrão da Morte, vítimas da fome, de um surto de meningite que foi escondido da população, muitas delas crianças.
[12] Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.
[13] Lei nº 10.559/02, de 13 de novembro de 2002.
[14] Muitos dos que receberam estas indenizações usaram o dinheiro recebido para criar e manter iniciativas de promoção da memória sobre a repressão, reforçando o papel dos sobreviventes e familiares neste processo.

anistia e é feito o pedido público de perdão por parte do Estado em sessões abertas, o que incorporou nesta política uma concepção de reparação simbólica ligada ao reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pela perseguição ou morte de dissidentes políticos.

A partir das demandas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, os temas de Memória e Verdade foram incorporados no III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) tendo como marco a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em 2008. O Programa foi publicado no final de 2009[15] tendo como um de seus eixos orientadores o direito à memória e à verdade (Eixo orientador VI), em são apresentadas as seguintes diretrizes: (a) Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado; (b) Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade; (c) Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia (BRASIL, 2009, p. 212-217).

É neste Programa que se afirma pela primeira vez o direito à memória e à verdade como parte do conjunto de deveres do Estado. Por um lado, é uma proposta significativa no sentido de indicar o esclarecimento público dos crimes de Estado e promover a ampliação e incorporação das narrativas e memórias sobre o período ao processo de construção pública e oficial da verdade. Por outro, a não inserção de processos penais aos agentes de Estado responsáveis pelas violações mostra a opção adotada em relação ao conceito de justiça nas políticas públicas e na agenda de Estado relativa aos direitos humanos, opção que se manteve nas políticas posteriores ao Programa.

Entre outras indicações do programa, estava a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que foi instaurada pela Lei federal nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, durante o mandato da presidenta Dilma Roussef (PT). A Comissão tomou posse no dia 16 de maio de 2012, tendo inicialmente dois anos para fazer seu relatório, prazo prorrogado até dezembro de 2014. Segundo a lei que a instituiu e seguindo os parâmetros estabelecidos pelo PNDH-3, o objetivo da CNV era apurar os abusos e violações dos direitos humanos ocorridos entre os anos de 1946 a 1988 (período compreendido pelas duas últimas constituições democráticas brasileiras), apontando no artigo 3º que era seu dever investigar os casos de "torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior" e "identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos" (BRASIL, 2011).

[15] Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Alguns trechos revisados pelo Decreto nº 7.177, de 2010.

O trabalho de pesquisa da Comissão foi dividido entre diferentes grupos temáticos coordenados por membros nomeados pela presidenta da república ao início do mandato da CNV. Além disso, foram realizadas parcerias com outras comissões da verdade e instituições. Desde o início, foram realizadas algumas audiências públicas e reuniões de trabalho para colher depoimentos e apresentar relatórios preliminares da pesquisa, e os materiais resultantes desses trabalhos foram disponibilizados no site da Comissão.

A respeito do relatório final desta comissão, publicado e divulgado no dia 10 de dezembro de 2014, o último coordenador da CNV, Pedro Dallari, afirmou em diferentes entrevistas que ele não representou nem o começo nem o fim das investigações sobre o tema das violações dos direitos humanos ocorridas no período. Uma de suas conclusões, elogiada por movimentos por memória, verdade e justiça, foi a declaração de que as graves violações de direitos humanos foram resultado de uma "ação generalizada e sistemática do Estado, configurando crimes contra a humanidade" (DALLARI *et al*, 2014), apontando inclusive uma lista de responsáveis. Por outro lado, em um debate sobre as recomendações da CNV[16], Rosa Cardoso, membro da Comissão, revelou que as divergências internas da mesma inviabilizaram a publicação de algumas recomendações temáticas específicas, como foi o caso da perseguição religiosa, dos assassinatos de camponeses e indígenas, e da participação do empresariado na repressão e perseguição aos trabalhadores (relatório produzido pelo GT-13, que reuniu também organizações sindicais e recolheu inúmeros depoimentos), entre outros.

Constituída somente 27 anos depois da restituição democrática, a CNV apresentou, pela primeira vez, um documento do Estado brasileiro representando a história oficial do regime militar. Em um artigo de 2013, Motta (2013) analisou criticamente as disputas pela representação da História política recente e a atuação da comissão, ressaltando o caráter reconciliador da mesma. O autor questionou a afirmação da lei que criou a CNV, que colocava o estabelecimento do "direito à memória e à verdade histórica" como prioridades. Isso porque, para ele, não se tratava de uma verdade histórica já que a influência dos historiadores não se evidenciava na formação do seu quadro dirigente. Sua hipótese para o uso do termo "verdade histórica" era que ele teria sido escolhido diante da "impossibilidade de demandar verdade jurídica, já que esta tem implicações criminais e penais" (MOTTA, *op. cit.*, p. 67). De fato, o título do editorial publicado pelos membros da comissão no jornal Folha de São Paulo quando da divulgação de seu relatório final foi "Verdade, memória e

[16] Sábado Resistente realizado em 28 de fevereiro de 2015 no Memorial da Resistência de São Paulo sobre o tema "A Comissão da Verdade e a ação da sociedade em defesa de suas recomendações: o papel da juventude na reivindicação do Direito à Memória, Verdade e Justiça".

reconciliação" [17] (grifo nosso), em que afirmavam que "a busca da verdade, o resgate da memória e a promoção da reconciliação nacional foram, assim, o norte que guiou toda a atividade da CNV" (DALLARI *et al*, 2014). Este caráter da justiça transicional no país é extensamente criticado pelos sobreviventes e familiares, que associam o discurso de reconciliação à impunidade, buscando diferentes alternativas para denúncia e responsabilização dos crimes contra a humanidade.

Além da ampliação do debate público promovido em torno do tema, a efetivação da CNV impulsionou também a criação de outras comissões da verdade públicas e da sociedade civil. Em processos que não deixaram de ser permeados por divergências, poder executivo, câmaras municipais, assembleias legislativas, universidades públicas e privadas, sindicatos e outras organizações setoriais e regionais, entre outros, criaram suas comissões da verdade para contribuir neste trabalho de esclarecimento da violência de Estado do período e na elaboração da narrativa histórica sobre ele.

Na esfera pública estadual, foi criada a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" em 2012 pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, tendo como presidente o deputado estadual Adriano Diogo (PT). Seu relatório final foi publicado em março de 2015 e apresentou investigações sobre a estrutura repressiva, os mortos e desaparecidos e capítulos temáticos que trataram de grupos perseguidos ou atingidos pela ditadura como as mulheres, homossexuais, operários, negros, estudantes e crianças.

A comissão estadual fez críticas ao caráter reconciliador e incompleto da justiça de transição brasileira, em que se reitera a falta de responsabilização jurídica e persistem instituições e condutas autoritárias. Além disso, teve divergências com a comissão nacional no que se refere à metodologia adotada para os desaparecidos políticos, que, segundo os membros da comissão estadual, reduziu a extensão das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar. É importante notar que esta foi uma comissão com uma atuação mais presente de familiares e perseguidos políticos tanto como membros da comissão[18] como na participação frequente possibilitada pelo extenso calendário de 156 audiências públicas.

> As audiências públicas foram, desde sua constituição, a espinha dorsal do funcionamento da Comissão. Por meio delas, estruturaram-se os caminhos das

[17] DALLARI, P.; DIAS, J. C.; CAVALCANTI FILHO, J. P.; KEHL, M. R.; PINHEIRO, P. S.; CARDOSO, R. Verdade, memória e reconciliação. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 Dez. 2014. Editorial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/199372-verdade-memoria-e-reconciliacao.shtml>. Acesso em: Dez. 2014.

[18] Ivan Seixas, Amélia Teles, Tatiana Merlino e Thais Barreto.

> investigações, efetuaram-se os encaminhamentos pertinentes e realizaram-se as articulações junto aos grupos de sobreviventes e familiares, fortalecendo o processo de reparação simbólica e moral das vítimas. Além da função de elementos para as investigações, as audiências são instrumentos utilizados para provocar uma sensibilização pública em torno do tema, repercutindo mais amplamente essa pauta.(...) Elas não se destinaram apenas a obter informações sobre os casos investigados, mas também para garantir um espaço legal e institucional de elaboração e narrativa para as vítimas das violações de direitos humanos. Em outras palavras, assumiram função primordial de conferir voz às vítimas e de empoderar os grupos de sobreviventes. Foi marca desta Comissão a centralidade na figura das vítimas e sobreviventes, mediante o reconhecimento oficial da versão da história reconstruída pelos familiares em sua longa luta como ponto de partida dos trabalhos de investigação (SÃO PAULO, 2015, "Introdução", p. 24).

Outro efeito político desta comissão, apontado por ela mesma, foi o estímulo a "outras formas de mobilização e de restituição de conflitos na cena pública capazes de questionar os bloqueios à justiça e à verdade", como eventos políticos e acadêmicos sobre a ditadura e seu legado, além de escrachos contra torturadores e apoiadores do regime, que contribuem para o que esta comissão chamou de "construção social da justiça de transição" (SÃO PAULO, 2015, p. 9).

Na Região Metropolitana de São Paulo, municípios como Osasco, Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo, entre outros, estabeleceram suas comissões municipais da verdade, além de diferentes comissões setoriais e regionais.

Em particular, no município de São Paulo, entre as ações instituídas, cabe destacar a criação da Coordenação de Políticas de Direito à Memória e à Verdade, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo (SMDHC), cujo objeto central é a realização de políticas públicas de memória. Essa coordenação foi criada em 2014, antes mesmo da aprovação da Comissão Municipal da Memória e Verdade vinculada ao poder executivo, e foi fruto dos trabalhos do Grupo de Trabalho pelo Direito à Memória e à Verdade – GT-DMV desde 2013, que foi mantido ao longo do funcionamento da Coordenação em um forte diálogo com familiares de mortos e desaparecidos políticos, associações ligadas ao tema e comissões da verdade em São Paulo.

Nesse sentido, a Coordenação priorizou as demandas apresentadas pelos comitês de familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e outros movimentos de direitos humanos, de um lado, e, de outro, um debate sobre memória e verdade que incluísse os jovens a partir de diferentes ações. Entre seus programas de atuação, destacamos o Lugares e Ruas de Memória, que implementou até 2016 ações associadas aos lugares onde houveram acontecimentos relevantes na ditadura militar, como vídeos, publicações, instalação de marcos simbólicos nos cemitérios Dom Bosco, em Perus, e Vila Formosa, e o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar no Parque do Ibirapuera, que

serão abordados a seguir. Além disso, seguindo a recomendação da CNV, levou adiante a alteração do nome de logradouros que homenageiam violadores de direitos humanos na ditadura militar[19].

Quadro 1: Políticas públicas de memória no Brasil

Ano de criação/ funcionamento	Política pública de memória
1990	Abertura da Vala de Perus e CPI
1995 – Atual	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
2002 – Atual	Comissão de Anistia
2009	III Programa Nacional de Direitos Humanos
2012- 2014	Comissão Nacional da Verdade
2012 – Atual	Comissões da Verdade – Estados e Municípios
2014 – Atual	Coordenação de Direito à Memoria e à Verdade - PMSP

Organizado pela autora.

Ao analisar o conjunto das políticas públicas de memória, sistematizadas no quadro anterior, é possível afirmar que, apesar de necessárias, não chegaram a incorporar de maneira efetiva e abrangente as demandas colocadas pela sociedade civil, o que exigiria não apenas um aprofundamento maior dos eixos priorizados até o momento – reparação, memória e verdade – como também a incorporação dos eixos até então recusados pelo poder público – justiça e reforma das instituições. É preciso atentar, portanto, para os limites fundamentais deste processo, como a permanência de estruturas institucionais autoritárias ainda no período democrático e o modelo afastado dos processos penais e do enfoque punitivo dos autores das atrocidades, tal como enfatizam Soares e Quinalha (2011, p. 76).

A partir de um discurso oficial fortemente assentado na reconciliação nacional, os governos democráticos têm evitado os processos judiciais contra agentes de Estado e responsáveis por graves violações. Um ponto importante de conflito é a interpretação predominante da Lei de Anistia, de agosto de 1979[20], que contrariou as demandas populares e tratou as torturas, execuções e desaparecimentos praticados por agentes de Estado como "crimes conexos" aos crimes políticos dos militantes contra a ditadura de forma a promover uma "autoanistia" dos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade e tornando-se, ainda nos dias atuais, um obstáculo para a investigação e responsabilização penal dos agentes públicos envolvidos.

[19] Alteração do nome do Elevado Presidente Costa e Silva, o conhecido Minhocão, para Elevado Presidente João Goulart (Lei Nº 16.524, de 25 de julho de 2016) e da Avenida General Golbery do Couto e Silva, situada no Distrito Grajaú, para Rua Giuseppe Benito Pegoraro (Lei Nº 16.525, de 25 de julho de 2016).
[20] Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Tais características contribuem para a afirmação de Janaína Teles (2010) de que o país não chegou a concluir um processo verdadeiro de acerto de contas com o passado, impossibilitando a efetivação dos mecanismos de apuração e resposta ao legado de violência deixado pelo regime autoritário. Ou ainda, Edson Teles e Vladimir Safatle (2010) que defendem que o Brasil não chegou nem mesmo a concretizar uma justiça de transição.

Não poderíamos deixar de ressaltar, porém, iniciativas progressistas como as da abertura da Vala de Perus/CPI, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (concluída em 2015) e a Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da prefeitura de São Paulo. Tais ações não chegam a se configurar como políticas de Estado consolidadas, mas foram/são fundamentais para o fortalecimento da democracia. Não é aleatório o fato de que sejam justamente estas as que mantiveram/mantém relações mais próximas dos comitês de familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e outros movimentos de direitos humanos, que se constituíram como sujeitos fundamentais na denúncia e investigação das violações antes mesmo do fim do regime militar.

A respeito da justiça de transição, Quinalha (2012) aponta a necessidade da aplicação deste conceito para além da sua forma clássica de eixos e dimensões, para ele:

> Ainda que envolva dimensões que dizem respeito à garantia da verdade e da memória, à reforma profunda das instituições no sentido de democratizá-las, bem como às medidas de justiça que reparem as violações do passado e reforcem o imperativo da não repetição, não se pode construir o conceito meramente unindo essas parcelas, como se a soma das partes fosse insuficiente para dar conta do todo (*Ibid.*, p. 158).

O autor afirma que mesmo com relevantes conquistas registradas, o olhar centrado apenas no sentido da não repetição e no temor constante de um novo golpe supõe a fragilidade da democracia em constituição. Diante disso, trabalha-se para evitar conflitos possíveis no decorrer do processo e relega-se o debate sobre a justiça em relação às violações cometidas já que este poderia reavivar conflitos indesejados. Para ele, a insistência no caráter transicional da justiça imediatamente posterior à experiência autoritária, ainda que significativo, seria insuficiente. Sua análise indica, assim, que para consolidar efetivamente a democracia recentemente instituída, é preciso ir além do simples intento de evitar a regressão e propõe, em vez disso, uma concepção de "justiça de consolidação" ou ainda, simplesmente, "justiça" (*Ibid.*, p. 162).

Empreendedores da memória

Os grupos de familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e outras organizações de direitos humanos foram responsáveis, ainda durante o regime militar, pela mobilização para denunciar nacional e internacionalmente e investigar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro contra os militantes contrários ao regime. Seu papel foi fundamental para a construção da memória sobre a repressão política.

Fruto de um trabalho realizado desde 1979, o livro-denúncia "Brasil: Nunca Mais" foi publicado em 1985 mostrando documentos oficiais de processos e testemunhos feitos no Superior Tribunal Militar (STM), reunidos por advogados e religiosos. Encampado pela advogada Eny Raimundo Moreira, pelo reverendo da Igreja Presbiteriana Jaime Wright e pelo Cardeal da Igreja Católica Dom Paulo Evaristo Arns, este trabalho foi fundamental para a publicização de dados concretos sobre a repressão e se tornou uma fonte utilizada até hoje para processos contra perpetradores das violações e pesquisas em diferentes níveis. É por estas razões que a historiadora Janaína Teles (2012) afirma que esta publicação é de um dos "atos inaugurais" da memória social sobre a violência ditatorial.

Os familiares de mortos e desaparecidos políticos continuaram na articulação para que os princípios de memória, verdade e justiça fossem contemplados de maneira mais ampla e efetiva pelo Estado e sua participação nas conferências de preparação do PNDH-3 (2009) foi fundamental para a inserção do tema no Plano[21]. Não foram incorporadas todas as demandas apresentadas, principalmente no que se referia ao julgamento dos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade, mas, como foi dito, foi a primeira vez que os temas de memória e verdade entraram de maneira explicita em um programa estatal.

Nas Comissões da Verdade, os comitês de familiares ou ex-presos por memória, verdade e justiça tiveram um papel fundamental cobrando e colaborando sistematicamente na apuração de informações, tanto a partir de depoimentos quanto através da participação ativa em algumas das comissões estatais, o que foi marcante na CEV "Rubens Paiva", como retratado. Além disso, a participação da sociedade civil na construção deste processo se realizou também a partir das investigações realizadas pelas comissões da verdade universitárias, setoriais e regionais.

No âmbito da justiça, Teles (2010) detalha as diversas ações judiciárias movidas por familiares tanto na justiça brasileira como no plano internacional, mostrando que apesar de

[21] Processo analisado pela historiadora Julia Gumieri em sua dissertação "A Construção Possível. Inclusão e revisão do Direito à Memória e à Verdade no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos".

alguns casos de vitórias nesta instância, muitas famílias ainda esperam a conclusão dos processos, marcados pela lentidão e pela impunidade.

Foi a partir da pressão da sociedade civil que foram feitas correções de três atestados de óbito reconhecendo a morte por lesões e maus tratos de Vladmir Herzog (em setembro de 2012), Alexandre Vanucchi Leme (em dezembro de 2013) e de João Batista Franco Drummond (em fevereiro de 2014). Com grande repercussão na época, o laudo falso afirmando que o jornalista Vladmir Herzog teria morrido por asfixia mecânica decorrente de suicídio foi finalmente retificado por determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo no dia 24 de setembro de 2012. No documento entregue à família em março de 2013, consta que a morte dele "decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (DOI-CODI)".

Graças à ação movida pela família Almeida Teles desde 2006, no que diz respeito à responsabilização de torturadores no Brasil, foi proferida em outubro de 2008 uma sentença que declarava como torturador o ex-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que chefiou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operação de Defesa Interna do II Exército - DOI-CODI. Outro processo contra Ustra, movido pela família de Luiz Eduardo Merlino, após ter sido suspenso em setembro de 2008 pelo Tribunal de Justiça paulista, foi finalmente concluído em junho de 2012. A decisão proferida pela juíza Claudia de Lima Menge da 20ª Vara Cível de São Paulo, condenou o ex-coronel a indenizar em R$ 100 mil à família.

Recentemente, o Ministério Público Federal (MPF) também tem incorporado mais intensamente estas demandas da sociedade civil e atuado na denúncia e instauração de processos judiciais contra ex-policiais, agentes do aparato repressivo, torturadores, legistas e informantes que cometeram crimes contra a humanidade. Segundo o MPF, estes crimes não estariam sujeitos a regras domésticas de anistia e prescrição, baseados na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gomes Lund[22]. Outra ação recente a ser destacada é o processo movido contra a Volkswagen do Brasil pela cooperação da empresa com os órgãos policiais por meio do fornecimento de dados dos trabalhadores de suas fábricas ao DEOPS, da organização de um sistema próprio de vigilância do movimento sindical e inclusive do envolvimento direto na prisão e na tortura de seus empregados dentro do próprio ambiente da empresa. O processo está em andamento desde o final de 2015 pelos ministérios públicos federal, estadual e do Trabalho em decorrência da investigação realizada no âmbito

[22] Cf. <http://www.mpf.mp.br/>.

da CNV e aprofundada pelo Fórum de trabalhadores e trabalhadoras por verdade, justiça e reparação.

Entretanto, sendo responsabilizações no plano civil, não se efetivaram ainda condenações penais, o que reforça o fato de não ser vislumbrado um processo de julgamento dos agressores em virtude da vigência da Lei de Anistia.

Ao colocar em tensão o princípio da reconciliação afirmado na transição brasileira, a intensa mobilização dos perseguidos políticos e dos familiares de mortos e desaparecidos, individualmente ou organizados através de comitês e comissões de direitos humanos, é fundamental para o desenvolvimento de cada uma das ações citadas. Luta esta que envolve um grande desgaste dos familiares, que sofrem diante da impunidade que se reafirma como resposta a muitas das ações judiciais e políticas, como retrata Teles (2010).

É importante ressaltar, entretanto, que a disseminação da memória produzida por eles vêm se fortalecendo através das denúncias das violações, das contribuições às comissões da verdade tanto com testemunhos quanto com sua própria participação, atuando na produção de conhecimento sobre o regime, configurando-os como o que Jelin (2012) qualifica como *empreendedores da memória*. A mobilização intensa das pessoas diretamente atingidas pela ditadura nos processos de aprofundamento dos referidos temas de memória, verdade, justiça e reparação contribui de maneira fundamental para a ampliação deste debate da esfera privada para a pública, seja por meio das ações penais, das investigações e denúncias das violações, dos processos de reparação ou da memorialização de lugares simbolicamente importantes como será tratado a seguir.

2.2. Por um mapa dos lugares de memória relacionados à ditadura militar

A construção do objeto

No que se refere especificamente aos lugares de memória relacionados à ditadura militar, assinalamos primeiramente a maneira como o Estado tem tratado a questão a partir dos principais documentos apresentados publicamente - PNDH-3, CNV e CEV “Rubens Paiva” para compreender como está sendo construída sua abordagem a respeito deste tema.

A primeira vez que aparece uma abordagem específica para o tratamento dos lugares relacionados à ditadura militar é no PNDH-3[23], onde estes locais aparecem em uma diretriz sobre a "preservação da memória histórica e a construção pública da verdade". Neste Programa, o Estado brasileiro indica o incentivo à criação de centros de memória, museus e memoriais, como meio para possibilitar o conhecimento do período para a população em geral, e a identificação de locais relacionados a práticas de violações de direitos humanos. É importante ressaltar que se tratava, naquele momento, de apresentar proposições mais gerais considerando que o Programa se colocou como um guia às ações do estado brasileiro. Neste sentido, foram definidas propostas para o país no sentido de fortalecer o estado democrático e os direitos humanos, mas que não tinham efetivamente força de lei nem davam os subsídios necessários para a implantação das referidas ações.

Como já apresentado, estas e outras diretrizes do PNDH-3 tiveram um papel importante na constituição do trabalho da CNV, que incorporou estes pontos na sua investigação e nas recomendações finais ao Estado brasileiro. O grande foco da CNV neste tema foi a apuração dos locais e instituições relacionados às práticas de graves violações dos direitos humanos, destacando o papel dos mesmos para as investigações sobre as mesmas e, portanto, seu papel para a construção da *verdade* sobre o período. Neste documento, ainda não se usava o termo lugares de memória da ditadura, apenas "locais associados a graves violações de direitos humanos".

No seu relatório final, a CNV[24] trouxe informações sobre os principais locais usados para as práticas de violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, apontando unidades militares, policiais e centros clandestinos que estiveram ligados a "detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções e desaparecimentos forçados" e destacando que tais práticas foram contínuas, sistemáticas e obedeceram a uma verdadeira política de Estado. Outra importante contribuição da Comissão nesta investigação foi o levantamento de informações sobre os aparatos clandestinos de repressão que, segundo o documento, estavam também intimamente ligados à estrutura repressiva das Forças Armadas e às instâncias de comando.

É importante lembrar que a designação destes lugares e suas funções no aparato repressivo são de grande importância no âmbito de publicações oficiais e da definição de uma narrativa do Estado brasileiro sobre o período.

---

[23] Cf. PNDH-3: Diretriz 24 - Eixo orientador VI "Direito à memória e à verdade" - Objetivo estratégico I "incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários" (BRASIL, 2010, p. 214-216).

[24] Relatório Final CNV, Capítulo 15 "Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos", 2014.

Nas suas recomendações, a CNV[25] manteve o tratamento dos lugares no âmbito da sua preservação sinalizando o tombamento e a criação de "marcas de memória" como os instrumentos para este fim. Apesar de não ter sido criado um órgão público para dar continuidade às ações e recomendações apresentadas à sociedade, como foi proposto pela Comissão[26], algumas dessas recomendações já foram incorporadas como justificativas em ações em outros níveis do poder executivo, principalmente no que se refere à revogação de homenagens a pessoas que praticaram as graves violações de direitos humanos.

Por sua vez, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"[27] apresentou informações sobre lugares utilizados para tortura e outras graves violações, apontando também a utilização de valas clandestinas nos cemitérios e o legado atual desses sistemas na ocultação de corpos na cidade de São Paulo. A Comissão afirmou a necessidade de continuação e aprofundamento das investigações não apenas para a melhor compreensão do período, mas também para conduzir a maiores esclarecimentos sobre o paradeiro de militantes que continuam ainda desaparecidos.

É no âmbito dessa comissão que aparece a primeira menção à noção de lugares de memória da ditadura nas políticas públicas por meio de um conjunto de recomendações detalhadas com foco nos chamados "Lugares da Memória, Arqueologia da Repressão e da Resistência e Locais de Tortura" [28]. Entre elas, aparecem com destaque os mecanismos de tombamento e proteção do patrimônio cultural para a preservação dos prédios e espaços que foram usados pela repressão tanto para a preservação da memória quanto para a revelação da verdade, apontando a Secretaria de Cultura e o CONDEPHHAT como órgãos públicos centrais para estes objetivos. Segundo o relatório, o Estado deveria se apropriar dos locais citados e assumir sua *"obrigação* em preservar os prédios e espaços que foram utilizados para repressão, com uso dos instrumentos protetivos dos bens culturais, como Registro, Tombamento, Inventários, Vigilância e Desapropriação (...)" (SÃO PAULO, 2015). Isso significa, na prática, um grande respaldo às ações dos órgãos de preservação no sentido de

[25] Cf. Relatório Final CNV – Recomendações – Itens 48 e 49 (BRASIL, 2014a, p. 974).
[26] Tampouco é possível prever o cumprimento das recomendações diante do contexto político atual. Há apenas uma experiência de continuidade no Rio de Janeiro, onde foi criada a Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade para implementar e monitorar as recomendações da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro depois de sua conclusão em dezembro de 2015.
[27] Cf. Relatório CEV "Rubens Paiva", Capítulo "Lugares de memória, arqueologia da repressão e da resistência e locais de tortura", Tomo I, Parte IV (SÃO PAULO, 2015).
[28] Apesar de mencionar os lugares de resistência, o foco central das recomendações desta Comissão ainda são os lugares relacionados à repressão política.

consagrar lugares como estes, muitas vezes sem valores arquitetônicos ou estéticos excepcionais, como patrimônio cultural a ser tutelado como obrigação do Estado.

Por fim, a comissão afirma ainda o dever de criação de políticas públicas de valorização da memória, indicando o papel da difusão e do uso pedagógico destes lugares e apontando duas intervenções específicas, uma no DOI-Codi (a ser decidida em uma discussão pública) e a instalação de um monumento no Cemitério de Vila Formosa.

Cabe ressaltar que é a primeira comissão que apresenta a ideia de "lugares de memória" que devem ser identificados, reconhecidos e protegidos pelo Estado. As recomendações desta Comissão foram realmente detalhadas, definindo e indicando exatamente como cada uma de suas propostas deveria ser feita, estabelecendo inclusive os prazos para cada ação. Trata-se de um documento fundamental e que encara efetivamente a importância dos lugares de memória relacionados à repressão na ditadura militar como uma obrigação de Estado em suas diferentes instâncias.

Da mesma maneira que as recomendações da CNV, as que foram apresentadas pela CEV "Rubens Paiva" não implicaram em uma aplicação imediata de suas propostas, o que é um limite claro dos resultados destas comissões, ainda mais no contexto político atual. Por outro lado, estes documentos contribuem significativamente na construção da narrativa do Estado em relação a este tema e nas posturas esperadas na construção de políticas de memória mais abrangentes e efetivas.

É importante destacar que os objetivos da CNV e da CEV "Rubens Paiva" estavam ligados à constituição da *verdade* no âmbito estatal. Tratava-se, portanto, de esclarecer os fatos e circunstâncias de tais violações, lidando com os locais associados às graves violações como subsídios para a construção da verdade, daí o foco nos aparatos repressivos oficiais, centros clandestinos, cemitérios e presídios políticos.

A noção de lugares de memória relacionados à ditadura militar já vinha sendo desenvolvida a partir do Programa Lugares da Memória, do Memorial da Resistência de São Paulo – MRSP, consolidando-se e ganhando destaque a partir dele. A instituição ocupa parte do edifício onde funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP e tem como uma de suas linhas de atuação o referido programa, que desenvolve um inventário de lugares relacionados à resistência e à repressão no estado de São Paulo de 1940 a 1983, período em que o órgão de repressão funcionou no edifício. O programa existe desde 2010 e seu objetivo é "expandir o alcance preservacionista do Memorial da Resistência por meio da identificação, inventário e musealização dos lugares da memória da resistência e da repressão políticas do estado de São Paulo" (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO

PAULO, s/d). Dentre os quatro eixos de atuação do programa, destacamos o inventário dos lugares de memória relacionados à ditadura militar e ao Estado Novo no estado de São Paulo[29].

Este inventário foi publicado no relatório final da CEV “Rubens Paiva” e no site do MRSP e abrange todo o estado de São Paulo. Segundo a instituição, está sendo feito a partir de pesquisas sobre a cidade, características históricas e arquitetônicas dos lugares, plantas, fotografias, jornais, documentos e conhecimento da população local sobre os lugares e o tema da repressão política a fim de abarcar cada local e contexto específico. Até o momento, foram levantados 184 lugares em todo o estado relacionados à repressão e à resistência política tanto no Estado Novo como na Ditadura Militar.

Maurice Politi, ex-preso político e membro do Núcleo de Preservação da Memória Política, em uma entrevista realizada logo no começo desta pesquisa, disse que se surpreendeu com o tamanho da lista que estava sendo feita pelo Memorial da Resistência. Isso porque o inventário produzido pelo MRSP amplia uma problemática inicial apenas relacionada aos aparatos repressivos, incorporando lugares públicos e privados vinculados à resistência política em sentido amplo, para além da repressão.

Resgatando o debate sobre a conceituação dos lugares de memória realizado no início deste trabalho, é possível dizer que a maior parte dos lugares de memória relacionados à ditadura militar na metrópole de São Paulo está sujeita à ameaça de esquecimento, provocado discursiva ou fisicamente, como procuramos evidenciar. Como disse Nora (1993), “se habitássemos ainda a nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Para além de seu uso próprio para o esclarecimento da verdade sobre o regime militar, é contra isso que se colocam as propostas de preservação, memorialização ou mesmo a identificação destes lugares.

Recuperar a noção proposta por Nora depois de discutir as políticas de memória no Brasil reforça o sentido de lugares "em risco". Pensando-os a partir da categoria espacial de *lugar* chegamos à sua conceituação enquanto expressão do vivido e das práticas sócioespaciais e, portanto, não apenas "palco" dos acontecimentos. Carlos (2007) afirma o lugar como um fragmento que reúne a ordem distante e a ordem próxima, ou seja, as sujeições relacionadas aos processos sociais, políticos e econômicos mais gerais e, ao mesmo tempo, às necessidades ligadas à reprodução da vida e ao uso. É, portanto, onde a vida acontece em toda

[29] Cada eixo do programa encontra-se em uma fase distinta de trabalho, sendo o inventário o mais avançado atualmente.

sua complexidade: drama e festa, opressão e luta. Lugares de memória que suportam lembranças das violações mais intensas e também das relações afetuosas, companheirismos, contestação. Memórias da repressão e da resistência.

A noção de lugares de memória da ditadura militar na metrópole de São Paulo, dessa maneira, reúne lugares onde diferentes experiências relacionadas à ditadura foram vividas. É possível pensar estas experiências e as memórias decorrentes delas a partir de duas dimensões: experiências das violações, repressão e expropriação dos direitos civis e experiências de luta, organização, confronto e resistência. Com base nesta proposta de análise, construímos uma abordagem dos lugares de memória da ditadura militar a partir da ótica da repressão e da resistência.

Um mapa possível da metrópole de São Paulo

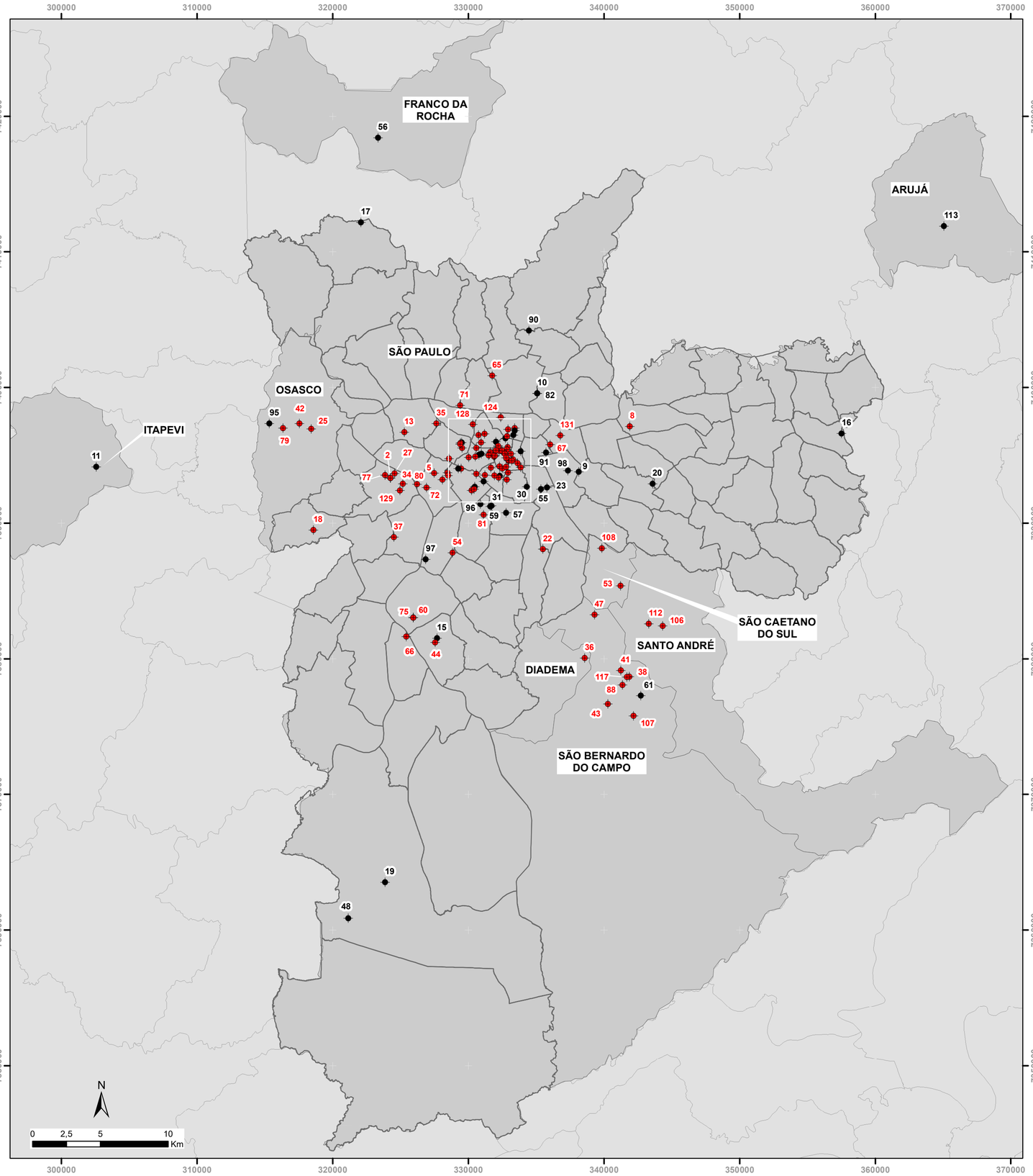
"Diferentemente das guerras tradicionais, que deixam um saldo de cidades destruídas e arrasadas, a repressão política não deixa feridas imediatamente visíveis na paisagem urbana", afirma a Estela Schindel (2009, p. 81 – tradução livre). A ditadura militar deixou, além de mortos, desaparecidos e silêncios, marcas na cidade. De fato, os lugares relacionados à repressão (e à resistência) não são tão fáceis de serem identificados no tecido urbano, alguns já não existem, outros servem hoje a outras atividades, são poucos os que receberam algum tipo de intervenção. Se não há, ainda, uma política pública efetiva de sinalização destes tipos de lugares, nem mesmo um trabalho consolidado de pesquisa e identificação dos mesmos, a importância de um levantamento mais completo é evidente e aponta para a abertura de outras investigações e análises.

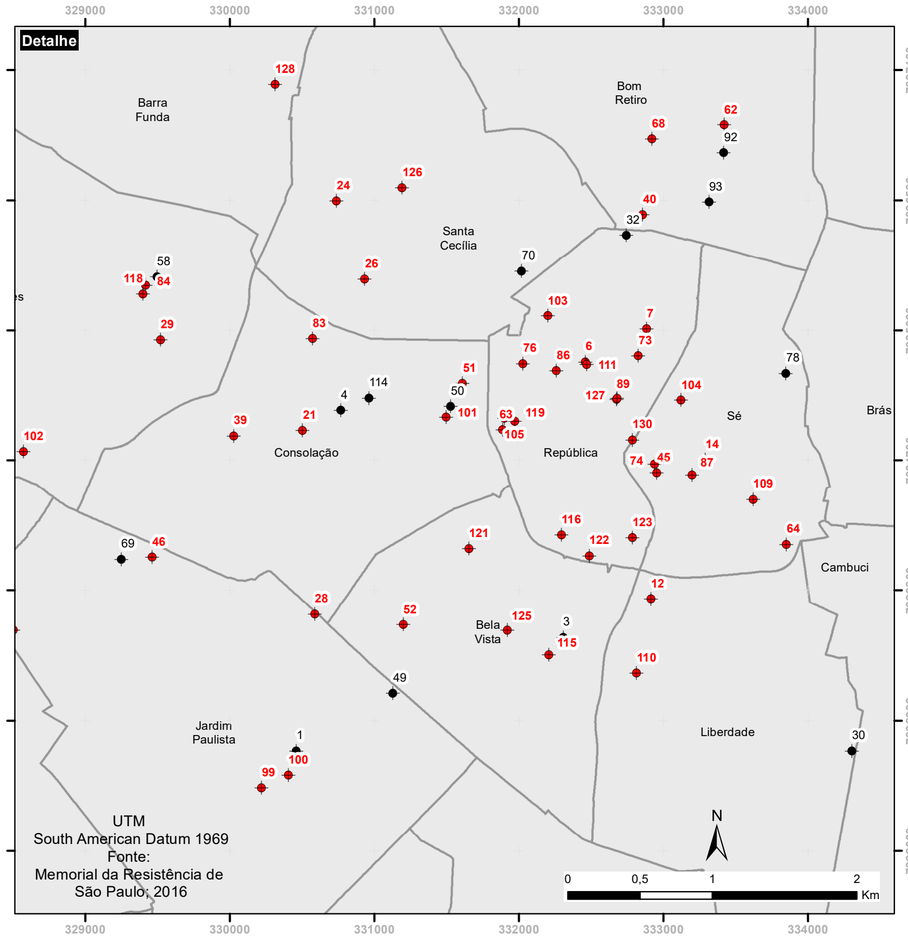
Partindo do extenso levantamento realizado pelo MRSP, os lugares foram categorizados em nosso trabalho segundo seu papel predominante na repressão ou na resistência à ditadura militar. Com a consciência de que os lugares onde se viveu a violação também contêm experiências de resistência, sendo experiências que se entrecruzam, consideramos possível categorizá-los segundo seu uso predominante, a atuação de diferentes grupos sociais e seu papel na contestação ou apoio ao regime. Esta é uma dificuldade que aponta para a complexidade de experiências relacionadas a estes lugares e às diferentes maneiras de analisá-los e representá-los, o que torna também difícil (mas não impossível) a elaboração de um mapa. Conforme afirmamos, não se propõe uma classificação rígida, mas uma tentativa de compreensão dos mesmos considerando também as contribuições da sua análise espacial.

A partir dos 131 lugares de memória levantados pelo MRSP[30] na Região Metropolitana de São Paulo, foi elaborado o Mapa 1.

É importante lembrar ainda que os lugares apresentados neste levantamento fazem parte de um universo que pode continuar sendo ampliado a partir das narrativas das vítimas e incorporando também novas informações à medida que avancem estas e outras pesquisas.

[30] As informações resumidas do programa estão disponibilizadas no site do MRSP, junto a algumas fichas mais detalhadas de determinados lugares. A lista completa utilizada para a elaboração do mapa foi extraída do banco de dados anexado ao relatório final da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (SÃO PAULO, 2015).





Legenda

Município	Categoria*
	Repressão
	Resistência

*Detalhamento dos pontos a seguir

Lugares de memória da ditadura militar na metrópole de São Paulo

Mapa 01: Lugares de memória - RMSP

Organização: Anaclara Volpi Antonini | Isis Bernardo Ramos

Out. / 2016

Escala: 1: 220.000

Universidade de São Paulo / Apoio: FAPESP

Mapa 1: Lugares de memória da ditadura militar - RMSP

Legenda / Detalhamento dos pontos

ID	Categoria	Nome	ID	Categoria	Nome
1	Repressão	Alameda Casa Branca	67	Resistência	Igreja São João Batista do Brás
2	Resistência	Associação dos Docentes da USP (Adusp)	68	Resistência	Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICBI)
3	Repressão	Auditoria da Justiça Militar	69	Repressão	Instituto Médico Legal (IML/SP)
4	Repressão	Avenida Angélica	70	Repressão	Jornal Folha de São Paulo
5	Resistência	Bar Bartolo	71	Resistência	Jornal O Estado de São Paulo
6	Resistência	Bar Redondo	72	Resistência	Largo de Pinheiros
7	Resistência	Basílica de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Ifigênia	73	Resistência	Largo do Paissandu
8	Resistência	Basílica Nossa Senhora da Penha	74	Resistência	Largo São Francisco
9	Repressão	Casa da Mooca	75	Resistência	Largo Treze de Maio
10	Repressão	Casa de Detenção de São Paulo – Carandiru	76	Resistência	Livraria Duas Cidades
11	Repressão	Casa de Itapevi	77	Resistência	Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC)
12	Resistência	Casa de Portugal de São Paulo	78	Repressão	Palácio das Indústrias
13	Resistência	Casa do Massacre da Lapa	79	Resistência	Paróquia Nossa Senhora da Conceição
14	Resistência	Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção de São Paulo - Catedral da Sé	80	Resistência	Paróquia Nossa Senhora dos Pobres
15	Repressão	Cemitério Campo Grande	81	Resistência	Parque do Ibirapuera
16	Repressão	Cemitério do Lajeado	82	Repressão	Penitenciária Feminina da Capital
17	Repressão	Cemitério Dom Bosco - Vala de Perus	83	Resistência	Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo
18	Resistência	Cemitério Israelita do Butantã	84	Resistência	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
19	Repressão	Cemitério Parelheiros	85	Resistência	Praça Benedito Calixto
20	Repressão	Cemitério Vila Formosa	86	Resistência	Praça da República
21	Resistência	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)	87	Resistência	Praça da Sé
22	Resistência	Centro de Pastoral Vergueiro (CPV)	88	Resistência	Praça do Paço Municipal de São Bernardo do Campo
23	Repressão	Centro de Treinamento - Casa no bairro do Ipiranga	89	Resistência	Praça Ramos de Azevedo
24	Resistência	Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo	90	Repressão	Presídio da Polícia Militar Romão Gomes – Presídio Barro Branco
25	Resistência	Colégio e Escola Normal Antônio Raposo Tavares (Ceneart)	91	Repressão	Presídio do Hipódromo
26	Resistência	Colégio Equipe	92	Repressão	Presídio Tiradentes
27	Resistência	Conjunto Residencial da USP (CRUSP)	93	Repressão	Primeiro Batalhão de Polícia de Choque - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA)
28	Resistência	Consulado dos EUA no Conjunto Nacional	94	Resistência	Publicações e Assistência Técnica Ltda (PAT)
29	Resistência	Convento Santo Alberto Magno - Convento dos Dominicanos	95	Repressão	Quartel de Quitaúna
30	Repressão	Delegacia de Polícia do Cambuci - 6ª DP	96	Repressão	Quartel General do II Exército
31	Repressão	Departamento de Operações Internas do Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-Codi)	97	Repressão	Rede Globo
32	Repressão	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP)	98	Repressão	Restaurante Varella
33	Resistência	Editora Abril	99	Resistência	Rua Barão de Capanema
34	Resistência	Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP	100	Resistência	Rua Caçapava
35	Resistência	Escola Experimental da Lapa	101	Resistência	Rua Maria Antônia
36	Resistência	Estação Transmissora da Rádio Nacional	102	Resistência	Rua Petrópolis
37	Resistência	Estádio Cicero Pompeu de Toledo - Estádio do Morumbi	103	Resistência	Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de São Paulo (SATED/SP)
38	Resistência	Estádio da Vila Euclides	104	Resistência	Sindicato dos Bancários de São Paulo
39	Resistência	Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho - Estádio do Pacaembu	105	Resistência	Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
40	Resistência	Estrada de Ferro Santos - Jundiaí	106	Resistência	Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André
41	Resistência	Estúdios da Vera Cruz	107	Resistência	Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SMABC)
42	Resistência	Fabrica da Cobrasma	108	Resistência	Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano Sul
43	Resistência	Fábrica da Scania	109	Resistência	Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
44	Resistência	Fábrica Sylvania	110	Resistência	Sindicato dos Motoristas de São Paulo
45	Resistência	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Centro Acadêmico XI de Agosto	111	Resistência	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)
46	Resistência	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)	112	Resistência	Sindicato dos Químicos do ABC
47	Resistência	Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo	113	Repressão	Sítio do Arujá
48	Repressão	Fazenda 31 de Março de 1964	114	Repressão	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)
49	Repressão	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)	115	Resistência	Teatro Bandeirantes
50	Repressão	Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo (FCCESP)	116	Resistência	Teatro Brasileiro de Comédia (TBC)
51	Resistência	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)	117	Resistência	Teatro Cacilda Becker
52	Resistência	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	118	Resistência	Teatro da Universidade Católica (TUCA)
53	Resistência	Ginásio Vocacional de São Caetano do Sul Vila de Santa Maria	119	Resistência	Teatro de Arena Eugênio Kusnet
54	Resistência	Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha	120	Resistência	Teatro Lira Paulistana
55	Repressão	Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP)	121	Resistência	Teatro Maria Della Costa
56	Repressão	Hospital Psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário	122	Resistência	Teatro Oficina
57	Repressão	Igreja Batista de Vila Mariana	123	Resistência	Teatro Paramount
58	Repressão	Igreja Batista em Perdizes	124	Resistência	Teatro Popular União e Olho Vivo (TUOV)
59	Repressão	Igreja do Santíssimo Sacramento	125	Resistência	Teatro Ruth Escobar
60	Resistência	Igreja Matriz de Santo Amaro	126	Resistência	Teatro São Pedro
61	Repressão	Igreja Matriz São Bernardo do Campo – Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem	127	Resistência	Theatro Municipal
62	Resistência	Igreja Metodista na Luz	128	Resistência	TV Record
63	Resistência	Igreja Nossa Senhora da Consolação	129	Resistência	Universidade de São Paulo (USP)
64	Resistência	Igreja Nossa Senhora da Paz	130	Resistência	Vale do Anhangabaú
65	Resistência	Igreja Nossa Senhora de Fátima	131	Resistência	Vila Operária Maria Zélia
66	Resistência	Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro			

A representação dos lugares inventariados até o momento na Região Metropolitana de São Paulo em um só mapa permite analisá-los em seu conjunto, considerando sua distribuição espacial e a dimensão do processo repressivo nesta metrópole.

É possível apontar, em uma primeira análise do mapa, a concentração dos lugares inventariados, tanto de resistência como de repressão, nos municípios de São Paulo, Osasco e ABC. Esta concentração pode ter relação com as ações políticas de resistência ao regime e a organização do aparato repressivo, mas também pode decorrer da escassez de pesquisas ou de conhecimento sobre ações realizadas em outros municípios da RMSP. A CNV, por exemplo, alistou 26 locais de graves violações no estado de São Paulo e, destes, descreveu apenas 4 com detalhes no relatório final, o que significa que ainda há muito a se investigar sobre este tema e que esta lista pode ser ainda ampliada.

Ao analisar apenas a categoria de repressão no Mapa 1, é possível notar algumas tendências de localização, verificando-se diferenças entre os aparatos oficiais e clandestinos de repressão. Os primeiros estavam concentrados no município de São Paulo e situados em grande parte na área central e centro expandido da cidade, alguns inclusive em edifícios históricos monumentais como é o caso do DEOPS/SP; enquanto os aparatos clandestinos se localizavam majoritariamente em regiões periféricas, áreas rurais ou dispersos em bairros residenciais, sendo registrados também em outros municípios da região metropolitana, como Arujá e Itapevi. Destes, destacamos os casos do Cemitério Dom Bosco, em Perus, construído para o enterro dos chamados “indigentes” em 1971, situado em uma área afastada em um bairro que já era distante do centro da cidade no período, mostrando claramente a intenção do governo em ocultar estes mortos; e da Fazenda 31 de Março, situada numa área rural no extremo sul de São Paulo e onde há também indícios de que foram ilegalmente enterrados corpos de militantes no local[31].

Esta distribuição espacial evidencia, de um lado, a imposição disseminada do controle e vigilância política e, de outro, a intenção de ocultar as práticas desenvolvidas pelo aparato repressivo, que fugiam à própria legalidade aparente de exceção.

Na área central e centro expandido de São Paulo, por sua vez, se evidencia a concentração de diferentes movimentos de resistência ao regime militar, tanto nos locais específicos de articulação, como sindicatos, associações, teatros e espaços religiosos, quanto no espaço público a partir das manifestações das diferentes manifestações populares. Além

[31] CEV “Rubens Paiva” (SÃO PAULO, 2015).

disso, figuram de maneira evidente os municípios do ABC, onde os trabalhadores metalúrgicos se destacaram na resistência à ditadura e à opressão do trabalho nas fábricas a partir das greves do final da década de 1970 e início dos 1980.

Para uma análise mais detalhada, fizemos uma nova organização dos lugares mapeados segundo sub-categorias com base na classificação específica proposta pelo MRSP[32] considerando os diferentes tipos de lugares em relação aos usos vinculados à repressão e a resistência (Quadro 2). O quadro completo com a descrição resumida destes lugares está nos anexos (Quadro 5) e sua organização foi feita segundo a classificação do próprio MRSP.

Quadro 2: Lugares de memória da ditadura militar – RMSP: Sub-categorias por Repressão e Resistência

Sub-categorias	Repressão	Resistência
Aparato Repressivo	2	
Órgão das Forças Armadas	4	
Presídio Político	7	
Centro Clandestino	5	
Cemitério	5	1
Centro Médico	3	
Entidade Patronal	2	
Espaço Público	2	17
Órgão de Comunicação Social	2	5
Espaço Religioso	5	14
Estabelecimento Comercial	1	3
Aparelho		1
Centro Cultural		18
Espaço Estudantil		15
Estádio		3
Fábrica		3
Repartição Estrangeira		1
Sindicato e Associação Trabalhista		12
Total Geral	**38**	**93**

Organizado pela autora.

Dentre os lugares relacionados à repressão, há aparatos oficiais, clandestinos, instituições públicas e privadas. Segundo a CNV (BRASIL, 2014), as unidades militares e policiais oficiais e clandestinas tiveram uma lógica de atuação estruturada e nacional. Os principais aparatos repressivos oficiais do estado de São Paulo foram o DEOPS/SP, o DOI-Codi (originado da Operação Bandeirante, que funcionou de maneira clandestina de julho de 1969 a setembro de 1970), a Auditoria Militar e os Presídios Tiradentes, Carandiru (Casa de Detenção de São Paulo) e Hipódromo (Complexo Penitenciário do Estado de São Paulo).

[32] As sub-categorias não são exatamente iguais à classificação geral e específica do MRSP extraídas do Relatório da CEV "Rubens Paiva" (SÃO PAULO, 2015).

Estes aparatos repressivos foram responsáveis pela vigilância e controle das atividades políticas e outras consideradas subversivas (portanto, ilegais aos olhos do regime militar) ou que atentassem à ordem. Apesar de serem órgãos oficiais e de sua estrutura buscar uma legalidade aparente, os relatos dos sobreviventes mostram como eles foram sistematicamente utilizados para práticas ilegais inclusive para o Estado de exceção, como as torturas, execuções e desaparecimentos forçados.

De maneira clandestina, casas em bairros residenciais e sítios foram utilizados por militares e policiais para detenção e tortura de presos políticos, enquanto cemitérios em periferias receberam corpos de militantes políticos para serem enterrados como indigentes em valas comuns e sem registro de localização. A CNV demonstrou e enfatizou que estes centros não eram autônomos ou vinculados a "milícias" ou grupos paramilitares, mas sim ligados ao comando do exército, fazendo parte de uma política de repressão do Estado para além da legalidade de exceção mantida pelo governo ditatorial. Além disso, muitos empresários cederam imóveis particulares às unidades militares e policiais que as utilizavam como centros clandestinos de detenção[33].

É importante ressaltar que a articulação destes aparatos se realizava também com organismos militares e centros clandestinos de outros estados, formando uma rede mais ampla de controle social a partir da difusão de uma cultura do medo articulada a uma complexa estrutura repressiva militarizada constituída por um conjunto de órgãos que tinha como centralizador a União.

Nesta lista, incluímos ainda centros médicos públicos e privados, como o Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP) e o Hospital Psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário, que receberam presos políticos e integraram o sistema repressivo, e o Instituto Médico Legal (IML/SP), que produziu laudos e certidões de óbito que davam subsídio às versões falsas das mortes de militantes políticos.

Entidades patronais e alguns órgãos de comunicação social apoiaram não apenas financeira e ideologicamente a repressão política, como também de maneira ativa. Destacamos a presença de membros da FIESP em sessões de tortura no DEOPS/SP, conforme registrado nos livros de visitas descobertos pela CEV "Rubens Paiva" e a Folha de São Paulo, que cedeu caminhonetes às forças militares (SÃO PAULO, 2015).

Por fim, destacamos lugares onde militantes políticos foram assassinados pelas forças policiais ou militares: Casa do Massacre da Lapa (13), Alameda Casa Branca (1), Avenida

[33] Vide Quadro 5.

Angélica (4), Restaurante Varella (98) e Fábrica Sylvania (44). Muitas dessas execuções foram divulgadas pela repressão como resultado de confrontos.

Entre os lugares majoritariamente ligados à resistência à ditadura militar, é possível apontar os espaços estudantis, instituições de ensino públicas e privadas que criticaram vigorosamente e sofreram perseguição em diferentes níveis (há registo de professores e universitários mortos e desaparecidos, exilados e até mesmo confrontos contra estudantes), e os centros culturais, grupos de artistas e órgãos de comunicação social que denunciaram fortemente a violência de Estado e as supressões de direitos civis e, por isso, também foram censurados e perseguidos pela repressão.

Os trabalhadores também se organizaram expressivamente e, apesar das intervenções estatais nas diretorias dos sindicatos e associações trabalhistas, se mobilizaram contra o arrocho salarial, horas extras, alto custo de vida, condições precárias de trabalho e à própria desarticulação dos sindicatos. Nas fábricas, o cotidiano opressor, expropriador e desgastante foi contestado a partir das comissões de oposição, das comissões internas de prevenção de acidentes e do trabalho de base que levaram a episódios marcantes de paralizações e greves. Por causa desta mobilização, foram intensa e violentamente reprimidos dentro e fora das fábricas, como denuncia o Fórum de trabalhadores e trabalhadoras por verdade, justiça e reparação.

Embora algumas Igrejas e entidades religiosas tenham colaborado com o regime militar, entre as quais destacamos a associação leiga Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que apoiou intensamente diferentes políticas conservadoras e o próprio golpe, o levantamento do MRSP dá destaque aos setores mais progressistas, vinculados principalmente à Igreja Católica. Fundados na reformulação das práticas e discursos desta instituição e mais próximos ao mundo dos explorados e oprimidos, estes setores foram fundamentais nos movimentos de bairros, de mulheres e operários, denunciando também as condições de vida nas periferias e as violações sofridas pelos militantes políticos e pela população mais pobre.

Os espaços públicos foram utilizados por diferentes movimentos sociais para manifestações políticas e artísticas contra a ditadura, como o movimento negro, LGBT, de professores, trabalhadores e estudantes em ações que sofreram também intensa repressão e intervenção policial/militar. A estes lugares, incluímos também os estádios esportivos, onde foram realizadas manifestações democráticas e de trabalhadores, nas quais se destacam o Comício pelas Diretas Já no Pacaembu, que reuniu 15 mil pessoas em 1984 e as diversas e cheias assembleias dos metalúrgicos do ABC em 1979 e 1980, que chegaram a reunir mais de

100 mil trabalhadores no Estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo, onde houve também intensa repressão policial. Além disso, há também lugares de diferentes tipos onde que foram realizadas ações de grupos de esquerda ligados à luta armada[34].

Lembramos que este levantamento é datado, correspondendo às pesquisas publicadas até outubro de 2016. Como ressaltamos algumas vezes, trata-se de investigações ainda em aprofundamento, o que significa que podem ser complementadas à medida que novas informações sejam encontradas. Neste momento, podemos sublinhar que há poucos dados sobre lugares relacionados ao movimento e população LGBT, à mobilização feminina, à imprensa de esquerda e aos movimentos populares de bairro, entre outros, que ainda podem ser complementados.

2.3. Iniciativas de memorialização: intervenções urbanas para a memória

Ao inventário apresentado anteriormente, incluímos um novo campo de levantamento para identificar as iniciativas de memorialização empreendidas nos lugares mapeados, enfocando as experiências ligadas diretamente aos lugares onde ocorreram violações e procuram justamente explicitar a violência de Estado praticada no período.

Diante de um conjunto de 131 lugares ligados à repressão e à resistência ao regime militar inventariados pelo MRSP em municípios da Região Metropolitana de São Paulo, o quadro seguinte (Quadro 3) mostra que a proporção entre os lugares inventariados e os que receberam algum tipo de intervenção é reduzida. Trata-se de 14 intervenções que articularam as violações ocorridas e as memórias sobre elas à materialidade dos lugares, possibilitando a incorporação de novos sentidos, permitindo e impulsionando outros tipos de apropriação dos mesmos nos dias atuais.

Quadro 3: Iniciativas de memorialização relacionadas à ditadura militar - RMSP

Nome	Endereço	Descrição (MRSP)	Iniciativa de memorialização	Tipo de iniciativa
1. Auditoria da Justiça Militar	Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1249, Bela Vista / São Paulo	Este casarão abrigou por muitos anos as auditorias da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, criadas para julgar principalmente crimes praticados por integrantes das Forças Armadas. Durante a ditadura civil-militar, as auditorias assumiram também o julgamento dos então chamados “crimes políticos”.	O casarão onde funcionou a Auditoria Militar foi cedido pela União à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) e ao Núcleo de Preservação da Memória Política desde 2013 para	Musealização (em processo); Tombamento

[34] Vide lugares n. 28, 36, 40, 99, 100 e 102 no Quadro 5.

Nome	Endereço	Descrição (MRSP)	Iniciativa de memorialização	Tipo de iniciativa
		Acusados de crimes contra a Segurança Nacional, os réus participavam de audiências que tinham como objetivo mascarar o autoritarismo e a repressão do regime ao revesti-los de uma suposta legalidade judicial. Apesar dos riscos, foram nas auditorias que os presos políticos tiveram a oportunidade de denunciar, pela primeira vez, as torturas que vinham sofrendo nos cárceres do regime.	instalação do futuro Memorial da Luta pela Justiça. Além disso, o casarão é tombado pelo Conpresp como parte do conjunto do bairro da Bela Vista.	
2. Departamento de Operações Internas do Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-Codi)	Rua Tutóia, 921 e Rua Tomás Carvalhal, 1030, Vila Mariana / São Paulo	Durante a ditadura civil-militar, o 36ª Distrito Policial dividiu suas instalações com um dos mais importantes órgãos de repressão política. Em 1969, a Operação Bandeirantes (Oban) foi criada em caráter experimental, funcionando inicialmente como um órgão clandestino. Mas isso duraria pouco tempo. O sucesso das operações inspiraria a criação, no ano seguinte, de uma estrutura nacional de repressão. O sistema DOI-Codi nasceria sob o comando do Exército e contaria com unidades instaladas em todas as suas áreas de jurisdição. Cada Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) era responsável pelo planejamento e organização de ações de segurança e informação, incluindo capturas, averiguações e interrogatórios de suspeitos. O órgão paulista foi considerado um dos piores destinos para presos políticos e um dos mais efetivos centros de tortura, assassinato e desaparecimento forçado já atuante no país. Após sua desarticulação, a delegacia continuou funcionando no local.	O local onde funcionou o DOI-CODI e a Oban continuou sendo ocupado pela 36ª Delegacia de Polícia depois de sua desativação e em 2014 foi tombado pelo Condephaat por seu valor histórico como aparato repressivo durante a ditadura militar. Nos últimos anos, foram realizados diferentes atos políticos no local e o Núcleo de Preservação da Memória Política, associado a outras entidades, pleiteia sua musealização.	Atos políticos; Tombamento
3. Cemitério Dom Bosco - Vala de Perus	Estrada do Pinheirinho, 860 Perus / São Paulo	Em 1990, o Cemitério Municipal Dom Bosco, na região de Perus da cidade de São Paulo, foi palco da abertura da primeira vala clandestina que abrigava corpos de vítimas da repressão durante a ditadura civil-militar. Descoberta por familiares de mortos e desaparecidos políticos no final dos anos 1970, a Vala de Perus só encontrou condições políticas para ser aberta após a saída dos militares do poder. O evento foi um marco na luta dos familiares de vítimas por Memória, Verdade e Justiça na medida em que deu início ao processo de reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura. Na vala foram encontradas 1.049 ossadas, dentre as quais existe a suspeita de 14 pertencerem a militantes desaparecidos.	No local onde foi encontrada a vala clandestina em 1990, foi erguido um monumento em homenagem às vitimas em 1992 com o apoio da PMSP. O processo de identificação das ossadas ficou suspenso por muitos anos e foi retomado em 2014. Em 2016, a PMSP promoveu a grafitagem do muro externo do cemitério em conjunto com coletivos políticos e artísticos do bairro.	Monumento; Sinalização
4. Cemitério Vila Formosa	Av. Flor de Vila Formosa, s/n / São Paulo	Inaugurado em 1949, o Cemitério Municipal de Vila Formosa foi considerado, na época, o maior da América Latina. Ao lado do Cemitério Dom Bosco, em Perus, o Vila Formosa está entre os primeiros a serem descobertos como locais usados para a ocultação de corpos de desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar. Àquela época, a repressão usou os cemitérios municipais para enterrar como "indigentes" os opositores que assassinava. A partir de investigações iniciadas em 2010, foi localizada uma vala clandestina no local. Também foram identificadas algumas reformas extraoficiais, promovidas durante a década de 1970, que alteraram quadras, canteiros e ruas do cemitério, dificultando a localização de corpos. Na ocasião, foram encontradas e recolhidas para perícia dezenas de ossadas sem qualquer identificação. O cemitério continua em funcionamento.	Jardim "Pra não dizer que não falei das flores", construído pela PMSP em 2016 no local das sepulturas abertas à procura de Virgílio Gomes da Silva e Sérgio Correa, militantes políticos desaparecidos (Cemitério Vila Formosa II).	Sinalização

Nome	Endereço	Descrição (MRSP)	Iniciativa de memorialização	Tipo de iniciativa
5. Teatro da Universidade Católica (TUCA)	Rua Monte Alegre, 1024, Perdizes / São Paulo	Em agosto de 1965, a Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) inaugurou seu auditório para grandes eventos. Um mês depois, o grupo Teatro dos Universitários da Católica (TUCA) subiria ao palco com Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, sua peça de estreia. O recém-criado grupo de teatro universitário surgira de mobilizações estudantis que, como era comum à época, pretendiam fortalecer o engajamento político pela arte. O grande sucesso da peça projetou o TUCA internacionalmente, mas também atraiu a atenção da repressão e da censura. O grupo se dissolve em 1970, mas deixaria seu nome como herança para o teatro que, ao longo da ditadura, se transformou em um importante palco político e cultural da cidade, abrigando importantes eventos de resistência. Entre os mais conhecidos está a realização clandestina do III Encontro Nacional de Estudantes, em 1977, que resultou na invasão violenta do campus e a prisão de 700 estudantes, gerando comoção e manifestações de repúdio na sociedade.	O teatro foi tombado pelo Condephaat em 1998 como bem cultural, histórico e arquitetônico. Na sua entrada, a Comissão de Anistia instalou em abril de 2014 o Monumento Nunca Mais, em homenagem à resistência e à luta pela anistia em São Paulo.	Monumento; Tombamento
6. Estádio da Vila Euclides	Rua Olavo Bilac, 327, Vila Euclides / São Bernardo do Campo	O Estádio de Vila Euclides abrigou diversas assembleias de greves do ABC em 1979 e 1980. Neste ultimo, reuniu no dia 1º de maio, mais de 100 mil pessoas, a maioria metalúrgicos do ABC em greve. O local foi invadido pela polícia e os trabalhadores reprimidos por agentes policiais. Por este episódio, o nome do local foi mudado para Estádio Primeiro de Maio, no entanto, continua sendo conhecido pela população como Estádio de Vila Euclides.	O estádio foi tombado em 2002 pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural do Município de São Bernardo do Campo (Compahc/SBC) por causa da importância das assembleias e manifestações do final dos anos 1970 e início dos 1980. Além disso, se chamava Estádio Distrital General Arthur Costa e Silva e em 1980 teve seu nome mudado para Estádio 1o de Maio.	Tombamento
7. Fábrica Sylvania	Rua Quararibéia, 242, Campo Grande / São Paulo	A partir de 1978, operários críticos ao sindicato corporativista imposto pelas intervenções da ditadura passam a se organizar. Através deles, o "novo sindicalismo" faria ressurgir as greves operárias no cenário nacional. Desde 1968, com as greves metalúrgicas de Contagem/MG e de Osasco/SP, as lutas dos trabalhadores não tinham projeção. É no novo contexto que a Fábrica Sylvania se torna um Lugar de Memória da repressão e resistência. Durante um dos piquetes realizados na porta da fábrica, durante a greve geral de 1979, o operário Santo Dias foi assassinado pela polícia militar. A morte de Santo gerou grande mobilização popular. Seu velório levou milhares de pessoas às ruas do centro de São Paulo para acompanhar a missa em sua homenagem, levar seu caixão ao cemitério e protestar contra a ditadura. Desde 1979, no dia 30 de outubro, data da morte de Santo, companheiros e militantes dos direitos humanos realizam um ato diante do antigo terreno da Sylvania para relembrar o assassinato.	Desde o assassinato do operário Santo Dias da Silva em 30 de outubro de 1979, é realizado anualmente um ato em sua homenagem em frente ao antigo terreno da fábrica Sylvânia, no mesmo local e data de sua morte. Na ocasião, amigos e companheiros de militância pintam em tinta vermelha na rua: "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela Polícia Militar".	Atos políticos; Sinalização
8. Parque do Ibirapuera	Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n, Parque do Ibirapuera / São Paulo	Inaugurado em 1954 durante o IV Centenário da cidade, o Ibirapuera é considerado o mais importante parque urbano de São Paulo. Ele se destaca pela arquitetura modernista de seus prédios, muitos projetados por Niemeyer, e por seus monumentos, como o Obelisco do Ibirapuera (Mausoléu de 1932) e o Monumento às Bandeiras. Frequentado por um público bem diversificado, foi no parque que moradores da periferia começaram a	Atendendo a demandas de familiares de mortos e desaparecidos políticos e ex-presos políticos, o monumento com os 436 nomes de todos os identificados pelos familiares até hoje foi instalado pela PMSP próximo ao portão 10 de entrada do Parque Ibirapuera em	Monumento

Nome	Endereço	Descrição (MRSP)	Iniciativa de memorialização	Tipo de iniciativa
		ter acesso às peças do Teatro Popular União e Olho Vivo – ainda denominado Teatro do XI. Em 1970, em um picadeiro, foi apresentado "O Evangelho Segundo Zebedeu", peça baseada na história de Canudos que, apesar da censura, criou analogias para representar a repressão militar.	dezembro de 2014.	
9. Alameda Casa Branca	Alameda Casa Branca, 800, Jardins / São Paulo	Na Alameda Casa Branca foi executado, em 04 de novembro de 1969, o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, vítima de uma emboscada policial comandada por Sérgio Fleury, delegado do Deops/SP. A morte do militante foi divulgada oficialmente como resultado de um tiroteio e, como reconhecimento pela ação, o governo paulista promoveu 43 policiais por "bravura".	No local onde o militante da ALN Carlos Marighella foi assassinado pelas forças repressivas em 4 de novembro de 1969, foi feita em 1999 uma marcação com uma placa fixada em uma pedra talhada. A placa sofreu depredações, mas anualmente são realizadas homenagens no local e dia de sua morte, além de intervenções autônomas nas placas da rua.	Atos políticos; Sinalização
10. Rua Maria Antônia	Rua Maria Antônia, Vila Buarque / São Paulo	Durante a ditadura a Rua Maria Antônia foi um centro de agitação política e cultural marcada pela divisão entre estudantes de perfis ideológicos diferentes. De um lado da rua estava a Universidade Mackenzie, na época um reduto ideológico conservador, tendo alguns de seus alunos como membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Do outro lado estava a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP (hoje um centro cultural) onde borbulhava o espírito contestatório marcado pela presença do movimento estudantil e de organizações e partidos de esquerda. Na manhã do dia 3 de outubro de 1968, um desentendimento entre estudantes das duas instituições resultou em um confronto de quatro horas. Paus, pedras, coquetéis molotov, bombas, ácido sulfúrico, tiros e incêndios dominaram a rua em um episódio conhecido como "Batalha da Maria Antônia". O enfrentamento entre as universidades terminou com um grande número de feridos e um morto: José Carlos Guimarães, secundarista da Escola Marina Cintra.	O edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi tombado pelo Condephaat em 1988 e em 1994 foi instalada uma placa na entrada em homenagem aos que morreram lutando contra a ditadura.	Tombamento; Sinalização
11. Presídio Tiradentes	Avenida Tiradentes, 451, Tirandentes / São Paulo	Construído em 1852, o Presídio Tiradentes serviu inicialmente como prisão e depósito de escravos. Foi no Estado Novo (1937-1945) que recebeu um pavilhão especial para presos da Lei de Segurança Nacional, passando a ser reconhecido como um presídio político. Essa função se destacou ainda mais durante a ditadura. Após terem suas detenções legalizadas ou serem condenados pela Justiça Militar, os presos políticos eram encaminhados preferencialmente ao Tiradentes. A transferência marcava o fim dos interrogatórios sob tortura e da condição ilegal (não documentada) da prisão, diminuindo as chances de desaparecimento. Por isso, apesar de insalubre, o Tiradentes era um ambiente mais seguro para os presos. Aqui, eles puderam reunir as primeiras denúncias das violências vividas, se organizar para exigir melhores condições de aprisionamento, e mobilizar greves de fome. O Tiradentes funcionou até 1972, quando foi demolido.	O presídio foi demolido para a instalação da estação de metrô e o único vestígio que restou, o arco de entrada, foi tombado pelo Condephaat em 1985. Atualmente, não há nenhuma placa de sinalização no local.	Tombamento
12. Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São	Largo General Osório, 66, Santa Ifigênia / São Paulo	O Departamento de Ordem Política e Social – denominado Deops em São Paulo – é a polícia política mais antiga do país, atuando entre 1924 e 1983. Teve papel de destaque durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar, sendo	Tombado em 1999 pelo Condephaat como parte do conjunto histórico do bairro da Luz por sua arquitetura e importância histórica como	Tombamento; Musealização

Nome	Endereço	Descrição (MRSP)	Iniciativa de memorialização	Tipo de iniciativa
Paulo (Deops/SP)		um conhecido centro de repressão e tortura que operava também na instauração de inquéritos e produção de informações sobre setores vigiados da sociedade. Em São Paulo, o antigo Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocabana, um amplo edifício construído em 1914 por Ramos de Azevedo, foi sede do Deops entre 1942 e 1983, passando a ser conhecido como "Prédio do Deops". Aqui estiveram detidos e submetidos à tortura muitos militantes políticos. Nas décadas de 1980-90 o prédio ficou parcialmente abandonado.	armazém e estação ferroviária. Em 2002, foi instalado o Memorial da Liberdade no térreo do edifício, que foi reformulado em 2009 e passou a abrigar o Memorial da Resistência de São Paulo, vinculado à Pinacoteca do Estado. Os andares superiores são ocupados pela Estação Pinacoteca desde 2004.	
13. Cemitério do Araçá	Av. Dr. Arnaldo, 666, Cerqueira César / São Paulo		Totem e painéis instalados no ossário geral do cemitério, onde ficaram guardadas de 2001 a 2014 as ossadas encontradas na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, aberta em 1990. Foram confeccionados por Celso Sim e Ana Ferrari e instalado pela PMSP em 03/11/2013 quando as ossadas ainda estavam no local.	Sinalização
14. Instituto de Química da USP	Av. Prof. Lineu Prestes, 748, Butantã / São Paulo		Monumento em homenagem a Ana Rosa Kucinski, professora do departamento de química, desaparecida em 1974. Instalado pelo próprio instituto em abril de 2014.	Sinalização

Organizado pela autora.

Os movimentos que reivindicam ou promovem o reconhecimento, preservação e valorização dos lugares relacionados à memória das vítimas de situações de violência ou de perda de direitos estabelecem uma ligação entre as experiências passadas e as gerações futuras no sentido de valorizar os direitos humanos e a democracia, buscando evitar a repetição desses atos e refletindo sobre o passado histórico por meio dos lugares. No caso dos lugares ligados à memória da ditadura militar, os registros materiais de ações da repressão ou da resistência ao regime são representativos de processos que recuperam tanto as marcas da violência estatal como da resistência dos perseguidos políticos.

Apesar das "forças sociais que tratam de apagar e transformar, como se ao mudar a forma e a função de um lugar, se apagasse a memória" (JELIN, 2012, p. 85), os monumentos, museus, memoriais, sinalizações com placas e outras marcas tratam de "inscrever territorialmente as memórias".

Entre a diversidade das experiências identificadas na RMSP, buscamos aspectos em comum que permitissem uma comparação entre elas agrupando-as segundo os tipos de intervenção: (a) tombamento; (b) musealização; (c) construção de monumento; (d) sinalização (painéis, placas, marcações no espaço público); (e) realização de atos políticos (com periodicidade e forte ligação com o lugar).

(a) Tombamento

A figura do tombamento é um reconhecimento de Estado do valor cultural de um determinado bem e garante sua proteção em nível municipal, estadual ou federal. No que se refere aos lugares de memória da ditadura militar e acontecimentos violentos associados a eles, o tombamento foi o primeiro instrumento de reconhecimento público da importância destes espaços por parte do Estado[35].

Os processos de tombamento do Arco do Presídio Tiradentes (1985) e do edifício da antiga Faculdade de Ciências e Letras da USP (1988) foram abertos no CONDEPHAAT e realizados no início do período de redemocratização a partir de demandas da sociedade civil. Além de incidir sobre suas condições físicas já que implica na preservação dos referidos lugares, nos parece importante destacar a importância do tombamento diante do seu contexto político e histórico. Segundo Neves,

> (...) A sociedade paulista também se mobilizou no momento em que ficou claro que o Estado brasileiro não iria tratar imediatamente (e talvez nunca) dos acontecimentos da ditadura; esse momento iniciou com a Lei de Anistia de 1979 e depois com o fracasso da intenção de se realizar eleições diretas em 1983, com a rejeição da Emenda Dante. Restava então a busca por outras formas de denunciar os crimes ocultados pelos envolvidos, pela proibição de acesso a arquivos, pela imposição da Lei de Anistia. *Os pedidos de tombamento foram a maneira que a sociedade encontrou de não deixar a ferida cicatrizar sem antes ampliar o debate, sem tornar público, ainda que fisicamente no espaço público, o que aconteceu naqueles locais e porquê* (NEVES, 2012) (grifo nosso).

Diante da impossibilidade de outras alternativas ou devolutivas do Estado sobre as violações por ele praticadas durante a ditadura militar e da ausência de políticas de memória, o pedido de tombamento foi o recurso adotado naquele momento para a conquista de um reconhecimento oficial sobre as violações cometidas nos referidos locais. A partir da análise desses processos Neves (*op. cit.*) afirma que a memória substituiu no Brasil o papel da justiça.

Além destes, o Conjunto de Edifícios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, entre eles o Teatro TUCA, foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1998 em referência à resistência ao regime ditatorial. Por sua vez, o Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, foi tombado em 2002 pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural do Município (Compahc/SBC). Referencial significativo para as memórias da resistência à ditadura, o estádio foi reconhecido por ter abrigado diversas assembleias e

[35] O DEOPS/SP, a Auditoria Militar, a Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, e o Hospital Psiquiátrico do Piqueri, em Franco da Rocha, entre outros, também são tombados em diferentes níveis, mas não por sua importância ligada ao período da ditadura militar, por isso não foram incluídos neste levantamento.

manifestações durante as greves dos metalúrgicos do ABC em 1979 e 1980, em episódios também marcados pela violência repressiva. Além disso, se chamava Estádio Distrital General Arthur Costa e Silva e em 1980 teve seu nome alterado para Estádio 1º de Maio justamente por causa destas mobilizações.

O tombamento do DOI-Codi em 2014 pelo CONDEPHAAT também partiu da demanda de familiares de vítimas e grupos de direitos humanos[36] e envolveu um estudo profundo do aparato repressivo para justificar sua salvaguarda. Em um contexto diferente daquele do início dos primeiros tombamentos, é possível dizer que, também neste caso, o tombamento foi encarado como um recurso possível (e fundamental) para o reconhecimento oficial das violações ali cometidas e para a proteção do local contra quaisquer transformações. De fato, as diretrizes do órgão para a preservação dos elementos listados no tombamento indicam que "qualquer intervenção física nas áreas internas deve ser precedida de avaliação prospectiva e estratigráfica de paredes e pisos, a fim de detectar elementos que possam vincular o espaço ao cometimento de crimes e à permanência de detidos" (CONDEPHAAT, 2013, p. 143). Isso significa que o tombamento, além de reconhecer a importância de sua preservação e indicar sua transformação em um memorial, vislumbra o uso do edifício para futuras investigações no âmbito judicial.

O uso do tombamento, como instrumento de proteção de bens culturais, amplia o reconhecimento da importância destes locais para a identidade local e nacional, inclui este tema da violência de Estado no âmbito das políticas de preservação e confere visibilidade pública ao passado violento e à memória dos que foram afetados por ele.

(b) Musealização

O único lugar de memória da ditadura militar musealizado em São Paulo atualmente é o antigo DEOPS/SP. Depois de diferentes projetos culturais para o edifício monumental que foi construído inicialmente para comportar os armazéns e estação da Estrada de Ferro Sorocabana, foi feita a instalação do chamado Memorial da Liberdade, que funcionou de 2002 a 2007 no local (vinculado naquele momento ao Arquivo do Estado de São Paulo). Para a sua conformação enquanto instituição cultural, o imóvel passou por diversas readequações e muitos dos vestígios referentes à sua história como aparato repressivo acabaram sendo

[36] Ivan Akselrud de Seixas, ex-preso e então presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), com o apoio de entidades como o Grupo Tortura Nunca Mais (São Paulo), o Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, o Núcleo de Preservação da Memória Política e a Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos.

apagados durante o processo de restauro[37]. Graças à mobilização do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, o projeto museológico foi reformulado para abrigar o Memorial da Resistência de São Paulo, em funcionamento desde 2009 no térreo do edifício, que é compartilhado com a Estação Pinacoteca (ambos geridos pela Pinacoteca do Estado).

Em conjunto com entidades como o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, a Comissão da Verdade "Rubens Paiva" da Assembleia Legislativa de São Paulo e com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil - seção São Paulo, o prédio da antiga Auditoria Militar foi cedido pela União em agosto de 2013 ao Núcleo de Preservação da Memória Política e a OAB/SP. O projeto do futuro Memorial da Luta pela Justiça, que buscará representar a memória da luta dos advogados e presos políticos que resistiram à injustiça, já está avançado, mas ainda sem previsão de início.

Como apresentado anteriormente, as antigas instalações do DOI-Codi de São Paulo foram tombadas pelo CONDEPHAAT em 2014. Embora um órgão de preservação como este não possa legislar sobre os usos, o estudo de tombamento e seu parecer favorável apontam ainda para a relevância de sua utilização como um memorial aberto ao público, como assinalado no pedido das entidades que solicitaram a abertura do processo de tombamento. Diferentes organizações pleiteiam a instalação de um memorial no local, mas trata-se de um debate ainda em aberto já que a 36ª delegacia continua funcionando ali e o prédio pertence à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Mesmo assim, o local já foi apropriado para realização de atos de denúncia dos graves crimes ali cometidos desde 2014, aos 50 anos do golpe.

É importante destacar a participação do Núcleo de Preservação da Memória Política nos três projetos de musealização, DEOPS/S, Auditoria Militar e DOI-Codi. O objetivo desta associação, formada por ex-presos e perseguidos políticos, é criar uma "rota da memória" em São Paulo.

[37] O Ministério Público do Estado de São Paulo entrou com uma Ação Civil Pública condenando a reforma e pedindo indenização ao Estado por ter modificado a estrutura do patrimônio tombado e apagado vestígios da ocupação carcerária. Na ação, é exigida ainda a instalação de um painel no andar térreo do edifício, no Memorial da Resistência, com explicações sobre os danos causados ao prédio e às celas pelas reformas feitas. Ver: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2013/janeiro_2013/2013%2001%2010%20MP%20pede%20indeniza%C3%A7%C3%A3o%20por%20reforma%20que%20descaracterizou%20a%20Esta%C3%A7%C3%A3o%20Pinacoteca.pdf>.

(c) Monumento

No local onde foi descoberta a vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi colocado um monumento em homenagem às vítimas em 1992. De autoria do arquiteto Ricardo Ohtake, a solicitação partiu dos familiares dos desaparecidos políticos com o objetivo de sinalizar e publicizar os assassinatos e a tentativa de ocultação dos mesmos. Para Teles (2015, p. 211), "a Vala de Perus e o próprio memorial são a asseguração arqueológica dos vestígios de um passado traumático que se quis soterrado". A inscrição assinada pela então prefeita Luíza Erundina (PT) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos diz:

> Aqui, os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, as vítimas da violência do Estado policial e dos esquadrões da morte e, sobretudo, os direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos!

Também como fruto da demanda de familiares de mortos e desaparecidos políticos e ex-presos e perseguidos políticos e com o projeto do mesmo arquiteto, a Prefeitura de São Paulo construiu em 2014 o Monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos. O monumento fica em um lugar de intensa circulação de pedestres e veículos, próximo a um portão de entrada do Parque Ibirapuera e é primeiro no Brasil que contém o nome de todos os mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar contabilizados até agora segundo a pesquisa do Comitê de Mortos e Desaparecidos. Faz parte das políticas promovidas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, mencionadas anteriormente, e sua construção foi fruto de uma experiência privilegiada no Brasil não apenas do ponto de vista da especificação do nome de cada vítima e do seu reconhecimento oficial, mas também como referência em relação à própria forma participativa de sua realização, ainda no âmbito do Grupo de Trabalho anterior à criação da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade.

Além do tombamento da PUC (1998), em abril de 2014, a Comissão de Anistia instalou o Monumento Nunca Mais em homenagem à resistência e à luta pela anistia em São Paulo na entrada do Teatro da Universidade Católica (TUCA), como parte das mobilizações dos 50 anos do golpe de 1964.

(d) Sinalização

Os lugares onde foram assassinados Carlos Marighella (Alameda Casa Branca) e Santo Dias da Silva (Rua Quararibéia – em frente à Fábrica Sylvania) receberam sinalizações de maneira autônoma por parte dos antigos companheiros, amigos e familiares. No caso do

operário Santo Dias da Silva, amigos e companheiros se reúnem no mesmo dia, horário e local desde o ano seguinte à sua morte (1980), onde escrevem na rua em tinta vermelha: "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela Polícia Militar", ação que será analisada no capítulo 3. Na Alameda Casa Branca, familiares e antigos companheiros de Carlos Marighella, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), instalaram em 1999 um memorial em granito no local de sua morte. A homenagem provocou reações dos moradores do bairro e a escultura de autoria de Marcelo Carvalho Ferraz foi destruída pouco tempo depois da sua inauguração. A reinauguração do memorial aconteceu em 2004, no dia 4 de novembro, data de sua morte, e desde então o encontro se repete todos os anos nesta data e local. O Memorial em granito permaneceu, mas a placa que continha os dizeres "Aqui tombou Carlos Marighella, assassinado em 4 de novembro de 1969 pela ditadura militar" foi diversas vezes roubada (TELES, 2015). Estas tensões em torno do memorial e dos atos em homenagem a Marighella evidenciam como este tema ainda é muito contestado e provoca reações hostis de uma parcela da sociedade.

De 2006 a 2010, como parte do Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, antes da publicação do PNDH-3, foram instalados memoriais e placas em homenagem a mortos e desaparecidos políticos, na Faculdade de Medicina da USP (2006), TUCA – Arena (2009), Sindicato dos Químicos de São Paulo (2009), Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo (2009), Memorial da Resistência de São Paulo (2009) e Sindicato dos Metalúrgicos de Diadema (2010).

Pelo menos dois lugares foram sinalizados nas dependências da Universidade de São Paulo: no saguão interno do prédio da antiga Faculdade de Ciências e Letras da USP, na Rua Maria Antônia, foi colocada uma placa alguns anos depois de seu tombamento em 1988; e na entrada do Instituto de Química foi colocado em 2014 um memorial em homenagem à professora Ana Rosa Kucinski, desaparecida em 1974.

Durante a Bienal de Arquitetura de 2013, os artistas Celso Sim e Ana Ferrari fizeram uma intervenção no ossário geral do Cemitério do Araçá, onde estavam guardadas parte das ossadas encontradas na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco (Perus). Antes de sua inauguração em 03 de novembro de 2013, a obra foi destruída[38]. Conforme relata uma das autoras:

[38] Cf. reportagem sobre o ocorrido, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1366298-obra-em-homenagem-a-vitimas-da-ditadura-militar-e-vandalizada-em-sp.shtml>.

> Os criminosos invadiram o Ossário Geral na madrugada posterior ao dia de finados, derrubaram e estraçalharam dois dos 5 monolitos de 600 quilos, devassaram três gavetas, retiraram os ossos humanos ali guardados e os espalharam pelas rua do cemitério (FERRARI, 2014).

Em seguida, a prefeitura de São Paulo (Coordenação DMV/SMDHC) providenciou a instalação de um totem e painéis que falam da obra e do crime praticado contra ela, ainda hoje pouco esclarecido.

Em 2016, os cemitérios Dom Bosco (Perus) e Vila Formosa também foram sinalizados por parte da SMDHC, que promoveu duas intervenções em resposta aos pedidos dos familiares. No Cemitério Dom Bosco, foi feita uma grafitagem em toda a extensão do muro externo do cemitério representando a violência de Estado ontem e hoje em uma atividade que agregou vários coletivos políticos e artísticos de Perus. No cemitério de Vila Formosa, no local onde foram procuradas as sepulturas de Virgílio Gomes da Silva e Sérgio Correa, militantes ainda desaparecidos, foi feito o jardim "Pra não dizer que não falei das flores" em sua homenagem.

Entre as sinalizações espalhadas pela RMSP, há iniciativas autônomas e outras realizadas pelo poder público, como é possível perceber. Nestes casos, assim como nas iniciativas analisadas anteriormente, deve ser ressaltado o papel da sociedade civil. No caso dos painéis e memoriais da SDH, foram encampados durante a gestão do Ministro Paulo Vanucchi, que foi preso político e atuou junto aos setores mais progressistas da Igreja Católica durante a ditadura militar, enquanto a Coordenação DMV é caracterizada pela gestão participativa que incorpora as demandas dos grupos de direitos humanos referentes ao tema, conforme apontado anteriormente.

(e) Atos políticos periódicos

A marcação dos lugares também pode resultar de práticas efêmeras, mas que promovem intervenções que inscrevem as memórias na cidade por um certo lapso de tempo. Essas práticas são chamadas por Schindel (2009) de "práticas performativas". A autora trata de exemplos que não necessariamente resultam em sinalizações dos lugares, mas apontamos aqui algumas intervenções que também incorporam a marcação espacial às suas práticas.

Na Alameda Casa Branca, onde foi assassinado o militante da ALN Carlos Marighella e instalado desde 1999 o memorial descrito anteriormente, é realizado um ato em sua homenagem todos os anos no dia de sua morte, 04 de novembro. No local onde Santo Dias foi assassinado, por sua vez, é feita a homenagem anual que será tratada em profundidade no capítulo seguinte.

Além desses atos realizados periodicamente, também são feitos os atos do Cordão da Mentira, que reúne desde 2012 diferentes coletivos políticos e artísticos em desfiles/escrachos realizados pelas ruas do centro de São Paulo para "carnavalizar contra a ditadura de ontem, de hoje, de sempre" [39], normalmente nos dias 1º de abril, o popular dia da mentira e do golpe que derrubou o presidente eleito João Goulart.

Além disso, há outros atos que não aconteceram com periodicidade. Citamos aqui a intervenção realizada na casa do massacre da Lapa em 2012, em que um grupo de jovens fez uma intervenção como parte da "Semana Nacional de Luta por Verdade, Memória e Justiça". No local onde ficava a casa do massacre da Lapa, na Rua Pio XI, 767[40], que foi demolida e atualmente é ocupada por uma clínica médica, os jovens escreveram na calçada "Aqui tombaram heróis da resistência à ditadura - Massacre da Lapa", deixaram flores e velas em homenagem aos mortos (PROGRAMA, 2014).

Sobre memorialização e lugares de memória

As práticas descritas e sistematizadas anteriormente são definidas por Schindel (2009) como processos de *memorialização*, que condensam os modos como a sociedade recorda e elabora seu passado "combinando a necessidade privada e individual de homenagear as vítimas com a aspiração coletiva de narrar a história e imprimi-la no espaço público" (*Ibid.*, p. 67 – tradução livre).

Nestes lugares, os sentidos nunca estão cristalizados ou totalmente terminados, o que faz com que Jelin (2012) proponha sua análise enquanto *veículos de memória*:

> A memória, então, se produz enquanto existem sujeitos que compartilham uma cultura, enquanto existem agentes sociais que tentam 'materializar' esses sentidos do passado em diversos produtos culturais que são concebidos como, ou que se convertem em *veículos de memória*, tais como publicações, museus, monumentos, filmes ou livros de história (*Ibid.*, p. 70).

Os debates sobre as experiências de memorialização em São Paulo permitem entender a memória social de maneira mais complexa, considerando os diferentes contextos e sujeitos que empreendem tais iniciativas, junto aos conflitos e tensões que surgem neste trabalho.

Na abordagem das violações ocorridas no passado recente e na constituição de políticas de resposta ao legado autoritário, um país que se destaca por suas iniciativas de memorialização em estágio avançado é a Argentina. Desde a identificação, preservação,

[39] Disponível em: <https://cordaodamentira.milharal.org/>. Acesso em: mar. 2016.
[40] Vide Quadro 5.

abertura para visitação e investigação judicial de ex-centros clandestinos de detenção até a colocação de placas relembrando ou denunciando os desaparecimentos, ocorridos de maneira sistemática de 1976 a 1983. De políticas de memória fortes e amplas estabelecidas pelo poder federal como a preservação e sinalização dos chamados ex centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio (CCDTyE)[41] desde 2003 até ações independentes, como os ladrilhos ("baldosas") colocados nas calçadas em frente a lugares onde militantes viveram, estudaram, trabalharam ou foram desaparecidos[42]. Diante das experiências já empreendidas, os pesquisadores argentinos realizam reflexões acerca da problemática dos lugares, espaços e marcas territoriais vinculados à violência política, de um lado, e, de outro, têm condições de abordar os desafios e as estratégias adotadas nas diferentes ações executadas, escolhas museológicas e processos de gestão[43].

Ludmila Catela (2014), ex-diretora do Arquivo Provincial de Memória de Córdoba, coloca em questão os conflitos e tensões em torno das representações estabelecidas nos ex-centros clandestinos de detenção memorializados na Argentina: Que memórias representar? Como representar o horror? Diante dos acervos documentais dos arquivos abertos, o que deve ser posto a público e o que deve ser mantido no nível do privado[44]? Como representar, nesses espaços, suas próprias contradições internas? Perguntas como estas mostram como o país se encontra em um processo avançado de análise "pós-memorialização", seja para problematizar os lugares e suas narrativas, seja para pensar as políticas empreendidas pelo Estado. Ao elencar as disputas simbólicas, políticas e ideológicas relativas à memorialização destes lugares, Catela aponta também a necessidade de sua revisão e problematização permanente. Questões como essas são fundamentais, mas parecem ainda distantes da realidade brasileira. Enquanto a Argentina têm condições atualmente de avaliar os conflitos e as tensões despertados pelos processos de memorialização[45], o Brasil se situa em outro momento do

[41] Dos 600 CCDTyE já identificados, mais de 150 já foram sinalizados pelo poder federal e são protegidos por meio da Lei Nacional N° 26.691, promulgada em 2011. Cf. <http://www.jus.gob.ar/derechoshumanos/red-federal-de-sitios-de-la-memoria.aspx>.

[42] Chamadas de "Baldosas de la memoria", esta iniciativa é realizada pelo grupo "Barrios por Memoria y Justicia" e familiares de desaparecidos políticos.

[43] Cf. JELIN; LANGLAND (2003), DURÁN; MESSINA; SALVI (2014), MESSINA (2010a, 2010b, 2011), ESCOLAR; FABRI (2014).

[44] Este debate pode ser encontrado com mais detalhe em CATELA, L. S. Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume II*. São Paulo: Hucitec, 2009.

[45] Não pretendemos, com isso, afirmar que este país não lide também com conflitos e contradições internos relativos a estes processos.

processo, com políticas de memória pontuais e fragmentadas marcadas também por disputas e conflitos – este é o "lugar a partir do qual falamos", em referência a Achugar (2003).

As políticas de memória no Brasil e as iniciativas de memorialização analisadas mostram o papel central de grupos sociais que atuam como *empreendedores da memória* (JELIN, 2012, p. 85) e encampam batalhas tanto pelo reconhecimento público e/ou oficial destes marcos quanto pelo conteúdo das narrativas ligadas aos mesmos.

Durante os debates das "V Jornadas Espaços, lugares e marcas territoriais da violência política e repressão estatais", realizadas em Buenos Aires em 2015, Carolina Aguilera (Chile) indagou sobre a existência de um senso comum na Argentina que já não exigiria o dever de "recordar ou não", mas de "o que recordar e como". Em resposta, a pesquisadora argentina Claudia Feld[46] disse de maneira contundente que é necessário analisar as políticas de memória como um *processo em permanente construção*. Isso é fundamental para pensar tanto a experiência argentina, como a brasileira já que ao se tratar de um processo aberto e cambiante, implica em conquistas provisórias e disputas permanentes, tornando fundamental a afirmação de outra importante estudiosa do tema, Elizabeth Jelin, que no encerramento das mesmas jornadas enfatizou que os processos de memorialização não fecham o passado nem asseguram consensos.

Consideramos que a noção de "risco" depreendida a partir de Nora pode contribuir para a discussão dos lugares de memória da ditadura militar no Brasil e especificamente na metrópole paulista. Como foi discutido até este momento, o risco, no caso do objeto de estudo, pode ser visto em relação ao ritmo da reprodução do espaço urbano em São Paulo que se constitui atualmente a partir da imposição do chamado espaço amnésico, mas também em relação à postura que o Estado tem adotado frente às violações.

Esses conflitos são explicitados quando as homenagens e ações empreendidas para lembrar o período e denunciar as violações praticadas sofrem reações agressivas e até criminosas - como é o caso do que aconteceu com a obra de Celso Sim e Anna Ferrari no Cemitério do Araçá e com o memorial em homenagem a Marighella - e mostram as tensões que permeiam este debate ainda hoje. Ou pela inexistência de uma política consolidada de memória, esclarecimento dos crimes e julgamento das graves violações. Ou ainda quando dos restauros arquitetônicos realizados em 2002 antes da instalação do Memorial da Liberdade no edifício do DEOPS/SP, no bojo do movimento de revalorização do centro e do bairro da Luz

[46] Pesquisadora argentina, estudiosa do tema e membro do Conselho Acadêmico do Núcleo de Estudos sobre Memória (IDES-Argentina).

(ANTONINI, 2012), que apagaram muitas das características anteriores do espaço, inclusive as inscrições feitas pelos presos políticos nas celas (SEIXAS; POLITI). E, além de destruir vestígios importantes daquele centro repressivo tanto para os processos de memorialização futuros quanto para investigações sobre seu funcionamento, tais alterações não poderiam ter sido feitas considerando que o edifício já era tombado pelo CONDEPHAAT desde 1999 e razão pela qual a Secretaria de Cultura está sendo atualmente processada pelo Ministério Público (Cf. nota n. 35).

De um lado, a transformação constante do espaço na cidade e como ela se dá especificamente em São Paulo ameaça os suportes físicos das lembranças na cidade - e não poderia deixar de abarcar as memórias relacionadas à ditadura militar. De outro, políticas deficientes de preservação e afirmação das memórias relacionadas às violações ocorridas no passado recente. Ambos permitem compreender as dificuldades para identificação, preservação ou construção de lugares de memória relacionados à ditadura militar no Brasil tanto no plano de construção da memória social quanto no processo de produção do espaço. Em contrapartida, é possível identificar intervenções e experiências que, mesmo pontuais, contrariam estes processos de apagamento por meio de iniciativas de memorialização nestes lugares.

Elizabeth Jelin e Victoria Langland (2003), pesquisadoras das memórias da repressão política no Cone Sul, apontam a potência existente em cada esforço de memorialização dos lugares que registram acontecimentos e práticas repressivas. Nas suas palavras, as intervenções nos lugares de memória agregam uma "nova camada de sentido a um lugar que já está carregado de história, de memórias, de significados públicos e de sentimentos privados" (*Ibid.*, p. 5 - tradução livre) [47], estando também suscetíveis a mudar de sentido em diferentes contextos políticos e sociais.

Soares e Quinalha (2011) afirmam que atos como a construção de memoriais, o estabelecimento de datas comemorativas, a formação de museus e a proteção de espaços como lugares de memória, entre outros, se constituem como iniciativas de *memorialização* que atuam no sentido de romper com a lógica do silenciamento, de valorizar as narrativas das vítimas e contribuir para a construção de memórias que não aceitem a repetição das graves violações ocorridas no passado (*Ibid.*, p. 80-81).

[47] Texto original: "nueva capa de sentido a un lugar que ya está cargado de historia, de memorias, de significados públicos y de sentimientos privados" (JELIN; LANGLAND, 2003, p. 5).

Seria possível pensar o próprio inventário do Memorial da Resistência como um processo de memorialização (ou mesmo o mapa apresentado). Isso porque o próprio fato de ser feito e publicizado um levantamento como este já é significativo considerando o contexto metropolitano em que as transformações espaciais atingem ou podem atingir tais espaços, destruindo-os ou alterando-os profundamente e o contexto brasileiro de justiça de transição em que muitas das memórias das violações praticadas pelo Estado durante a ditadura militar ainda são negadas e escondidas.

Os lugares listados nestes levantamentos foram assim identificados por causa de sua importância como referenciais para diferentes grupos em função do seu papel ou acontecimentos que remetem ao regime militar, o que permite dizer que se constituem efetivamente como *lugares de memória* relacionados à ditadura militar em São Paulo, ou seja, como marcos de referência deste passado recente na metrópole hoje.

A partir desta qualidade e tendo profunda relação com as memórias associadas a eles, alguns grupos decidiram realizar intervenções nestes locais e, ao fazê-lo, incorporaram outros sentidos, produzindo novos referenciais de memória. "Tudo se baseia nas estratégias implementadas para 'fazer falar' o lugar. Mesmo tendo sido o epicentro do horror, um lugar não fala por ele mesmo", afirma Feld (2011, p. 14 – tradução livre) [48]. Ou seja, tais práticas interferem diretamente no espaço, se apropriam dos sentidos dos lugares e realizam intervenções materiais que criam, por sua vez, novos sentidos a eles.

Isso significa que as diferentes intervenções tiram as memórias remetidas por estes lugares do plano privado para o público por meio do processo de *memorialização* e, neste movimento, dão espessura ao conteúdo social e individual atribuído a estes lugares, conferindo-lhes conteúdos coletivos no presente e promovendo uma disputa simbólica em prol dos direitos civis e humanos. Além disso, as ações nos lugares relacionados à ditadura militar possibilitam a apropriação dos mesmos por parte de toda a sociedade, e não apenas para os grupos que desenvolvem as ações de memorialização, abrindo a possibilidade que outras pessoas que não viveram a repressão ditatorial tomem conhecimento ou até mesmo construam suas próprias *memórias indiretas*, nos termos de Pollak (1992). Dessa maneira, seria possível considerar os lugares de memória tanto a partir da sua importância como referencial de memória para os diretamente atingidos pelas violações quanto a partir da nova atribuição de sentido criada a partir de uma intervenção, aberta a toda a sociedade.

[48] Texto original: "(...) todo se basa en las estratégias implementadas para 'hacer hablar' al sitio. Aun habiendo sido el epicentro del horror, un lugar no habla por sí mismo" (FELD, 2011, p. 14)

CAPÍTULO 3: SANTO DIAS DA SILVA: HOMENAGENS A UM OPERÁRIO

"As chaves do futuro e de utopia estão escondidas, quem sabe, na memória das lutas, nas histórias dos simples, nas lembranças dos velhos."
(BOSI, 2003, p. 208)

Neste capítulo, as experiências de memorialização atreladas à memória de Santo Dias da Silva são enfocadas enquanto um fragmento que nos permite explorar o sentido dos lugares de memória relacionados à ditadura militar na metrópole de São Paulo tanto a partir da teoria da produção do espaço como de lugar e lugar de memória.

Anteriormente, nos apropriamos de Benjamin (2008) para justificar a escolha do objeto, lugares de memória relacionados à ditadura militar e as homenagens a Santo Dias da Silva. Naquele momento, tratava-se de entender a motivação da pesquisa e de seu caminho inspirado nas tensões buscadas pelo olhar do historiador materialista como fonte para esta investigação também a partir da Geografia. Entender o mundo a partir de suas contradições. Neste capítulo, Benjamin nos estimula a pensar, a partir das homenagens a Santo Dias, como o processo de rememoração se volta ao passado para dar sentido às ações presentes e, ao mesmo tempo, como ele permite, nas próprias ações presentes, uma relação ativa em relação a este passado, neste caso, extremamente doloroso.

As pessoas que entrevistamos e convivemos durante a pesquisa nos revelaram memórias de um grupo que, por mais que tenha suas diferenças internas, compartilha pontos comuns que constituem sua identidade. O bairro, a zona sul da cidade, o movimento operário, o catolicismo resistente, o "povo", as dificuldades da vida cotidiana, tudo isso é compartilhado e orienta a memória que se constrói. Neste sentido e a partir das provocações das teses sobre o conceito de história de Benjamin, Ecléa Bosi afirma que "o passado reconstruído não é refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar. § A memória deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser memória *geradora* do futuro" (BOSI, 2003, p. 66) (grifo da autora).

3.1. A memória pela qual se luta

A memória de Santo Dias da Silva está significativamente viva nos que decidiram prosseguir sua mobilização por uma vida melhor e mais digna e nos que continuam se encontrando todos os anos no lugar onde o trabalhador foi assassinado pela polícia militar em 1979. Antes de buscar uma compreensão das homenagens a ele, nos parece importante entender por que Santo Dias se tornou uma figura tão importante tanto no movimento operário quanto pastoral e de bairro. De Terra Roxa para a zona sul de São Paulo, de Vila Remo para todo o país.

O trabalhador nasceu em 1942 no município de Terra Roxa, interior de São Paulo, onde trabalhou junto com sua família como meeiro e arrendatário em fazendas da região até 1962, quando foi expulso por participar de uma paralisação por melhores salários (DIAS *et al.*, 2004, p. 40). Sem possuir terra própria, a família se mudou para a cidade e depois de dois meses como boia-fria[49], Santo mudou-se para São Paulo, onde começou a trabalhar em fábricas.

Em São Paulo, começou como ajudante de fundição em uma fábrica em Santo Amaro e se envolveu desde o início nas reivindicações dos trabalhadores, como as mobilizações pelo 13º salário, conquistadas naquele mesmo ano de 1962. Segundo Santo Dias, o golpe de 1964 recaiu fortemente sobre os trabalhadores, com intervenções nos sindicatos, forte perseguição e prisões de operários (NOSELLA, 1980).

A falta de espaço para articulação política foi marcante nos sindicatos sob intervenção do Ministério do Trabalho, com a longa direção de Joaquim dos Santos Andrade (conhecido como Joaquinzão) de 1965 a 1987 no caso dos metalúrgicos de São Paulo. Hoje homenageado no nome da rua onde se situa o sindicato, o interventor era apontado pelos trabalhadores de oposição como um dos grandes responsáveis por obstruir sua participação na atividade sindical e prejudicar as reivindicações trabalhistas. Durante sua diretoria, o sindicato manteve um caráter de colaborador do regime, atuando no plano burocrático-legal, assistencialista e tendo suas ações legitimadas por meio de eleições sindicais (BATISTONI, 2001, p. 36).

Diante disso, a defesa dos direitos sindicais e trabalhistas foi construída a partir da atuação nas próprias fábricas por meio da formação da "oposição sindical". Apesar de alguns operários apontarem as raízes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM/SP) em 1964 ou 1965, Bastistoni (*op. cit.*) indica sua origem durante o período de eleições do

[49] Trabalhador rural expulso do campo que passa a morar na cidade, mas continua a trabalhar na produção agrícola muitas vezes sem vínculos empregatícios.

sindicato em 1967, quando se formou uma chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Tratava-se também de um momento de grande contestação do regime e de articulação de forças antiditatoriais como o movimento operário, estudantil, esquerdas e lideranças democráticas (BATISTONI, 2001).

As greves metalúrgicas de Contagem (Minas Gerais) e Osasco (São Paulo), em 1968, se colocaram como marcos para a organização operária por todo o país nesse momento de ditadura. Estas referências, ao mesmo tempo em que estimularam a oposição sindical no setor metalúrgico em São Paulo e a convicção no trabalho de base que vinha sendo desenvolvido, mostraram também a força do aparato repressivo, consolidado definitivamente com o Ato Institucional n. 5[50]. Segundo Santo Dias, o início desta organização foi difícil, com uma série de divergências internas, de um lado, e a perseguição e prisão de muitos companheiros, de outro (NOSELLA, 1980). Nesta época, pelo menos dois militantes da OSM/SP foram assassinados pelo aparato repressivo, Olavo Hansen, preso nas comemorações de 1º de maio de 1970 no estádio da Vila Maria Zélia pelo DEOPS/SP e morto dias depois em função das intensas torturas sofridas, e Luís Hirata em 1971, preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury do DEOPS/SP e morto três semanas depois também por causa das torturas (BRASIL, 2007).

Segundo Batistoni (*op. cit.*), a OSM/SP continuou atuando internamente às fábricas, com movimentações relacionadas às condições salariais e de trabalho, circunscritas a este universo. Chegou a formar outras chapas para a diretoria do sindicato, mas só pôde ressurgir com força no final da década de 1970. De acordo com a autora, apesar do "exílio nas fábricas", foi um período fértil de mobilização:

> A importância da prática dos militantes da OSM nestas lutas deve-se à presença cotidiana na vida operária, estimulando os pequenos conflitos e, sobretudo, *pensando a fábrica, o processo de organização do trabalho imposto pelo capital e a organização coletiva da luta fabril de resistência* (BATISTONI, *op. cit.*, p. 51).

Com o grupo mais consolidado a partir de um trabalho intensificado desde 1975, se realizaram as greves de 1978 contra o arrocho salarial[51] e pelo direito de greve. Chamadas de "greves das comissões de fábricas", esta forma autônoma de organização e luta a partir do efetivo trabalho de base subverteu o espaço fabril como lugar do domínio do capital e da

[50] Ato institucional de dezembro de 1968 que suspendeu direitos políticos dos cidadãos e fortaleceu significativamente o aparato repressivo a partir da cassação de mandatos parlamentares, da recessão do Congresso Nacional, da suspensão da garantia do habeas corpus e dos poderes de exceção atribuídos ao presidente, como apresentado anteriormente.

[51] Quando os reajustes salariais não acompanham a inflação. Em 1973/74, com a manipulação dos índices de inflação para baixo, os salários mantiveram reduzido o poder de compra do trabalhador.

opressão e o afirmou como lugar basilar da luta operária, conforme avalia a autora. Neste mesmo ano, a OSM/SP continuou seu esforço de ganhar espaço dentro do sindicato e concorreu à diretoria com a Chapa 3, da qual Santo Dias chegou a fazer parte como vice-presidente. Houve muita participação dos trabalhadores, mas a apuração foi claramente fraudada e, apesar do reconhecimento de um procurador da Justiça do Trabalho que anulou a eleição, o sindicato continuou sob o controle de Joaquim Andrade graças à intervenção do então Ministro do Trabalho[52].

A Oposição Sindical Metalúrgica era formada por grupos de sindicalistas, esquerda católica e militantes de diferentes partidos de esquerda clandestinos, constituindo-se como uma frente heterogênea de trabalhadores. Sua organização era fundamentada na organização pela base e na defesa da autonomia e independência operária, realizando-se de maneira autônoma e regional, em profunda relação com as zonas de concentração de metalúrgicos (setores Sul, Leste/Mooca, Sudeste/Ipiranga e Oeste). Ao mesmo tempo, era marcada por um forte enraizamento nos movimentos populares de bairros periféricos, ligando-se também às lutas por moradia e infraestrutura urbana e às ações da Pastoral Operária.

Como muitos outros operários, Santo trabalhou em diferentes metalúrgicas da zona sul da cidade, das quais foi demitido diversas vezes por participar de campanhas coletivas por aumento de salário, adicional de horas extras, etc., como retrata a seguir.

> Então, a minha atuação dentro da vida operária aqui em São Paulo tem sido marcada por uma série de mudanças de emprego também, porque até então, como oposição sindicalista, e dentro desse sistema que está aí, a gente não tem muito espaço livre para uma atuação. E à medida que a gente se posiciona diante de qualquer luta que se consegue encaminhar dentro das fábricas, a gente imediatamente é mandado embora. Dado isso, a gente tem passado por várias empresas e tem muitas empresas que não deixam a gente nem esquentar o banco (Santo Dias, entrevista a NOSELLA,1980, p. 46).

Neste contexto, se destacou como líder bastante reconhecido entre os trabalhadores por seu temperamento pacífico e sua capacidade de mobilização no trabalho de base, que foi ressaltada por antigos/as companheiros/as durante as entrevistas. Ao falar sobre a “discussão de pé de máquina”, o operário sintetizou este trabalho em sua entrevista a Paolo Nosella e enfatizou a importância do trabalhador conhecer sua condição de classe explorada.

> (...) a própria prática da luta operária tenho aprendido a maior parte dela na discussão de pé de máquina com os companheiros. E o que a gente procura ensinar é a prática da vida operária, procurando sempre discutir, transmitir alguma coisa em

[52] Episódio retratado no documentário “Braços cruzados, máquinas paradas”, de Sergio Toledo Segall e Roberto Gervitz (1979).

> termos de apontar para a necessidade do pessoal despertar também para uma organização de classe. (Santo Dias, entrevista a NOSELLA, *op. cit.* p. 75).

Nos Clubes de Mães e grupos de mulheres dos bairros da zona sul, onde atuava intensamente Ana Maria do Carmo, sua esposa, Santo participou também do Movimento do Custo de Vida, iniciado no clube de mães do Jardim Nakamura em 1973 e que se expandiu a nível nacional[53], e de outros movimentos reivindicatórios dos bairros.

É importante ressaltar o papel significativo dos setores progressistas da igreja católica na mobilização e apoio a estes movimentos. Estes grupos eram compostos por religiosos/as e leigos/as cujas orientações se inspiravam no Concílio Vaticano II e na II Conferência Episcopal da América Latina (Medellín, Colômbia), ambos realizados ao longo da década de 1960, nos quais a igreja católica assumiu o comprometimento com os mais pobres e a defesa dos direitos humanos (SANT'ANNA, 2004, p. 51). A missionária belga Cecília Hansen[54] descreve como estes princípios foram estabelecidos na região sul de São Paulo.

> Uma das grandes preocupações do Mons. Ângelo Gianola, Vigário Episcopal da Região Sul naquela época, era o povo da periferia de sua região, marginalizado e excluído da sociedade e abandonado pela Igreja. Poucos padres e religiosas atuavam nos meios populares. Na mesma época, D. Paulo Evaristo Arns fez um apelo a todas as congregações religiosas para liberar e enviar religiosos/as para as periferias (Cecília Hansen, entrevista a Jô Azevedo, 2003).

As igrejas e comunidades eclesiais de base eram pontos de articulação dos operários e moradores dos bairros, onde aconteciam reuniões da oposição sindical e outras organizações, e de onde partiram muitas mobilizações por melhorias nas condições de vida – coleta de lixo, água encanada, posto de saúde, escolas, transporte, etc. O padre italiano Luigi Giuliani (conhecido como Luís, como será chamado adiante), que atuou por 10 anos na Vila Remo, ressalta que grande parte da Igreja Católica era conivente com a ditadura, mas havia uma "minoria potente e forte que não tinha medo" [55].

O forte vínculo com a fé cristã e a atuação progressista da Igreja foi inclusive um aspecto cultivado durante toda a vida de Santo Dias, que se dedicou às atividades e grupos católicos desde a época de Terra Roxa até comunidades e congregações em São Paulo. Ele, Ana Maria e os dois filhos (Santinho e Luciana) se envolveram ativamente nos grupos

---

[53] O Movimento do Custo de Vida denunciou a alta dos preços de alimentos e gêneros de primeira necessidade, exigindo seu congelamento. Teve seu auge em 1978, com uma grande manifestação na Praça da Sé e em 1979 tornou-se o Movimento contra a Carestia. Para mais informações, vide SILVA (2014); AZEVEDO; BARLETTA (2011) e DIAS et al. (2004).

[54] Da Congregação Missionárias Servas do Espírito Santo, Cecília atuou na paróquia de Vila Remo por 17 anos. Depois do assassinato de Santo Dias, participou ativamente do Comitê e tem até forte amizade com sua família. Entrevista a Jô Azevedo de maio de 2003, gentilmente cedida à pesquisadora.

[55] GIULIANI, 2012.

comunitários dos diferentes bairros onde viveram, articulados à Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Vila Remo. Nesta paróquia, sob responsabilidade do padre Luís Giuliani nesta época, aconteciam encontros dos clubes de mães, grupos de teatro, cursos de alfabetização, encontros de reflexão e outras atividades que a tornaram um ponto fundamental de articulação religiosa, política e cultural por muitos anos. Cecília Hansen conta que a paróquia congregava muitas comunidades eclesiais de base na região, enumerando bairros como Jardim Ângela, Parque Santo Antônio, Jardim Tomás, Vaz de Lima, Jacira, Capela, São Pedro, São Joaquim, Souza, Alto da Riviera, Nakamura, Nova Santo Amaro, Ranieri e Sonia Regina, entre outros (DIAS *et al.*, 2004, p. 150). Dentre as pastorais sociais criadas também neste movimento, é concebida em 1970 a Pastoral Operária (PO), ligada à Arquidiocese de São Paulo e na qual Santo foi um importante militante junto a outros companheiros que também fizeram parte da OSM/SP.

Sua capacidade de articulação entre estas esferas – movimento operário, católico e de bairro – foi muito enfatizada por diferentes companheiros/as e amigos/as e é possível dizer que ela se reflete na presença de pessoas desses diferentes movimentos também nas mobilizações posteriores à sua morte.

Essas áreas em que participou ativamente, tanto o movimento operário quanto o setor progressista da igreja católica, questionavam as condições precárias de vida e trabalho. Tratava-se de uma mobilização que afrontava diretamente os interesses dos empresários e do regime militar e, justamente por causa disso, foi perseguido. Esta análise levou inclusive a alguns companheiros/as avaliarem sua morte como algo já “encomendado”.

Ana Maria do Carmo Silva- ou Ana Dias, como passou a ser chamada depois da morte de seu marido - conta que os dois sofriam perseguições e que algumas vezes Santo precisou dormir fora de casa para se proteger. Em gravação do Programa Coleta de Testemunhos do Memorial da Resistência, diz que a possibilidade da prisão já era vislumbrada por eles:

> Tinha muitas vezes... Meu marido mesmo não podia dormir em casa porque a gente sabia que podia vir hoje ou amanhã alguém vir pra pegar, né? Então a gente era muito perseguido, sendo que antes a gente não sabia que tinha esse compro... Esse compromisso de, sabe? De ser perseguido (Ana Maria do Carmo, depoimento ao Memorial da Resistência de São Paulo, 2014).

Mesmo já sabendo que eram conhecidos por sua mobilização política, em nenhum momento, porém, pensaram na possibilidade de perder a vida por causa disso.

> Muitas vezes a gente tinha que buscar ele na porta da fábrica porque tem um momento que era muito arriscado, muito. Aí prendeu fulano, prendeu fulano e depois, né? Nossa, era muito difícil (...). Então ele achava ‘não, qualquer hora eu vou preso, qualquer hora eu vou preso’, né? A gente não imaginava que ia ser

> assassinado, achava que ia ser preso, né? Ainda ele falava: 'Ah, meu Deus, quando... No dia que me pegarem, eu só tenho preocupação da tortura pra...', porque ele falou: 'Jamais vou entregar alguém', né? Mas no fim não, não teve tortura, teve tortura, né? Mas foi uma coisa muito mais violenta que foi, já veio a morte, né? (Ana Maria do Carmo, depoimento ao Memorial da Resistência de São Paulo, 2014).

Deflagrada em 28 de outubro de 1979, a greve dos metalúrgicos de São Paulo sofreu forte repressão policial, segundo conta João Pereira da OSM/SP, presente na assembleia realizada na noite deste mesmo dia em que 113 operários foram presos e levados ao DEOPS, inclusive ele (SANT'ANNA, 2004, p. 72).

No dia 30, uma terça-feira, Pereira relata que as ruas de Santo Amaro amanheceram tomadas de viaturas policiais: "Estava um verdadeiro festival, que era a polícia dando 'cavalo de pau', fazendo pressão e os trabalhadores corriam pra lá e pra cá (...)" (*Ibid.*, p. 74). Mesmo assim, uma parte dos trabalhadores se reuniu e decidiu ir à porta da fábrica Sylvania no horário de troca de turno dos operários às 14h para convencê-los de parar e participar da assembleia que seria realizada depois. Em meio a esta ação, chegaram viaturas policiais que causaram tumulto e os soldados conseguiram capturar os dois dirigentes da ação, Santo Dias e Vicente García Ruiz (conhecido como Vicente Espanhol). Os dois operários se desvencilharam dos policiais, mas Santo foi morto por um tiro à queima roupa disparado pelo policial Herculano Leonel, episódio contado com emoção por João Pereira (SANT'ANNA, *op. cit.*) e outros companheiros/as presentes.

Seu assassinato pelas forças repressivas gerou uma grande revolta popular. No próprio dia 30 de outubro de 1979, o corpo de Santo Dias foi levado da igreja da Consolação à Catedral da Sé em um cortejo que reuniu milhares de pessoas (de 30 a 50 mil pessoas, a depender da interpretação do veículo de comunicação que o registrou). Trabalhadores, amigos, amigas e militantes de diferentes movimentos sociais carregaram faixas, cantaram e demonstraram sua revolta diante do acontecido, emoção que se viu também na Homilia de Dom Paulo Evaristo Arns durante a missa de corpo presente.

Foto: Ricardo Alves. **Fonte:** INVESTIGAÇÃO, 2014.

Imagem 01: Cortejo fúnebre de Santo Dias na Praça da Sé em 30.10.1979.

Para Batistoni, os atos públicos no centro da cidade e no seu enterro em Campo Grande, com a intensa participação de milhares de metalúrgicos, se constituíram como a "primeira grande experiência de luta política depois de 1964, com desdobramentos nos piquetes que se seguiram" (2001, p. 290). De um movimento que estava sofrendo inúmeras perseguições e se enfraquecendo aos poucos, a greve se ampliou e se fortaleceu politicamente com a morte de Santo, em uma comoção popular que impulsionou novamente a mobilização a partir da denúncia da violência policial e da defesa do direito à greve. A resposta do Estado veio, porém, com uma dura repressão para intimidar o movimento, com a invasão de igrejas, operários espancados e o impedimento de qualquer piquete.

Atualmente, Santo Dias da Silva figura como militante emblemático da OSM/SP assassinado pela repressão aos trabalhadores ao lado de Olavo Hansen, Luiz Hirata e Manuel Fiel Filho. Para o movimento pastoral e católico, o operário aparece como um mártir[56] ao lado de Margarida Maria Alves, Irmã Doroty Stang e padre Josimo Morais Tavares, entre outros.

A história de vida de Santo Dias se cruza intrinsecamente com as histórias de muitos trabalhadores/as e operários/as que sofreram com condições precárias de trabalho, arrocho salarial, falta de infraestrutura básica nos bairros e perda de direitos civis. É por isso que seu assassinato reverberou em um coletivo muito maior e sua luta serve ainda hoje de referência tanto para organizações sindicais como católicas.

A OSM/SP luta atualmente pela inserção da narrativa dos trabalhadores e no reconhecimento de sua perseguição no âmbito das políticas públicas de reparação[57]. Ao mesmo tempo, trabalha no sentido de denunciar a participação e responsabilidade dos empresários neste regime ditatorial para além do seu financiamento, chamando a atenção para as perseguições e violações que ocorreram no âmbito interno das fábricas, em relação intrínseca com o aparato repressivo estatal.

[56] Segundo o padre Luís Giuliani, companheiro e amigo de Santo Dias no movimento comunitário da paróquia de Vila Remo, caracterizá-lo como mártir significa "morto pela justiça".

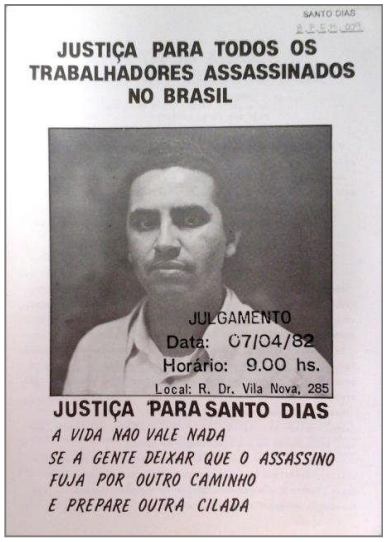
[57] Por meio do Projeto "Memória da Oposição Sindical Metalúrgica - SP" e da Campanha "Reparar Já" junto ao Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação, formado após o término da Comissão Nacional da Verdade.

3.2. “Companheiro Santo, você está presente”

Comitê Santo Dias da Silva

Logo após sua morte, se iniciou a organização do Comitê Santo Dias como uma mobilização para reivindicar justiça por meio da identificação e condenação do policial militar Herculano Leonel, que o matou naquela tarde, e para manter viva sua memória, divulgando-a nacional e internacionalmente, denunciando e solidarizando-se também com todos aqueles que tombam pela justiça, conforme afirma Cecília Hansen (DIAS et al., 2004, p. 289).

Nos primeiros anos, foram organizadas passeatas, vigílias e atos para pressionar o julgamento do policial militar.



Fonte: Acervo Comitê Santo Dias / CEDEM-UNESP

Imagem 02: Capa de folheto feito pelo Comitê Santo Dias para o julgamento do PM Herculano Leonel, marcado para o dia 07.04.1982.

Foto: Nair Benedicto/Ricardo Malta.
Fonte: DIAS et al., 2004, p. 141.

Imagem 03: Amigos, integrantes do Comitê Santo Dias, representantes de comunidades e movimentos acompanham o julgamento na frente da Auditoria Militar, 1984.

O policial militar foi julgado pela Justiça Militar em 1982 e condenado a seis anos de prisão, mas a defesa recorreu e o processo foi arquivado em 1984 apesar dos recursos apresentados pela acusação[58].

Vanda Gama, amiga de Santo e integrante do Comitê, mostra ao mesmo tempo o sofrimento e o impulso mobilizador provocado pelo assassinato: “A dor que transpassou a

[58] Cf. DIAS *et al.*, 2004.

nossa alma e o corpo do Santo foi pela impunidade, pela injustiça do crime, pelo tiro disparado sem piedade e sem razão. Foi também o que nos impulsionou à luta. Nunca paramos” [59]. Esta dor relatada por Vanda foi revelada também por outros companheiros/as em diferentes momentos da pesquisa, bem como em outros relatos publicados sobre a morte de Santo. A nosso ver, ela revela, de um lado, o rompimento de um conjunto de projetos comuns tanto do movimento sindical da Zona Sul de São Paulo quanto das comunidades eclesiais de base na região em função do assassinato desta figura representada em Santo Dias, tão importante nestes dois “mundos” e na sua articulação. De outro, essa dor é também um motor fundamental para a continuidade da luta nestes mesmos movimentos[60]. Para os que sofreram com a sua perda, a continuidade da mobilização por melhores condições de vida e de trabalho se configura também como uma forma de manter viva sua memória e superar o trauma implicado na morte indesejada. O trabalho de memória, neste caso, se coloca como uma resistência possível.

Para além do nível individual dos depoimentos, é preciso considerar a memória no seu âmbito social, ou seja, como memória coletiva que está ligada a situações que extrapolam o nível restritamente individual, ainda que parta dele. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva está intrinsecamente ligada às memórias individuais, do mesmo modo como as memórias individuais não se independem do contexto social e da memória coletiva. A partir disso, é possível avaliar que testemunhos de violações do Estado às liberdades de expressão cultural, política e à própria vida das pessoas podem contribuir para a construção de conhecimentos que extrapolam os níveis individuais de percepção do período. Nesse sentido, a memória tem a capacidade de superar a necessidade pessoal da testemunha em expor os acontecimentos e registrá-los, mostrando-se também como possibilidade de luta política, como denúncia de tais acontecimentos e como renovação desta memória no presente.

Os relatos dos que viveram a ditadura militar e nela sofreram perseguições físicas e morais traz à tona uma memória que não é fácil de ser lembrada e que tem sido reiteradamente obscurecida. Uma memória que deve travar lutas políticas tanto para ser reconhecida para além das versões oficiais até então veiculadas, como para manter seu suporte espacial e permanecer como uma marca na metrópole.

---

[59] Vanda Maria da Gama, em material concedido à autora em julho de 2016.

[60] Embora tenhamos destacado os movimentos sindicais e eclesiais, é importante ressaltar que há também o luto próprio da perda do amigo, do marido e pai que foi Santo Dias, e que, apesar de ser também significativa, não pretenderíamos dar conta nesta pesquisa.

É interessante retomar os objetivos do Comitê conforme publicado em uma revista realizada em 1984 em conjunto com a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Tais palavras revelam, de um lado, a busca de renovação da sua luta e memória baseada na justiça em sentido amplo, e, de outro, a qualificação estabelecida por este grupo a respeito do assassino e do assassinado.

> - Manter viva a memória do Santo, lembrar de sua história a todos.
> - Manter viva a memória de tantos outros que muitas vezes mal conhecemos o nome, mas sabemos que foram assassinados na busca da justiça.
> - Continuar lutando contra a repressão, pois sabemos que o Santo não foi o primeiro nem será o último.
> - Continuar lutando pela condenação do réu, para que se torne público que os mandantes desse crime não são outros senão o governo e os patrões.
> - E, principalmente, o objetivo do Comitê é: *Movidos pelo exemplo do Santo Dias e de todos os assassinados nessa luta, seguir em frente no trabalho dos bairros, das fábricas, do sindicato, das ruas, porque a luta continua.* (COMITÊ SANTO DIAS, 1984, p. 49) (grifo nosso).

O policial militar que efetuou o disparo, naquele momento ainda na condição de réu, é colocado pelo Comitê como o sujeito que executou uma ordem designada pelo Estado em profunda articulação com os empresários industriais, patrões. Em contrapartida, é importante notar que tampouco se afirma apenas uma "vítima" genérica da violência policial ou ditatorial, a qualificação que se construiu é a de um militante operário católico assassinado por causa de sua atuação política durante a ditadura militar. Não é representado, portanto, apenas como marido, pai ou amigo que teve sua vida brutalmente interrompida, mas um sujeito que foi assassinado porque teve um papel fundamental na articulação política no bairro e no movimento operário, uma ação que contestava frontalmente o sistema econômico e político vigente. E mais: não foi o único nem o último que morreu nesta causa. Ao qualificar assassino e assassinado desta maneira, o Comitê demonstra os princípios através dos quais suas ações se norteavam. Se esta foi a luta que o Estado tentou destruir naquele momento, não pôde, de maneira alguma, calar os que ficaram para contar e cobrar sua história.

O grupo se constituiu como uma associação autônoma que foi se renovando ao longo do tempo, envolvendo homens e mulheres das comunidades de base da igreja católica, principalmente de Vila Remo e Jardim Ângela, da Pastoral Operária e de diferentes movimentos sociais que tiveram um papel fundamental na construção e renovação destes princípios.

Paralelamente às pressões para o julgamento, foram articuladas diferentes ações para preservar sua memória e continuar sua luta. Em 1980, no primeiro aniversário de morte, o trajeto do cortejo da Igreja da Consolação à Praça da Sé foi refeito com intensa participação

popular chegando a 7 mil pessoas segundo o Comitê, mesmo com pouca atenção da imprensa[61].

Fonte: Acervo Comitê Santo Dias / CEDEM-UNESP e acervo pessoal de Cecília Hansen.

Imagens 04 e 05: Ato realizado na Praça da Sé em 1980, no primeiro aniversário de morte de Santo Dias**.**

Nos anos seguintes, foram realizados festivais de música e outras atividades culturais em diferentes lugares, "Semana Santo Dias", debates, atos políticos, produção de materiais de reflexão e divulgação (folhetos, livros, disco, camisetas, etc.). Destacamos aqui algumas homenagens que se realizaram tanto em São Paulo, como por todo o país.

> Para calar Santo, tiraram sua vida, mas Santo ressuscitou na luta e na resistência dos/as trabalhadores/as, e hoje, fico bastante feliz em saber que existem tantas coisas que o povo fez que tem o seu nome, como: praças, rádios comunitárias, associação, casas, comunidades... porque com tudo isso, estamos dando testemunho de esperança e dizendo ao Santo que a luta vai continuar (Ana Maria do Carmo) [62].

Depois de alguns anos sem uma periodicidade nas reuniões, o Comitê retomou suas atividades desde o começo de 2016, as quais tive a oportunidade de participar. Nas reuniões periódicas no Convento Santíssima Trindade, zona sul de São Paulo, o objetivo principal é retomar de forma mais ativa a construção do ato anual de 30 de outubro, pensar novas estratégias para manter viva a memória de Santo, renovar sua luta e o próprio sentido do Comitê. Uma das atividades principais desse grupo tem sido o levantamento de lugares e homenagens com o nome de Santo Dias por todo o país e foi principalmente por isso que fui convidada a participar das reuniões. Dessa maneira, pude contribuir para esta pesquisa, colhendo informações com companheiros, companheiras e familiares de Santo Dias,

[61] Conforme Ata de reunião de avaliação das atividades do 1º aniversário de morte de Santo Dias disponível no acervo do Comitê Santo Dias (CEDEM/UNESP).
[62] Declaração de Ana Maria do Carmo apresentada em um boletim da PO/Nordeste, de 2004 - mimeo.

pesquisando em arquivos públicos e fazendo trabalhos de campo em alguns destes lugares com membros do Comitê. Como resultado deste primeiro levantamento, foi apresentado um banner com um mapa de localização destes lugares no Brasil durante o ato do dia 30 de outubro de 2016.

No quadro a seguir, é possível identificar os lugares que possuem o nome de Santo Dias mapeados até o momento.

Quadro 4: Lugares e homenagens a Santo Dias da Silva – RMSP

Nome	Tipo	Município/ Estado	Endereço
1. Centro Comunitário Santo Dias	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Manuel Alvarez, 228
2. Rua Santo Dias	Logradouro	São Paulo, SP	Rua Santo Dias
3. Rua Santo Dias	Logradouro	São Paulo, SP	Rua Santo Dias
4. Rua Santo Dias	Logradouro	São Paulo, SP	Rua Santo Dias
5. Praça Santo Dias da Silva	Logradouro	São Paulo, SP	Praça Santo Dias da Silva
6. Ponte Santo Dias da Silva	Logradouro	São Paulo, SP	Ponte do Socorro - Santo Dias da Silva
7. Parque Municipal Santo Dias	Equipamento público	São Paulo, SP	Travessa Jasmim da Beirada, 71
8. Escola Estadual Santo Dias da Silva	Equipamento público	São Paulo, SP	Rua Alfredo Cortês, 32
9. EMEI Santo Dias da Silva	Equipamento público	São Paulo, SP	Praça Michel Mattar, s/n
10. Ecoponto Santo Dias	Equipamento público	São Paulo, SP	Travessa Rosifloras, 301
11. Instituto Nacional Santo Dias	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Guarapuava, 317
12. Centro de Acolhida para Adultos I – Santo Dias da Silva	Equipamento público	São Paulo, SP	Rua Suzana Rodrigues, 135
13. Comunidade Santo Dias da Silva	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Redução de Guarambaré , 174
14. Sala Santo Dias - Verbo Filmes	Organização social	São Paulo, SP	Rua Verbo Divino, 691
15. Auditório Santo Dias - Paróquia Santos Mártires	Associação católica	São Paulo, SP	R. Luís Baldinato, 09
16. Sala Santo Dias - Casa da Solidariedade	Organização social	São Paulo, SP	Rua Gravi, 60
17. Favela Santo Dias	Habitação	São Paulo, SP	Rua Manuel Alvarez
18. Centro Social Santo Dias - Paróquia São Patrício	Associação católica	São Paulo, SP	Avenida Octacílio Tomanik, 1555
19. CECCO Santo Dias	Equipamento público	São Paulo, SP	Travessa Jasmim da Beirada, 71
20. Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Anunze, 329
21. Rua Santo Dias	Logradouro	Diadema, SP	Rua Santo Dias
22. Escola Municipal Santo Dias da Silva	Equipamento público	Diadema, SP	Rua Vinte e Seis de Abril, 301
23. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Osasco, SP	Rua Santo Dias da Silva
24. Rua Santos Dias da Silva	Logradouro	São Bernardo do Campo, SP	Rua Santos Dias da Silva
25. Acampamento Santo Dias (desativado)		São Bernardo do Campo, SP	(aprox) Avenida Dr. José Fornari
26. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Campinas, SP	Rua Santo Dias da Silva
27. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	São José dos Campos, SP	Rua Santo Dias da Silva
28. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Sorocaba , SP	Rua Santo Dias da Silva

29. Praça Santo Dias da Silva	Logradouro	Viradouro , SP	
30. Casa Pastoral Operária Santo Dias	Associação católica	Manaus, AM	Rua D. Pedro I, 345
31. Avenida Santo Dias	Logradouro	Manaus, AM	Avenida Santos Dias
32. Rua Santo Dias	Logradouro	Fortaleza, CE	Rua Santo Dias
33. Associação Santo Dias	Associação católica	Fortaleza, CE	Rua Maria Quintino, 650
34. Casa Santo Dias	Associação católica	Fortaleza, CE	Av. Francisco Sá, 1833
35. Rádio Comunitária Santo Dias (desativada)	Organização social	Fortaleza, CE	
36. Comunidade Santo Dias	Associação católica	Ipatinga, MG	Rua Filadélfia, 15
37. Associação Santo Dias	Organização social	João Pessoa, PB	R. Joaquim Nabuco, 36
38. Rua Santos Dias da Silva	Logradouro	Canoas, RS	Rua Santos Dias da Silva
39. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Novo Hamburgo, RS	Rua Santo Dias da Silva
40. Avenida Santo Dias da Silva	Logradouro	Porto Alegre, RS	Avenida Santo Dias da Silva
41. Rua Santos Dias da Silva	Logradouro	Sapiranga, RS	Rua Santos Dias da Silva

Elaborado pelo Comitê Santo Dias da Silva, 2016.

Ao todo, foram 41 lugares identificados no Brasil no levantamento realizado em conjunto com o Comitê Santo Dias, sendo 25 na RMSP, mas esta lista pode ser alterada em função de novas informações. São escolas, ruas, avenidas, praças, centros comunitários, associações católicas ligadas e outros equipamentos públicos que nesses 37 anos foram ganhando o nome do operário assassinado. O mapeamento não pôde ser incorporado a este trabalho, mas é importante destacar que estes lugares estão em sua grande maioria em regiões periféricas das cidades. Além disso, o nome de Santo Dias é usado para batizar o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que começou a ser entregue em 1997.

A nomeação de lugares, associações e iniciativas de defesa dos direitos humanos cria pontos de celebração e renovação de sua memória, como de alguma maneira expressou Ana Maria em depoimento ao MRSP: "(...) Cada coisa que se põe ainda, é o nome dele ou uma homenagem, ou... Então eu acho que tudo isso é mostrando que o que ele fez não foi em vão, o sangue dele não acabou ali, mas foi semente pra brotar em muitos outros lugares" (Ana Maria do Carmo, depoimento ao Memorial da Resistência de São Paulo, 2014).

Além disso, é fruto de ações realizadas de forma autônoma e com muito esforço dos envolvidos. O fato de algumas delas terem sido incorporadas pelas políticas públicas, como as nomeações de logradouros e escolas, decorre fundamentalmente do empenho do Comitê e de outros movimentos organizados em impulsionar estas homenagens e chamar a atenção para o legado deste trabalhador assassinado pelo Estado. As políticas e sinalizações via poder público se realizam, portanto, a reboque do movimento independente.

Ao mesmo tempo, tamanha a maneira como se fortaleceu a memória e as homenagens a Santo Dias que em 2016 o Comitê se colocou a necessidade de fazer um levantamento destas homenagens, posto que estas se espalharam também de maneira autônoma e para além das suas ações. Ana Dias contou inclusive em uma das últimas reuniões que descobriu a existência do Ecoponto Santo Dias (São Paulo, SP) sem querer, o que dialoga com uma declaração sua no livro de sua filha: "Hoje, o Santo é de todo mundo e não é de ninguém" (DIAS *et al.*; 2004, p. 83); e é reafirmado nas palavras da própria Luciana: "(...) gente já perdeu o domínio, já virou domínio público o nome. E a gente tinha essa intenção mesmo" (Luciana Dias, entrevista a Anaclara V. Antonini, 2016).

Entre as ações do Comitê, uma delas se manteve constante em todos os anos: o ato do dia 30 de outubro. O encontro começa tradicionalmente no horário aproximado de sua morte, às 14h, em frente à fábrica Sylvania e depois segue em passeata até o Cemitério do Campo Grande, onde é feita uma celebração no local de seu túmulo, uma experiência que merece atenção particular.

Percurso em ato

Fotografia: Anaclara Volpi Antonini.

Imagem 06: Inscrição "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela Polícia Militar", realizada durante ato no dia 30.10.2015**.**

"Companheiro Santo, você está presente/ no coração do povo, na voz de nossa gente". Assim começa um dos cantos entoados na homenagem realizada anualmente ao operário Santo Dias da Silva, uma mensagem proferida já no cortejo realizado no dia de seu velório. A "presença" de Santo Dias pode ser pensada de diferentes maneiras, desencadeando processos

inter-relacionados de sinalização do espaço, comemoração, reunião política e religiosa, que serão analisados a seguir.

Pedimos licença para intercalar o relato da pesquisadora sobre o ato realizado no dia 30 de outubro de 2015, com as investigações e entrevistas posteriores.

Às 14h, amigos e amigas de Santo Dias da Silva, antigos companheiros de trabalho, militância e movimento pastoral, admiradores novos e antigos se encontram para relembrar suas lutas. O ato tem três momentos: um no lugar onde o operário foi assassinado[63], uma passeata até o cemitério onde está enterrado, a algumas quadras de distância, e uma celebração no seu túmulo. Em 2015, o ato não havia sido muito divulgado, mas mesmo assim eram vários os presentes, que sabem que todos os anos este encontro acontece no horário aproximado da morte de Santo Dias, às 14h.

Descemos a Rua Quararibéia rumo ao número 242, onde se situava a fábrica Sylvania Produtos Elétricos Ltda. É a primeira vez que comparecemos ao ato, passamos por um grande condomínio de edifícios residenciais, mas não encontramos a antiga fábrica que estávamos procurando. Em frente ao muro lateral ao condomínio, em tinta vermelha, encontramos a inscrição feita todos os anos no asfalto: “Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela Polícia Militar”. Pouco antes do horário do encontro, alguns carros ainda estão estacionados sobre as palavras, que se misturam a outras sinalizações urbanas e estão um pouco apagadas pela circulação diária de automóveis na rua.

[63] Utilizamos este termo porque é como os participantes do ato se referem à morte do operário, sinalizando que não se trata apenas de uma “morte”, mas sim de um assassinato intencional.

Fotografia: Anaclara Volpi Antonini.

Imagem 07: Inscrições no asfalto em homenagem a Santo Dias da Silva, antes do ato realizado no dia 30.10.2015. Destaque para o edifício do lado esquerdo da foto, onde antes estava situada a fábrica Sylvania**.**

Aos poucos, começam a aparecer os amigos/as e companheiros/as que se reencontram, se cumprimentam, abraçam. Apresentam-se os novos participantes e o grupo vai se formando. Chega o padre Jaime Crowe, da Paróquia Santos Mártires no Jardim Ângela, com a Kombi que leva todos os anos com um amplificador e um microfone que chia vez e outra.

No som, músicas que tratam do assassinato de Santo Dias e seu "martírio" [64] se misturam a falas de companheiros e companheiras dos diferentes âmbitos de militância, mensagens de lembrança e discursos de tom mais político. Falas ora emocionadas, ora combativas, retomam os movimentos em que participavam no final dos anos 1970 e o renovam trazendo opressões ainda vividas pelos trabalhadores nos dias atuais.

O momento da pintura do asfalto é muito especial para o grupo e cada um participa da escrita, que vai se completando junto com as falas amplificadas pela Kombi e as pequenas conversas e abraços que vão se renovando até que se conclui a inscrição e este momento da homenagem. É um momento emotivo, de recolhimento e reflexão. Cada palavra trás à tona sua identidade e, ao mesmo tempo, reconstrói sua luta e pertinência política.

[64] Martírio é uma palavra muito usada para representar o assassinato de Santo Dias e tem relação com a sua militância fortemente católica. Segundo o padre Luís Giuliani, representa a morte pela justiça.

Desde 1980, a marcação é refeita todos os anos nesta data. Segundo Vanda Gama, trata-se de uma denúncia simbólica de que ali houve um crime. Suas palavras ressaltam ainda a importância de sua repetição anual:

> a repetição desse ato, a princípio liderado pelo Comitê Santo Dias, foi para a preservação da memória e da história. Já não há mais a fábrica, que há cerca de 15 anos foi fechada, contudo, as pessoas que circulam ali conhecem a história, relembram e refazem o dia do ocorrido.[65]

Fotografia: Acervo Padre Luís Giuliani.

Imagem 08: Um dos primeiros registros do ato em frente à fábrica Sylvania em 1980, ano seguinte ao assassinato de Santo Dias**.**

Como apresentado anteriormente, o ato é organizado todos os anos pelo Comitê Santo Dias e seus propósitos dialogam com as reivindicações pelo julgamento, a manutenção e renovação da lembrança sobre o assassinato do operário.

As fotografias dos aniversários de morte em frente à Fábrica Sylvania em diferentes anos, encontradas no acervo do Comitê Santo Dias no CEDEM/UNESP e cedidas por alguns de seus membros, mostram justamente estes momentos de encontro e rememoração.

Por meio destes registros, é possível verificar como se processou o ato em cada ano, os participantes, as camisetas e cartazes produzidos, a maneira como vai mudando sutilmente a sinalização na rua ao apagar-se com o passar dos carros ao longo do ano e como ela é renovada durante o evento.

No fotografia a seguir, chamamos a atenção para os trabalhadores da fábrica que se aproximam das grades para participar ou observar o ato. Vanda Gama[66] conta que a participação dos trabalhadores da fábrica era incentivada pelo Comitê, reforçando o

[65] Texto escrito por Vanda Maria Gama em 2016 para um material do Comitê Santo Dias ainda não publicado.
[66] Entrevista concedida à autora em março de 2016.

movimento de base que era muito presente no grupo que Santo Dias fazia parte na OSM e incorporando o sentido da mobilização no próprio ato.

Fotografia: Autor desconhecido. **Fonte:** Acervo Comitê Santo Dias / CEDEM-UNESP.

Imagem 09: 30.10.1989 - Aniversário de 10 anos em frente à fábrica Sylvania, pintura do asfalto. Ao fundo, destaque para os trabalhadores da fábrica observando o ato**.**

Sabemos que as imagens não dão conta de representar a importância de todos os encontros que se dão neste momento, mas destacamos alguns deles, registrados por Douglas Mansur. Muitas vezes, eles não são comuns ao longo do ano, como nos revelou Cecília Hansen que disse reencontrar algumas das pessoas apenas durante os atos anuais.

Fotografia: Douglas Mansur.

Fotografia: Douglas Mansur.

Imagens 10 e 11: 30.10.2009 - Aniversário de 30 anos em frente à fábrica Sylvania, destaque para os (re)encontros que se realizam durante o ato**.**

Mesmo que o evento seja marcante todos os anos e que no seu início tenha sido mais cheio, nos aniversários "redondos" 10, 20, 30, 35 anos de morte do trabalhador foram realizadas outras atividades além do ato, como apresentações musicais, debates. Em alguns dos anos, foi refeita inclusive a passeata do Cemitério da Consolação até a Catedral da Sé, como apresentado anteriormente.

Ana Maria ressalta ainda o papel do trabalho coletivo para que o ato se realize por tantos anos seguidos.

> (...) pra mim, era um testemunho de continuar tudo isso porque eu acho que era provar pro Santo que ele não tinha morrido ali, porque todo mundo dizia: 'Ele vai morrer e tudo vai acabar'. Então uma maneira da gente denunciar e continuar até hoje, 35 anos, manter um manifesto no mesmo horário e dia, não é uma coisa de graça, né? Não é qualquer um que morre e que mantém 35 anos a memória viva de um operário. Então eu acho que isso aí, graças à família, aos amigos, a Igreja e aos militantes, não é nada sozinho, tudo em grupo e por isso eu acho que mantém a memória dele viva (SILVA, 2014).

Para além de eventuais presenças "ilustres" e da quantidade de participantes, os aniversários de morte são momentos de condensação e ativação das memórias que, atreladas aos lugares do ato (o local do assassinato e o local de culto e homenagem) se tornam momentos em que o passado é revivido no presente. Este encontro anual é muito importante para os que participam, embora alguns deles apontem que em alguns anos tenham comparecido menos pessoas.

Os caminhos que cada um vai tomando, a distância, o excesso de trabalho, a doença, muitas são as razões do não comparecimento de alguns. Quando Seabra (1996, p. 80) anuncia que "no caráter confuso do vivido está tanto a sua riqueza quanto também a sua pobreza", é possível considerar que este ato (como também as estratégias de memorialização apresentadas anteriormente) revela, de um lado, a apropriação e o uso do lugar e, de outro, também a miséria desta possibilidade na metrópole. Se é no nível do *vivido* (e do próprio *lugar*) que se torna evidente este conflito, também a partir deste nível podemos chamar a atenção para os efeitos e sentidos da reunião em análise.

Por sua vez, Bosi (2003) trata da "visitação" como um processo de enraizamento, algo que pode ser extrapolado para analisar as oportunidades que estes encontros anuais dos dias 30 de outubro na fábrica e no cemitério abrem aos que deles participam. Seria possível pensá-los de maneira similar à visitação de parentes e amigos em datas especiais, às quais que se refere Bosi,

> O cansaço, as horas extras de labuta sugam o alento, fragmentam o mundo, separam os amigos. Mas, em algumas datas, as visitas retornam, os amigos se encontram, os

> fragmentos se religam. A especulação urbana criou rupturas e abismos entre os que se querem ver, mas os pontos distanciados se aproximam, e o mapa afetivo da cidade se reconstitui então (*op.cit.* p. 205).

Mesmo que na nossa sociedade e na nossa cidade, esses encontros sejam cada vez mais difíceis, e mesmo com a motivação dolorosa e indesejada da morte de um companheiro para que os encontros de 30 de outubro ocorram, há uma gratificação especial decorrente deste esforço de participar do ato que tem a ver com o rompimento do isolamento e com a manutenção dos fatores identitários ligados à mobilização do passado, além de sua continuidade no momento atual.

Depois da sinalização do asfalto, o grupo sai em passeata até o Cemitério do Campo Grande a poucas quadras dali, onde a família de Santo os espera para a celebração junto ao seu túmulo. Agora com a presença de Ana Maria do Carmo (viúva de Santo), Luciana (filha) e Santinho (filho) com suas famílias, é realizada uma missa propriamente dita e as homenagens finais.

Fonte: Acervo pessoal Cecília Hansen

Imagem 12: Passeata em direção ao Cemitério Campo Grande, 30.10.1999**.**

Imagem 13: Celebração no túmulo de Santo Dias, 30.10.1989**.**

A celebração no cemitério foi, num primeiro momento, triste despedida do familiar e amigo. Milhares de pessoas participaram do seu enterro em 31 de outubro de 1979 e, ao longo dos anos, esta cerimônia se realizou como um momento de rememoração, reflexão e denúncia da injustiça e da violência de Estado. A permanência dos restos mortais de Santo Dias neste

terreno do cemitério foi concedida em caráter perpétuo à família em 1992, em decreto da então prefeita Luíza Erundina (PT) [67].

É importante ressaltar também que o Cemitério Campo Grande figura no inventário do Memorial da Resistência de São Paulo como um dos lugares que recebeu corpos de militantes políticos desaparecidos de maneira clandestina. Segundo o MRSP, pesquisas feitas por familiares de vítimas em documentos dos cemitérios e do Instituto Médico Legal chegaram à identificação de Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura, enterrados como "indigentes" no local.

O lugar de rememoração do familiar e amigo assassinado, como é o caso apresentado, é fundamental principalmente em um contexto de violência como este. É importante lembrar que o corpo de Santo Dias poderia até mesmo ter sido desaparecido pelas forças policiais, como aconteceu com muitos outros militantes do período e infelizmente acontece até os dias atuais. Luciana Dias relata o ato de coragem de sua mãe:

> O transporte do corpo para o Instituto Médico Legal fora mais um drama. Ana Maria ficou temerosa que os PMs ocultassem o cadáver, e apesar das ofensas que ouviu, se encarapitou na cabine da viatura e acompanhou o corpo do marido até o local. Atrás e dos lados, carros de religiosos, políticos e amigos seguiram a viatura até o IML. O caminho foi muito penoso, segundo Ana: 'Eles aceleravam o carro e faziam manobras bruscas, tentando despistar o pessoal que seguia na cola. Também me chamaram de nomes feios... Fiquei com muito medo!' (DIAS *et al.*,2004, p. 275-276).

A presença de Dom Paulo Evaristo Arns também contribuiu para que seu corpo não fosse ocultado e para a proteção de Ana Maria. A autópsia foi acompanhada por um médico do Comitê Brasileiro pela Anistia, algo também fundamental e inédito naquele momento.

A Fábrica Sylvania e as transformações do espaço

Onde antes estava a planta da fábrica de tubos para televisores e lâmpadas Sylvania Eletric Products Inc., hoje encontramos o Condomínio Vila Nova Sabará-Praça Alvorada, como se viu nos relatos apresentados anteriormente. A fábrica, em funcionamento desde 1961 no bairro, foi desativada em 2007 e o terreno de mais de 38.000 m^2 foi vendido para a construtora Rossi Residencial S. A. Em frente ao conjunto de edifícios que agora se encontra no local, ainda é possível identificar os galpões de outra fábrica desativada.

[67] Decreto Municipal n. 32.498, de 23 de outubro de 1992.

Imagem 14: Localização da Fábrica Sylvania no bairro de Campo Grande**.**

Assim como outros bairros e cidades da região metropolitana de São Paulo, a região sul de São Paulo foi um importante eixo industrial que concentrou desde os anos 50 grandes contingentes de trabalhadores e de migrantes de outras partes do país e do estado. A própria história de vida de Santo Dias mostra este movimento pelo qual muitas pessoas passaram. Em 1985, o polo industrial da região concentrava 30,6% do total de trabalhadores metalúrgicos, aglutinando fábricas de grande porte como MWM, Villares, Caloi, Caterpillar, Prada, Metal Leve, Cibié, Monark, Pial, Wapsa e Weber (BATISTONI, 2001).

Nos últimos anos, fábricas tradicionais da região fecharam ou diminuíram significativamente a quantidade de trabalhadores empregados e terceirizando etapas da produção[68]. As empresas que permaneceram reestruturaram seu modelo de produção e empregam atualmente menos pessoas como a MWM, que chegou a ter 2 mil trabalhadores e já não possuía nem metade deste contingente no início dos anos 2000, e a Metal Leve (atualmente Mahle), que mantinha aproximadamente 300 funcionários na mesma época em contraposição aos antigos 2 mil postos de trabalho (DIAS et al., op. cit., p. 193-194). Segundo

[68] Mudanças que também interferem profundamente no mundo do trabalho, com a especialização, de um lado, e a ampliação da massa de trabalhadores subcontratados ou em situação informal, de outro. (cf. HARVEY,1992; ANTUNES, 1995; BATISTONI, 2001).

os dados apresentados por Bessa et al. (2012), o polo Santo Amaro-Jurubatuba perdeu mais de 51 mil empregos de 1996 a 2006, continuando, porém, como um importante eixo industrial da cidade, relacionado atualmente à indústria farmacêutica. No âmbito municipal, houve uma variação territorial do emprego na indústria. Enquanto há retração de empregos na região sul e em outros eixos que constituíram os alicerces da industrialização paulistana, como Centro/Tamanduateí e Marginais Pinheiros/Tietê, se verifica uma expansão de novas áreas, como Jacu-Pêssego/São Mateus, Raposo Tavares e São Domingos/Pirituba/Freguesia do Ó[69].

Estas mudanças não se dão apenas na escala municipal. Segundo Lencioni (2011), a dispersão das indústrias para outras áreas da região metropolitana e do estado de São Paulo nos últimos 30 anos é parte de um processo de desconcentração industrial[70] que associa a expansão da industrialização no entorno metropolitano ao papel ainda central da cidade de São Paulo como centro de comando. A respeito deste novo papel da metrópole, Carlos (2001; 2005) chama a atenção para um novo ciclo de reprodução capitalista que se concentra no setor terciário por meio do capital financeiro e imobiliário, como foi apresentado no início deste trabalho.

É importante ressaltar, entretanto, que mesmo que o peso da indústria paulista tenha diminuído no país, a liderança da produção industrial ainda se concentra neste Estado, com destaque para a RMSP. E mais ainda: a cidade de São Paulo continua sendo a maior cidade industrial do país apesar da perda de mais de 425 mil postos de trabalho na indústria de 1985 a 2001 (LENCIONI, *op. cit.*, p. 137, 145). Desta maneira, se trata de uma *perda relativa* da atividade industrial tanto na região metropolitana quanto no seu núcleo de 1995 a 2010, como fruto de um movimento que se realiza de maneira mais expressiva desde a década de 1980.

A saída da Sylvania, portanto, está relacionada a este processo mais amplo que tem mudado intensamente a paisagem da região. Segundo Dias *et al.* (2004), muitos dos antigos galpões industriais passaram a ser ocupados por concessionárias de automóveis, lojas de material de construção, conjuntos habitacionais, comerciais e outros empreendimentos.

3.3. Um *resíduo* na metrópole

Se, num primeiro momento, o ato em seu conjunto estava permeado pela exigência de justiça e de manter viva a memória e as reivindicações de Santo Dias, ele se mantém ao longo

[69] Cf. BESSA et al., 2012.
[70] A geógrafa aponta, ainda, o papel fundamental das redes viárias e de telecomunicações para este processo.

do tempo como um *enraizamento* (BOSI, 2003; 2010), uma resistência compartilhada e continuada ao crime cometido, às dificuldades da classe trabalhadora e, por que não dizer, ao apagamento dessas memórias no próprio tecido urbano.

O olhar se volta ao passado, mas também ao presente, trazendo ao debate as lutas e conflitos atuais enfrentados pelos trabalhadores e pela população em geral, como os problemas relacionados ao meio ambiente, desemprego, violência policial contra as manifestações sociais, entre outros. Nas reuniões realizadas pelo Comitê ao longo de 2016, foi muito enfatizada a necessidade de renovação do ato e da integração com os mais jovens e outros grupos tanto das escolas e associações com o nome do Santo Dias, quanto dos movimentos populares em geral. É claro que esta proposta implica em uma série de desafios que não são de simples resolução, mas é importante ressaltar este anseio do Comitê.

O uso que será feito da memória é uma questão central para Todorov (2000) em *Los abusos de la memoria*, e para fundamentar sua crítica a respeito disso, o autor sustenta que o acontecimento recuperado pode ser tratado de maneira literal ou exemplar. Enquanto a chamada *memória literal* possui um fim em si mesma e produz recordações incomparáveis entre si, a *memória exemplar* pode servir de modelo para compreender situações novas com agentes diferentes. A exemplaridade, ao recuperar o passado como uma "manifestação entre outras de uma categoria mais geral" (*op.cit*, p. 31 - tradução livre) sem negar a singularidade dos acontecimentos, converte o passado em um princípio de ação no presente.

Ao atualizar o debate sobre o compromisso social de Santo Dias tratando sua memória como algo compartilhado pelo conjunto de uma classe social e como fonte para lidar com as lutas do presente, o Comitê e os que participam dos atos anuais de 30 de outubro consolidam uma verdadeira *memória exemplar* nos moldes que Todorov propõe. Ela é ao mesmo tempo mobilizada para compreender o evento traumático do amigo e familiar assassinado, quanto serve como referência para vislumbrar situações novas, possibilitando a diminuição ou superação da dor e convertendo os fatos do passado em princípios para a ação atual. Quando o Comitê insiste na necessidade de incorporar outros sujeitos no ato, está encarando também a necessidade de renovação dos discursos e da própria memória. Ao mesmo tempo, ao colocar Santo Dias como um militante que morreu em busca de justiça como muitos outros, sua rememoração é ampliada do plano individual para o coletivo.

É interessante notar, além disso, como a transformação espacial não impede nem afeta o encontro anual. Apesar de não existir mais a fábrica e do lugar estar diferente do que era quando ocorreu o assassinato e nos anos posteriores de mobilização, o ato permanece aí. No lugar dos portões da antiga fábrica, agora se vê o muro lateral do condomínio. Cecília

Hansen[71], ao ser perguntada sobre o fechamento e a demolição da fábrica, disse que não interferiu na essência do ato, nem fez com que o grupo considerasse qualquer alteração no local de encontro. Trata-se de um lugar que tem um sentido profundo para este grupo, que permanece como algo vivo e mobilizado por eles independente das mudanças ocorridas.

> Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção, sua forma, seu aspecto, estas moradias, estas ruas, estas passagens. 'As pedras e os materiais não vos resistirão', diz Halbwachs. (...) § À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo (BOSI, 2010, p. 452).

O ato surge como manifestação e reivindicação por justiça associada à homenagem a Santo Dias e ao fortalecimento da luta pelos direitos dos trabalhadores. Isso significa que sua mobilização não se define apenas como uma luta pela memorialização ou reconhecimento de um lugar relacionado à ditadura militar, nem pela sua preservação ou reconhecimento oficial mesmo diante da demolição da fábrica. Não se trata, aparentemente, de uma luta pelo espaço. Por outro lado, o movimento é extremamente "espacializado". O lugar onde o operário foi assassinado passou a ser uma referência importantíssima para os amigos e companheiros de militância, tendo um sentido tão forte que o encontro anual mantém sua força.

Sua carga simbólica permanece mesmo com as transformações que aconteceram e, ao mesmo tempo, é renovada a cada ação empreendida. Permanece, portanto, como um ponto de significação para os protagonistas desta intervenção. Um ponto que desperta diferentes sentidos de encontro, ação política, resistência e dor, um verdadeiro *lugar de memória*. Da perspectiva dos que não conhecem a história fabril e operária do bairro nem a forte repressão empreendida pelo Estado contra os movimentos de resistência, por outro lado, este ponto só se torna significativo com algum tipo de informação ou ação que possibilite o conhecimento do ocorrido. A nosso ver, é justamente este o sentido da sinalização e do ato anual para os que não participam do movimento.

Para além do ato simbólico onde as pessoas se encontram, as sinalizações na rua em tinta vermelha mostram um uso resistente deste lugar que, além de contrariar sua transformação e a perda do referencial da fábrica, contesta até mesmo o uso esperado da rua.

Retomemos os debates a favor e contra a rua de Henri Lefebvre (2008a).

> <u>Contra a rua:</u>
> (...) O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. (...) Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um

[71] Entrevistadas concedidas à autora em junho e agosto de 2016.

> resíduo. (...) Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. (LEFEBVRE, 2008a, p. 28).
>
> A favor da rua:
> (...) A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros. (...) Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (...) Nela joga-se, nela aprende-se. (...) Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado (...) onde ela [a palavra] pode tornar-se 'selvagem' e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições (LEFEBVRE, 2008a, p. 27-28) (grifo do autor).

Invertemos a ordem apresentada pelo autor, que na verdade colocou antes o texto "A favor da rua", justamente para destacar o conteúdo do *uso* e da *apropriação* que se possibilita e se realiza na rua, mesmo que na condição de *resíduo* (LEFEBVRE, 2008a; 2009).

É possível representar a rua como lugar da passagem ou parte do *espaço amnésico* (CARLOS, 2001), com seus referenciais históricos perdidos em ritmo acelerado que poderia produzir o estranhamento discutido no início do trabalho. O que esta experiência mostra, porém, é a apropriação da rua e da cidade como lugar do encontro, do simbólico, imprevisível e irredutível.

Os carros em cima das inscrições e as pessoas que reforçam aqueles traços. Nada garante que aquelas palavras sejam lidas por um morador ou pedestre que caminhe pela rua ou que o motorista que estaciona seu carro leia a tinta vermelha do asfalto. De um lado, o movimento de sinalização do lugar, os encontros que se realizam nos dias 30 de outubro e a mobilização que eles implicam são apropriações inesperadas daquele lugar - a rua - marcado pela passagem e pela centralidade do automóvel. De outro, o simples fato da inscrição continuar e ser renovada periodicamente no espaço público já o qualifica de outra maneira e atribui um novo conteúdo a ele, abrindo a possibilidade de novos encontros e contatos com a história daquele trabalhador e militante assassinado e dos que continuam se encontrando para renovar sua luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalhador como lugar de memória. Encontros anuais no lugar onde Santo Dias da Silva, bóia-fria, metalúrgico e católico, foi assassinado por um policial militar na zona sul de São Paulo em uma greve durante a ditadura militar. As inscrições em tinta vermelha reforçada coletivamente há 37 anos lembram o que aconteceu e os encontros parecem nem se importar que a fábrica em frente à qual o trabalhador foi alvejado ao redor das 14h daquele 30 de outubro de 1979 não existe mais. Apesar da mudança do bairro e da paisagem, das dificuldades relacionadas ao trabalho, à mobilidade e à saúde, o encontro acontece todo ano no mesmo local, data e horário e reforça o sentido de lembrar este companheiro e amigo. A rua Quararibéia, naquele momento e enquanto durar a tinta vermelha no asfalto, ganha uma nova camada de sentido.

Como este, há outros lugares em São Paulo que são lembrados em função de eventos que remetem à repressão ou à resistência à ditadura militar. Alguns são lembrados apenas pelos que os conheceram, outros receberam algum tipo de sinalização e podem ser conhecidos publicamente, outros foram destruídos por tratores que levam consigo também uma infinidade de outras lembranças de períodos recentes e antigos da história da cidade. O espaço, como produto histórico determinado pelas relações sociais que nele se estabelecem, traz as marcas de gerações que projetaram/projetam seus desejos e esconde outras.

Neste movimento, os lugares de memória relacionados à ditadura militar e as homenagens a Santo Dias são tratados como objetos que contribuem para o debate sobre a memória na metrópole de São Paulo, especificamente a memória relacionada a um período e acontecimentos marcados pela violência e pela violação de direitos, constitutivos da nossa história. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre o processo de recuperação ou sinalização desses lugares a partir das bases da Geografia e do modo como se estabelece a relação entre cidade e memória contribui para aprofundar o olhar para estes lugares para além das lutas por memória, verdade e justiça, constituindo-se também como resistência urbana.

Como resposta ao movimento de apagamento eminente da memória, ao espaço produzido como *amnésico*, acreditamos que a lembrança possa ser parte de um projeto de desalienação social, como enunciam Olgária Matos (1982) e Ecléa Bosi (2003; 2010). A cidade, que "tinha um passado, uma história descentralizada, uma soma de experiências próprias, de práticas cotidianas" (MATOS, *op. cit.*, p. 47), é progressivamente negada e suprimida, fazendo com que a lembrança viva seja substituída pela história oficial celebrativa, como apontado. A narrativa histórica que se projeta na morfologia da metrópole a partir dos

referenciais urbanos que permanecem é marcada em grande medida por esta história oficial. Por outro lado, o reconhecimento e a luta pelos lugares de memória relacionados à atuação repressiva do regime militar ou aos movimentos de resistência a ele também traz à tona uma memória de ruptura da história vista como continuidade ausente de conflitos.

Dessa maneira, o debate sobre os lugares de memória e a luta dos perseguidos e familiares de mortos e desaparecidos políticos pela preservação e/ou recuperação de espaços que registram as violações e resistências à ditadura militar no Brasil torna necessário problematizar a concepção destes lugares como *restos* (NORA, 1993). A nosso ver, quando se examina o papel resistente que estas ações representam enquanto processo de apropriação, é possível abordá-los como resistências ou, melhor dito, *resíduos* (LEFEBVRE, 2008a; 2009). Esta análise nos parece possível a partir da conceituação de lugar de memória a partir das contribuições da ciência geográfica e da categoria de *lugar*, que permite articular as transformações da metrópole, correspondentes à ordem distante, aos seus efeitos e resistências na ordem próxima, relacionada às práticas sócioespaciais. Isso significa que se, de um lado, a existência de *lugares de memória* é um sinal da transformação da sociedade e do espaço, por outro lado, os movimentos de memorialização dos lugares de memória relacionados à ditadura militar em São Paulo se mostram como frutos e ao mesmo tempo enfrentamentos a estes processos de apagamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e a democracia no Brasil – Estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da democracia.* Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ACHUGAR, Hugo. El lugar de la memoria, a propósito de monumentos. In: JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (Comps.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

ANTONINI, Anaclara Volpi. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo.* Trabalho de Graduação Individual (Geografia). São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortes, Unicamp, 1995.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy Machado. O cedem e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP). In: *Cadernos CEDEM.* São Paulo: UNESP, v. 2, n. 2, p. 133-146, 2011.

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987).* 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In*: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 222-232.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória – Ensaios de Psicologia Social.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRASIL. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. *III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).* Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. *Projeto Direito à Memória e à Verdade.* Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.* Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: ago. 2013.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Preliminar de Pesquisa: Centros clandestinos de violação de direitos humanos.* Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/relatorios-parciais-de-pesquisa>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final.* Brasília: CNV, 2014a. v. I, II; III. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em: dez. 2014.

CALVEIRO, Pilar. La memoria como futuro. In: *El Rodaballo, Revista de Política y Cultura*. Buenos Aires: El cielo por asalto, ano VII, n. 13, p. 2-7, 2001.

_____. La memoria como espacio ético y político. In: HUFFSCHIMT, A.; DURÁN, V. (Eds.). *Topografías conflictivas. Memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.

_____. Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.* São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A reprodução da cidade como "negócio". In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.* São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.

_____. *O lugar no/do mundo.* São Paulo: FFLCH, 2007.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina.* São Paulo: Hucitec/ Anpocs, 2001.

_____. 'Lo que merece ser recordado…'. Conflictos y tensiones en torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios de memoria. In: *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, v. 1, n. 2, p. 28-47, 2014.

COLOMBO, Pamela. La memoria en el espacio: cartografías del gueto de Varsovia. In: *Cuadernos de Filosofía Latinoamericana.* Bogotá: Universidad Santo Tomás, v. 33, n. 107, p. 127-147, 2012.

BESSA, Vagner et al. Território e desenvolvimento econômico. In: COMIN, Alvaro et al. (Org.). *Metamorfoses paulistanas: atlas geoeconômico da cidade.* São Paulo: SMDU/Cebrap/Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 127-170.

COMITÊ SANTO DIAS DA SILVA. *Companheiro Santo, você está presente*! Revista Proposta n. 22. São Paulo: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, mai. 1984.

DALLARI, P. et al. Verdade, memória e reconciliação. In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 Dez. 2014. Editorial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/199372-verdade-memoria-e-reconciliacao.shtml>. Acesso em: Dez. 2014.

DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. *Santo Dias – Quando o passado se transforma em História.* São Paulo: Cortez, 2004.

DURÁN, Valeria; MESSINA, Luciana; SALVI, Valentina. Introducción - Espacios de memoria: una apuesta al debate. In: *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*. Buenos Aires: Instituto de Desarrollo Económico y Social, v. 1, n. 2, p. 6-11, 2014.

ENDERS, Armelle. Les lieux de memóire, dez anos depois. In: *Estudos Históricos*. São Paulo: FGV, v. 6, n. 11, p. 132-137, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/277>. Acesso em: abr. 2014.

ESCOLAR, Cora; BESSE, Juan. Política y memoria, semblanza de una relación indócil. In: *Diálogos. Revista do Departamento de Historia e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: UEM, v. 16, n. 3, p. 897- 924, 2012.

ESCOLAR, Cora; FABRI, Silvina. La construcción del espacio social y la territorialización de la memoria: el caso del ex Centro Clandestino de Detención Mansión Seré. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo.* São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 18, n. 2, p. 446-457, 2014.

FABRI, Silvina. Lugares de memoria y marcación territorial: sobre la recuperación de los centros clandestinos de detención en Argentina y los lugares de memoria en España. In: *Revista Colombiana de Geografía.* Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, v. 22, n. 1, p. 93-108, jan.-jun./2013.

_____. Los lugares de la memoria en Buenos Aires. Mansión Seré a diez años de su recuperación. In: *Revista GEOSUP- Espaço e Tempo*, n. 29, p. 169-183, 2011.

FELD, Claudia. Prólogo - La memoria en su territorio. In: FLEURY, B.; WALTER, J. (Dir.) *Memorias de la piedra*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria editores, 2011.

FERRARI, Anna. Penetrável Genet. In: *Vitruvius*. Data: 05/09/2014. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/jornal/news/read/2057>. Acessoem: ago. 2016.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição.* Brasília: Ministério da Justiça, 2011, v. 4

FLEURY, B.; WALTER, J. (Dir.). De los lugares del sufrimiento a su memoria. In: _____. *Memorias de la Piedra*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria editores, 2011.

FONTAINE, Thomas. El convoy, un lugar de memoria de la experiência concentracionária. In: FLEURY, B.; WALTER, J. (Dir.). *Memorias de la piedra*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria editores, 2011.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário do contemporâneo*. São Paulo: Annablume; Fapesp; SESC, 1997.

GUMIERI, Julia Cerqueira. *A Construção Possível. Inclusão e revisão do Direito à Memória e à Verdade no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1992.

HITE, Katherine. Comentarios de los textos del Foro. In: *Fóruns sobre Memoria Social e História Recente da Red Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria Social* - Edição "¿Qué es legítimo hacer en los sitios de memoria?", de 2 a 25 de jun. 2014. Disponível em: <http://memoria.ides.org.ar/archivos/2344>. Acesso em: jun. 2014.

HUFFSCHMID, Anne. Los riesgos de la memoria. Lugares y conflictos de memoria en el espacio público. In: HUFFSCHMID, Anne; DURÁN, Valeria (Ed.). *Topografías conflictivas. Memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.

HUYSSEN, Andreas. Pretéritos presentes: medios, política, amnesia. In: _____. *En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 2002.

INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. *¿Qué es la Justicia Transicional?*. 2009. Disponível em: <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Global-Transitional-Justice-2009-Spanish.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

INVESTIGAÇÃO Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo: IIEP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, 2014. Vários autores.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

_____. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión. In: *Cuadernos del IDES*. Buenos Aires: Instituto de Desarrollo Económico y Social, n. 2, p. 3-27, 2003.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. (Comps.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales.* Madrid: Siglo XXI de España, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a.

_____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2008b.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.º 120, p. 133-148, 2011.

LÖWY, M. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política (v. III). Livro Terceiro. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATOS, Olgária Cháin Feres. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. In: *Revista Espaço e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano II, p. 45-52,1982.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/>. Acesso em: jan. 2015.

MESSINA, Luciana. *Políticas de la memoria y construcción de memoria social: acontecimientos, actores y marcas del lugar. El caso del ex centro clandestino de detención "Olimpo"*. 2010. Tese (Doutorado). Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2010a.

_____. La construcción de un lugar de memoria: el caso del ex centro clandestino de detención 'Olimpo'. In: *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, n. 22, p. 135-144, 2010b.

_____. El ex centro clandestino de detención "Olimpo" como dispositivo de memoria: reflexiones sobre las marcas territoriales y sus usos. In: *Aletheia*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, v. 2, n. 3, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Brasil Nunca Mais Digital.* Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>. Acesso em: jul. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado presente. In: *Patrimônio e Memória*. São Paulo: Unesp, v. 9, n. 1, p. 56-70, jan.-jun./2013.

MOMBELLO, Laura Cecília. Neuquen, la memoria peregrina. In: JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. (Comps.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales.* Madrid: Siglo XXI de España, 2003, p. 149-164.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar.* São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Deborah Regina Leal. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires.* 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP*. Campinas, setembro, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993.

_____. La aventura de Les lieux de mémoire. In: CUESTA BUSTILLO, Josefina (Ed.). *Memoria e historia.* Madrid: Marcial Pons, 1998, p. 17-34.

NOSELLA, Paolo. *Porque mataram Santo Dias: Quando os braços se unem à mente*. São Paulo: Cortez, 1980.

PÉROTIN-DUMON, A. Verdad y memoria: escribir la historia de nuestro tempo. In: Historizar el pasado vivo en América Latina, 2007. Disponível em: <http://www.historizarelpasadovivo.cl/es_resultado_textos.php?categoria=Liminar.+Verdad+y+memoria%3A+escribir+la+historia+de+nuestro+tiempo&titulo=Liminar.+Verdad+y+memoria%3A+escribir+la+historia+de+nuestro+tiempo>. Acesso em: abr. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PROGRAMA Lugares da Memória. *Fábrica Sylvania.* Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015.

PROGRAMA Lugares da Memória. *Casa do Massacre da Lapa.* Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014.

PROUST, M. *Em busca do tempo perdido*. Vol. I. Do lado de Swann. Lisboa: Relógio D'Água, 2003. 445p.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUINTERO, Silvina. Pensar los mapas. Notas para la discusión sobre los usos de la cartografía en la investigación social. In: ESCOLAR, Cora (Comp.) *Topografías de la investigación. Métodos, espacios y prácticas profesionales.* Buenos Aires: Eudeba, p. 187-217, 2000.

RABOTNIKOF, Nora. Memoria y política a treinta años del golpe. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de Estado*. México DF: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANNA, Sílvio di. *Santo - dos nossos – Dias: fé, política e compromisso social no cotidiano de luta de um operário na paulicéia dos anos 70*. São Paulo: Líber edições, 2004.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Relatório final*. São Paulo: ALESP, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: ago. 2016.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/>. Acesso em: ago. 2016.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura. CONDEPHAAT. Parecer técnico UPPH nº GEI-256-2021. *Processo de tombamento das antigas instalações do DOI-CODI em São Paulo* nº 66578/2012.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. In: *Política y Cultura.* México DF: Universidad Autónoma Metropolitana, n. 31, p. 65-87, 2009.

SCIFONI, Simone. Lugares da Memória Operária na metrópole paulista. In*: GEOUSP – espaço e tempo.* São Paulo: USP, n. 33, p. 98-110, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304/77947>. Acesso em: jan. 2014.

SEABRA, Odette. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71- 86.

SEABRA, Odette. Conteúdos da urbanização: dilemas do método. In: SILVA, J. B. (Org.). *A cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza: EUFC, 1997, p. 61-68.

SEIXAS, Ivan; POLITI, Maurice. Os elos que vinculam as vivências encarceradas com as perspectivas de comunicação museológica: o olhar dos ex-presos políticos. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coord.). *Memorial da Resistência de São Paulo.* São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, p. 199-207.

SILVA, Ana Maria do Carmo. *Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.* Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014.

SOARES, I. V. P.; QUINALHA, R. H. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. In: *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 10, p. 75-86, jun./2011.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do rasil e da África do Sul. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010, p. 299-298.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012

_____. A. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça" no Brasil. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.

_____. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por "verdade e justiça" no Brasil.* 2005. Dissertação (Mestrado) em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

THANASSEKOS, Yannis. Los procesos de calificación, descalificación y recalificación de los lugares de la memoria (1950-2000). In: FLEURY, B.; WALTER, J. (Dir.). De los lugares del sufrimiento a su memoria. *Memorias de la Piedra*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria editores, 2011.

TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria. Buenos Aires: Paidós, 2000.

TORNATORE, Jean-Louis. Memoria, Patrimonio, Globalización. In: FLEURY, B.; WALTER, J. (Dir.) *Memorias de la piedra*. Buenos Aires: Ejercitar la memoria editores, 2011, p. 55-72.

TORRES, Pedro Henrique Campello. Memória dos anos de chumbo nas cidades brasileiras. In: *Revista de Estudos de Sociologia*. Araraquara: UNESP, v. 20, n. 39, p. 381-398, jul. - dez. 2015. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7500/5629>. Acesso em: fev. 2016.

VALA clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado na história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012. Vários autores. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=4>. Acesso em: jun. 2014.

VEZZETTI, Hugo. Apéndice. Espacios, monumentos, memoriales. In: _____. *Sobre la violencia revolucionaria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 203-257.

ANEXO

Quadro 5: Lugares de memória da ditadura militar – RMSP, 1964-1985

Fontes: Memorial da Resistência de São Paulo (2016), Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (2015).
Observação: Inventário produzido pelo Memorial do Memorial da Resistência de São Paulo, extraído do relatório da CEV "Rubens Paiva" (2015) e atualizado com os textos descritivos disponibilizados no site do MRSP.

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
1. Alameda Casa Branca	Alameda Casa Branca, 800, Jardins.	São Paulo	Na Alameda Casa Branca foi executado, em 04 de novembro de 1969, o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, vítima de uma emboscada policial comandada por Sérgio Fleury, delegado do Deops/SP. A morte de Marighella foi divulgada oficialmente como resultado de um tiroteio e, como reconhecimento pela ação, o governo paulista promoveu 43 policiais por "bravura".	Repressão	Espaço Público
2. Associação dos Docentes da USP (Adusp)	Rua da Reitoria, 374, Butantã.	São Paulo	Em 1976, na Cidade Universitária, foi fundada a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP). Mobilizados pelo assassinato de Vladimir Herzog, professor da USP, pelo DOI-Codi/SP no ano anterior, os professores decidiram reagir às perseguições que vinham sofrendo. Durante toda a ditadura, o ambiente universitário foi vigiado por agentes infiltrados e redes de delação internamente constituídas. Muitos integrantes da comunidade foram presos, torturados ou mortos e desaparecidos. Essa cumplicidade de dirigentes ficou aparente no caso da professora Ana Rosa Kucinski que, desaparecida pela repressão, foi demitida por "abandono de função". A ADUSP denunciou as irregularidades e cumplicidades de dirigentes universitários e, em 1978, publicou o livro "O controle ideológico na USP: 1964-1978". Por essa razão, passou a sofrer também com a vigilância que denunciava. Em 1979, participou da histórica greve do funcionalismo estadual que ajudou a selar o desgaste político da ditadura.	Resistência	Sindicato
3. Auditoria da Justiça Militar	Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1249, Bela Vista.	São Paulo	Este casarão abrigou por muitos anos as auditorias da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, criadas para julgar principalmente crimes praticados por integrantes das Forças Armadas. Durante a ditadura civil-militar, as auditorias assumiram também o julgamento dos então chamados "crimes políticos". Acusados de crimes contra a Segurança Nacional, os réus participavam de audiências que tinham como objetivo mascarar o autoritarismo e a repressão do regime ao revesti-los de uma suposta legalidade judicial. Apesar dos riscos, foram nas auditorias que os presos políticos tiveram a oportunidade de denunciar, pela primeira vez, as torturas que vinham sofrendo nos cárceres do regime.	Repressão	Órgão das Forças Armadas
4. Avenida Angélica	Avenida Angélica, Higienópolis.	São Paulo	A Avenida Angélica começa na região central de São Paulo e termina próxima à Avenida Paulista. Na ditadura essa importante e movimentada via foi cenário do assassinato de Ronaldo Mouth Queiroz. O jovem de 25 anos, estudante de Geologia e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi executado, em abril de 1973, em um ponto de ônibus na Angélica. Apesar do assassinato em via pública, a polícia forjou uma versão alegando que a morte foi decorrente de um "cerrado tiroteio". Em 2012, Cláudio Guerra, ex-delegado do Deops do Espírito Santo, assumiu participação no crime em seu livro "Memórias de uma guerra suja". Em junho de 1971, a Angélica já fora o provável cenário do desaparecimento de Luiz Almeida Araújo. Com 28 anos, o jovem militante da ALN foi visto pela última vez ao deixar um companheiro nesta rua para um encontro com o agente infiltrado Cabo Anselmo. Ambas as mortes foram reconhecidas como responsabilidade do Estado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Repressão	Espaço Público
5. Bar Bartolo	Rua Fradique Coutinho, 1097, Vila Madalena.	São Paulo	Um dos primeiros bares da Vila Madalena, o Bartolo foi frequentado inicialmente por universitários, muitos deles vinculados ao movimento estudantil, dada a proximidade entre o bairro e a USP. Em seguida, o bar passou a atrair outros personagens frequentadores do bairro: artistas plásticos e músicos, mais presentes após a inauguração do Teatro Lira Paulistana em 1979, cineastas e atores atraídos pelas produtoras de cinema que também foram ali se instalando. Com o tempo, os bares se multiplicaram, mas o Bartolo manteve-se como um dos mais importantes. Servindo à boêmia tanto quanto a reuniões, à produção de informação, e à criação de arte contra o autoritarismo, atraindo artistas que pretendiam se manter à margem da indústria cultural e da censura, o Bartolo se fez um espaço de agentes contestadores da ditadura, na mesma medida em que a Vila Madalena foi sendo pensada como um polo de resistência boêmia, cultural e alternativa. Por conta das mudanças no bairro, o bar fechou.	Resistência	Estabelecimento Comercial

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
6. Bar Redondo	Esquina da Avenida Ipiranga com a Consolação	São Paulo	O Bar Redondo recebeu esse nome por ficar localizado no térreo de um edifício arredondado de esquina entre as avenidas Ipiranga e Consolação. Nos anos 1960 e 1970, estava inserido no reduto boêmio da Praça Roosevelt que reunia estabelecimentos culturais e de lazer, como boates, cinemas de arte, teatros, bares e restaurantes. No período, foi muito frequentado por estudantes e intelectuais - dado a proximidade do circuito universitário composto pela Pontifícia Universidade Católica, a Universidade Mackenzie e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL) - e por artistas e músicos de grupos engajados em experiências artísticas ligadas à resistência, em especial ao Teatro de Arena, localizado bem em frente ao bar. Em 1972, o dramaturgo Plínio Marcos e outros frequentadores fundaram a Banda Redonda. Embora o bar tenha fechado as portas, a banda segue em atividade, sendo a mais antiga do carnaval paulistano.	Resistência	Estabelecimento Comercial
7. Basílica de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Ifigênia	Rua Santa Ifigênia, 30, Santa Ifigênia.	São Paulo	Localizada no centro histórico de São Paulo, a Basílica Nossa Senhora da Conceição e de Santa Ifigênia, de estilo neogótico, é mais conhecida como Igreja de Santa Ifigênia. Construída no espaço da antiga Capela Nossa Senhora da Conceição, de 1720, a edificação da nova igreja foi finalizada em 1913. Como outros templos, ela serviu como espaço de articulação de movimentos sociais ao longo do tempo, seja através das organizações militantes que relacionavam ação política e fé, seja pela cessão solidária do espaço religioso para encontros. Durante a ditadura, os encontros marcados dentro das Igrejas eram comuns por serem estes espaços públicos mais seguros, devido tanto à circulação de pessoas, quanto à proteção simbólica conferida pela sacralidade. Esses fatores, entretanto, nem sempre puderam ser garantia de proteção. A igreja de Santa Ifigênia foi utilizada para algumas reuniões por militantes do Movimento Popular de Libertação (MPL), grupo criado em 1966, com atuação até o início dos anos 1970.	Resistência	Espaço Religioso
8. Basílica Nossa Senhora da Penha	Rua Santo Afonso, 199, Penha.	São Paulo	Construída no século XVII, a Igreja Nossa Senhora da Penha de França é um importante referencial da Penha, bairro operário que está entre os mais antigos de São Paulo. No final dos anos de 1950, foi construída a Basílica para abrigar a imagem preservada da santa. Ao longo de sua história, a igreja desempenhou um importante papel de articulação popular, que se manteve durante a ditadura, quando foi utilizada para reuniões por movimentos de resistência. Em 1977, cerca de 5 mil pessoas se reuniram na Basílica para denunciar a perseguição à Igreja progressista. O ato contou com a participação de representantes das famílias de presos e desaparecidos, operários, entidades religiosas, diretórios acadêmicos, do pastor Jaime Wright e de membros da Comissão de Justiça e Paz. Foi coordenado pela Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e dos Marginalizados, projeto pastoral criado por Dom Paulo Evaristo Arns e vinculado ao Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – CLAMOR.	Resistência	Espaço Religioso
9. Casa da Mooca	Rua Fernando Falcão, 477, Mooca.	São Paulo	Poucas são as informações disponíveis sobre a Casa da Mooca. Mesmo sua localização exata no bairro nunca pôde ser confirmada. Podemos afirmar apenas que ela pertencia a Joaquim Rodrigues Fagundes, dono da empresa Transportes Rimet Ltda., e que foi utilizada para manter presos, com frequência desconhecida, alguns opositores da ditadura civil-militar, havendo sobreviventes e mortos. As relações entre empresários e a ditadura aos poucos vêm se tornando públicas. Financiadores e conhecedores dos métodos ilegais utilizados pela repressão, muitos empresários cederam imóveis particulares às unidades militares e policiais que as utilizavam como centros clandestinos de detenção, tortura e assassinato. Além da Casa da Mooca, Fagundes também era proprietário da Fazenda 31 de Março, usada com este mesmo fim pelo DOI-Codi/SP e pela equipe do delegado Sérgio Fleury do Deops/SP. Pelos serviços prestados ao regime, Fagundes foi condecorado pelo Exército Brasileiro com a Medalha do Pacificador em 1977.	Repressão	Centro Clandestino
10. Casa de Detenção de São Paulo – Carandiru	Avenida Zaki Narchi, 1369 ou Av. Cruzeiro do Sul, 2630, Carandiru	São Paulo	Um dos maiores complexos prisionais do Brasil, o Carandiru recebeu muitos presos políticos durante a ditadura, que dividiram o cotidiano carcerário com os presos comuns, cumprindo suas sentenças nas instalações insalubres que o presídio já apresentava. Considerado modelo prisional durante vinte anos, o Carandiru passou a enfrentar problemas a partir da década de 1940, quando passou a funcionar com superlotação. Após a democratização, as violações aos Direitos Humanos não cessaram. Em 1992, o local sediou o que ficou conhecido como o Massacre do Carandiru: uma invasão da Polícia Militar, motivada por uma rebelião, que matou 111 detentos. Em 2002, o Complexo foi implodido dando lugar ao Parque da Juventude.	Repressão	Presídio Político
11. Casa de Itapevi	Estrada da Granja, 20	Itapevi	A casa, localizada em Itapevi/SP, foi utilizada pelo II Exército de São Paulo como centro clandestino de detenção e tortura entre as décadas de 1960 e 1970. Em 1992, a Revista Veja publicou uma entrevista com o ex-sargento do Exército Marival Chaves do Canto que revelou a localização e usos dados a casa, cuja estrutura era, essencialmente, um grande salão, cozinha, uma sala e uma pequena construção aos fundos. Segundo Marival ao menos oito militantes do PCB foram mantidos presos e torturados na casa. Atualmente sabe-se que a casa foi demolida, restando apenas a construção aos fundos, com características do que poderia ser uma cela improvisada.	Repressão	Centro Clandestino
12. Casa de Portugal de São	Av. Liberdade, 602, Liberdade.	São Paulo	A Casa de Portugal foi fundada em São Paulo, no dia 13 de julho de 1935, por portugueses e luso-brasileiros. O projeto de seu atual edifício é de autoria do arquiteto Ricardo Severo e foi inaugurado em 1956, por ocasião das comemorações do quarto	Resistência	Centro Cultural

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
Paulo			centenário da fundação da cidade de São Paulo. A entidade foi criada com a intenção de ser uma instituição de apoio e assistência à Comunidade Portuguesa em São Paulo, mas, nos anos finais da ditadura civil-militar brasileira, também se tornou um lugar de memória do movimento de trabalhadores ao servir como espaço para a realização de assembleias sindicais de categorias como bancários e jornalistas. Entre as assembleias de destaque, a Casa de Portugal sediou, em 30 de agosto de 1978, a maior assembleia de bancários desde a implantação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Essa assembleia foi responsável por deflagrar a primeira greve geral da categoria.		
13. Casa do Massacre da Lapa	Rua Pio XI, 767, Lapa	São Paulo	No número 767 da Rua Pio XI, no bairro da Lapa, uma casa insuspeita era utilizada por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) para reuniões clandestinas. Em dezembro de 1976, o Comitê Central estava reunido no local para realizar um balanço político da recém-derrotada Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência armada organizado pelo partido no sul do Pará. Na madrugada do dia 16, após o fim da reunião, a residência foi cercada e metralhada pela polícia. Os militantes que já haviam deixado o local foram sucessivamente presos e encaminhados ao DOI-Codi/SP. Dois dos dirigentes que ainda se encontravam na casa no momento da invasão, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, morreram na hora, sem qualquer direito de defesa. Entre os militantes presos, João Batista Drummond foi morto sob torturas. O episódio ficou conhecido como o Massacre da Lapa. Anos mais tarde, a construção original foi demolida, dando lugar a uma clínica médica que lá funciona até os dias de hoje.	Resistência	Aparelho
14. Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção de São Paulo - Catedral da Sé	Praça da Sé, Centro.	São Paulo	Em 1954, a Catedral da Sé foi inaugurada tornando-se, rapidamente, o principal espaço religioso da cidade. Durante a ditadura, desempenhou importante papel de apoio à resistência, principalmente a partir de 1970, com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns como Arcebispo (e Cardeal em 1973). Com ele, a Catedral atuou na proteção de opositores políticos e de movimentos sociais, assim como na articulação e sustentação política às ações solidárias de bispos e párocos da cidade. Entre as inúmeras atividades em que a Catedral esteve envolvida, podemos citar: a celebração de missas em memória de vítimas - como o estudante Alexandre Vannuchi, o jornalista Vladimir Herzog, o operário Santo Dias, e o dominicano Frei Tito de Alencar -, o apoio às primeiras reuniões e buscas de familiares de desaparecidos políticos, a criação da Comissão de Justiça e Paz, e a participação no projeto Brasil Nunca Mais, primeira iniciativa de apuração sistemática das violações de direitos humanos cometidas no período.	Resistência	Espaço Religioso
15. Cemitério Campo Grande	Avenida Nossa Senhora de Sabará, 1371, Vila Sofia.	São Paulo	Durante a ditadura civil-militar, os cemitérios municipais foram utilizados para o desaparecimento de corpos de opositores políticos assassinados pelo regime. A partir dessa descoberta, feita em 1979 pela Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, foram sendo identificadas ossadas de desaparecidos políticos em outros cemitérios da capital paulista. Um deles foi o Cemitério Municipal Campo Grande. Sabe-se que lá foram enterrados como "indigentes" os militantes Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura. O local de sepultamento só foi descoberto através de pesquisas feitas por familiares de vítimas em documentos dos cemitérios e do Instituto Médico Legal que, apesar de ocultarem informações relevantes a respeito da identificação dos militantes, traziam uma letra “T” que indicava aos legistas do IML que se tratava de uma pessoa classificada pela repressão como "Terrorista".	Repressão	Cemitério
16. Cemitério do Lajeado	Estrada do Lageado Velho, 1490 Guaianases	São Paulo	Durante a ditadura civil-militar, o Cemitério Municipal do Lajeado recebia do Serviço Funerário Municipal corpos não reclamados pelas famílias e corpos considerados "não identificados" pelo Instituto Médico Legal. Ambos constituem o grupo dos popularmente chamados “indigentes”. Na época, a repressão tomou como prática alterar as identidades e enterrar como indigentes nos cemitérios municipais os militantes políticos que assassinava. Por essa razão, acredita-se que possa haver corpos de desaparecidos políticos no local. Agravam estas desconfianças, os diversos incêndios ocorridos no local entre 1974 e 1985. Apesar de registrados como de origem criminosa, eles nunca foram investigados. Em uma das ocorrências, um funcionário do cemitério morreu carbonizado, salas de arquivos foram queimadas, perderam-se registros, listas de nomes de pessoas enterradas, fotografias e documentos do IML e do Serviço Funerário. O cemitério segue em funcionamento..	Repressão	Cemitério
17. Cemitério Dom Bosco - Vala de Perus	Estrada do Pinheirinho, 860 Perus	São Paulo	Em 1990, o Cemitério Municipal Dom Bosco, na região de Perus da cidade de São Paulo, foi palco da abertura da primeira vala clandestina que abrigava corpos de vítimas da repressão durante a ditadura civil-militar. Descoberta por familiares de mortos e desaparecidos políticos no final dos anos 1970, a Vala de Perus só encontrou condições políticas para ser aberta após a saída dos militares do poder. O evento foi um marco na luta dos familiares de vítimas por Memória, Verdade e Justiça na medida em que deu início ao processo de reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura. Na vala foram encontradas 1.049 ossadas, dentre as quais existe a suspeita de 14 pertencerem a militantes desaparecidos.	Repressão	Cemitério
18. Cemitério Israelita do	Avenida Engenheiro	São Paulo	O Cemitério Israelita do Butantã é administrado pela associação Chevra Kadisha de São Paulo. Foi inaugurado no dia 22 de fevereiro de 1953, mas passou a funcionar apenas um ano depois, em 14 de fevereiro de 1954. Atualmente é o mais importante	Resistência	Cemitério

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
Butantã	Heitor Garcia, 5530, Butantã		espaço de realização de cerimônias funerárias da comunidade judaica de São Paulo, principalmente após a inauguração do Monumento em Memória às Vítimas do Nazismo, em 1974. Neste cemitério foram enterrados alguns dos assassinados na luta de resistência contra a ditadura civil-militar, como: a psicóloga Iara Iavelberg, morta em 1971 por agentes da repressão em Salvador; o jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi/SP, em 1975; o estudante Gelson Reicher, morto por agentes do DOI-Codi/SP, em 1972; e o estudante Chael Charles Schreier, mortos sob tortura por agentes do Deops/RJ.		
19. Cemitério Parelheiros	Rua Amaro de Pontes, 237, Parelheiros.	São Paulo	Em 2010, tornou-se pública a existência de um ossário clandestino no Cemitério Municipal de Parelheiros. A descoberta ocorreu durante a gestão do administrador Laércio Ezequiel dos Santos, que encontrou um poço sob um alçapão localizado abaixo de sua mesa na sala da administração. Desprovido de qualquer registro, o poço abrigava centenas de ossadas igualmente não registradas. As desconfianças em relação a este poço aumentam em razão da proximidade entre o cemitério e a Fazenda 31 de Março, local usado clandestinamente por agentes da repressão durante a ditadura civil-militar para prender e torturar opositores políticos. Na época, os cemitérios municipais eram usados para ocultar corpos dos assassinados pela repressão, sendo bastante comum a criação de valas ou ossários clandestinos. O cemitério continua em funcionamento.	Repressão	Cemitério
20. Cemitério Vila Formosa	Av. Flor de Vila Formosa, s/n	São Paulo	Inaugurado em 1949, o Cemitério Municipal de Vila Formosa foi considerado, na época, o maior da América Latina. Ao lado do Cemitério Dom Bosco, em Perus, o Vila Formosa está entre os primeiros a serem descobertos como locais usados para a ocultação de corpos de desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar. Àquela época, a repressão usou os cemitérios municipais para enterrar como "indigentes" os opositores que assassinava. A partir de investigações iniciadas em 2010, foi localizada uma vala clandestina no local. Também foram identificadas algumas reformas extraoficiais, promovidas durante a década de 1970, que alteraram quadras, canteiros e ruas do cemitério, dificultando a localização de corpos. Na ocasião, foram encontradas e recolhidas para perícia dezenas de ossadas sem qualquer identificação. O cemitério continua em funcionamento.	Repressão	Cemitério
21. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)	Rua Bahia, 499, Higienópolis.	São Paulo	Devido à perseguição ideológica da ditadura no ambiente universitário, muito professores foram afastados de suas funções. Em 1969, alguns deles fundaram o Cebrap, cujo objetivo era desenvolver análises e subsidiar intervenções na realidade brasileira a partir da produção de conhecimento crítico e independente sobre os problemas sociais do país. O centro sempre despertou desconfiança no regime, que vigiou suas atividades e constrangeu seus membros em inúmeras oportunidades. Em 1975, a instituição desenvolveu, a pedido da Comissão de Justiça e Paz/SP, o livro “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”, onde analisaram as contradições do “milagre econômico”. A obra alcançou grande repercussão, chegando às comunidades e entidades que vivenciavam as mazelas causas pela política econômica militar. Meses depois, em setembro de 1976, a sede do Cebrap sofreu um atentado à bomba. A ação é atribuída, ainda sem comprovação, à Aliança Anticomunista Brasileira. Após o evento, a sede foi transferida.	Resistência	Associação
22. Centro de Pastoral Vergueiro (CPV)	Rua Vergueiro, 7290, Vila Firmiano Pinto.	São Paulo	O Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) foi fundado em 1973 por religiosos e estudantes universitários tendo como sede a Comunidade Cristo Operária, um espaço vinculado à Ordem dos Dominicanos. Com muitos religiosos adeptos da Teologia da Libertação, a Ordem assumiu, durante a ditadura, papel aglutinador tanto na luta por igualdade social quanto entre os movimentos de contestação do regime. Essa relação marcou o surgimento do CPV como um centro pastoral leigo que atuava com educação popular e atividades eclesiais. Com o tempo, passou a realizar também a salvaguarda de documentos produzidos pelos movimentos populares. Ao articular as duas funções, o CPV se configurou como uma importante instância de formação de trabalhadores, desenvolvendo projetos de alfabetização de adultos, cursos, palestras, organização de biblioteca e grupos de teatro, além da documentação e pesquisa. Em 1989, se desvinculou dos Dominicanos se tornando o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro com sede no bairro Bela Vista.	Resistência	Centro Cultural
23. Centro de Treinamento - Casa no bairro do Ipiranga	Avenida Teresa Cristina, 58, Vila Monumento.	São Paulo	Durante a ditadura civil-militar, a repressão era empreendida por agentes policiais e militares em unidades oficiais do Estado. Contudo, ela não se restringiu a estes espaços. Atuando por entre as fronteiras do legal e do ilegal, mesmo em relação às leis da época, os agentes repressivos também contavam com um conjunto de centros clandestinos de detenção. Eles eram estabelecidos em imóveis particulares, cedidos para esta finalidade por militares e civis que integravam ou tinham relações com o regime. Esta casa simples, no bairro do Ipiranga, foi um desses aparelhos. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, ela foi utilizada pelo DOI-Codi/SP para ações de recrutamento e treinamento de informantes. Para cá seriam trazidos os pejorativamente chamados “cachorros”, militantes das organizações de esquerda que seriam coagidos a mudar de lado e atuar como infiltrados das forças repressivas.	Repressão	Centro Clandestino
24. Colégio de Aplicação da Faculdade de	Rua Gabriel dos Santos, 30, Santa Cecília	São Paulo	Em 1957, a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) passou a administrar, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado, uma instituição de ensino que, assim, se tornava seu Colégio de Aplicação. O projeto pedagógico foi marcado pela vinculação entre ensino e pesquisa, o experimentalismo na elaboração de novas práticas de	Resistência	Espaço Estudantil

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo			ensino, e a convivência com estudantes de graduação pela realização dos estágios de práticas pedagógica. Durante a ditadura, todas estas características atraíram as desconfianças do regime, que via a universidade como espaço além do controle ideológico que desejava forjar sobre a educação. Experiências pedagógicas não convencionais eram vistas como pretexto para a realização de atividades políticas. Em 1967, as divergências entre os setores da universidade e a Secretaria de Educação levaram ao afastamento da diretoria. Apesar dos protestos de alunos, entre greve e ocupação, novas formas de intervenção foram realizadas até que, em 1969, o Colégio foi desvinculado da FFCL e devolvido à rede pública.		
25. Colégio e Escola Normal Antônio Raposo Tavares (Ceneart)	Praça 21 de Dezembro, 22, Centro	Osasco	Em 1950 foi criado o Ginásio Estadual de Osasco, primeira denominação do Colégio e Escola Normal Antônio Raposo Tavares (Ceneart), que passou a ser assim nomeado em 1965. Durante a ditadura civil-militar, entidades estudantis foram amplamente perseguidas, e o Ceneart tornou-se foco de vigilância devido a figura do "operário-estudante", que participava tanto das atividades estudantil e culturais promovidas pelos secundaristas, como atuavam junto às lutas operárias. Em 1967, o Ceneart esteve presente no evento contra o arrocho salarial e em 1968 apoiou a greve da Fábrica da Cobrasma.	Resistência	Espaço Estudantil
26. Colégio Equipe	Rua São Vicente de Paula, 374, Santa Cecília.	São Paulo	Criado em 1968 como um curso pré-vestibular, o Equipe foi formado após uma dissidência política entre professores saídos do Cursinho do Grêmio da Filosofia da Universidade de São Paulo. A cisão manteve, no entanto, o perfil do Equipe como uma instituição educacional composta por opositores da ditadura. Com um projeto pedagógico interessado na formação de alunos críticos à realidade política, o colégio também estimulava iniciativas culturais de resistência, como a produção de jornais, revistas e festivais com apresentações de música, teatro, cinema e dança. Durante a abertura política, o Equipe também apoiou os movimentos sociais, cedendo seus auditórios, por exemplo, para realização de assembleias da greve dos professores (1978-1979) e encontros do recém-formado Partido dos Trabalhadores (PT), em 1982. Tais posturas levaram a retaliações por parte do aparato repressivo, que se dedicou ao controle, vigília e perseguição a seus alunos e professores.	Resistência	Espaço Estudantil
27. Conjunto Residencial da USP (CRUSP)	Av. Prof. Melo Morais, 1235, Butantã.	São Paulo	O CRUSP foi construído em 1963 para os Jogos Pan-Americanos, mas permaneceu fechado até 1964, quando é ocupado por estudantes, levando a USP a gerenciar a nova moradia estudantil. Com a ditadura, os órgãos de repressão se atentaram para o fato de que o CRUSP exercia importante papel na organização dos estudantes da USP, abrigando assembleias, congressos e eventos culturais. Por isso, em 1967, a moradia foi invadida pela polícia e vários estudantes foram detidos acusados de subversão. O mesmo acontece em 17 de dezembro de 1968, quatro dias após o AI-5, quando o CRUSP foi invadido pelas Forças Armadas com uso de tanques de guerra. Todos os estudantes que se encontravam na moradia foram presos e o CRUSP ficou fechado por 10 anos, retornando apenas em 1979 e 1980, quando alunos ocupam novamente seus blocos. A nova ocupação viabilizou a retomada dos prédios e desde então, diversas lutas foram empreendidas pelo direito de permanência estudantil e ampliação de vagas no CRUSP.	Resistência	Espaço Estudantil
28. Consulado dos EUA no Conjunto Nacional	Av. Paulista, 2.073, Consolação. (Conjunto Nacional)	São Paulo	Com projeto de David Libeskind, o Conjunto Nacional é um marco do modernismo arquitetônico de São Paulo, ocupando um extenso quarteirão na Avenida Paulista com apartamentos residenciais, comerciais e galeria térrea. Parcialmente inaugurado em 1958, sua construção enfrentou dificuldades por alterar o caráter residencial da região, reconfigurada poucos anos depois com a expansão do centro urbano e a verticalização da Paulista. Neste contexto o Consulado dos EUA muda-se para o Conjunto Nacional, sendo alvo de um atentado durante a ditadura civil-militar. Na madrugada de 19 de março de 1968, a ALN explodiu uma bomba em frente ao Consulado em protesto à violenta política exterior dos EUA. A ação feriu três pessoas, sendo que uma delas teve de amputar parte da perna. Por sua importância histórica e arquitetônica o Conjunto Nacional foi tombado pelo Condephaat em 2004.	Resistência	Repartição Estrangeira
29. Convento Santo Alberto Magno - Convento dos Dominicanos	Rua Caiubi, 164, Perdizes	São Paulo	O Convento Santo Alberto Magno foi fundado pela Ordem Dominicana, em 1938. Desde 1950, a trajetória progressista de religiosos ali estabelecidos vinha tornando o convento um espaço de aglutinação de uma comunidade leiga composta por estudantes e intelectuais católicos próximos da ala progressista da Igreja. Reuniões, missas, cursos e outras atividades no convento ou espaços a ele ligados, como a livraria Duas Cidades, resultaram em iniciativas importantes, como o jornal Brasil Urgente, censurado após o golpe de 1964. Na ditadura, os dominicanos demonstraram, além dessa sintonia com as causas sociais, uma disposição para enfrentar as violações aos direitos humanos, apoiar os perseguidos e participar dos movimentos de resistência. Essa mobilização colocou o convento na rota de vigilância da repressão, resultando na prisão e tortura de um grupo de jovens dominicanos ligados à Ação Libertadora Nacional (ALN). Um deles, Frei Tito, banido do Brasil e atormentado pelo trauma, veio a cometer suicídio.	Resistência	Espaço Religioso
30. Delegacia de Polícia do Cambuci - 6ª DP	Rua Hermínio Lemos, 70, Cambuci.	São Paulo	Durante o período ditatorial, apesar da existência de unidades policiais voltadas especificamente para a repressão política, militantes detidos pela polícia poderiam ser enviados para delegacias de bairro ou outros lugares que, a princípio, não possuíam a finalidade de recebê-los. Este é o caso da Delegacia do Cambuci que, durante um período, recolheu presos políticos vindos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP) que ainda não possuíam condenação, e ainda	Repressão	Presídio Político

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			militantes já condenados vindos de presídios superlotados. Essa situação aconteceu principalmente em 1972 após a desativação do Presídio Tiradentes, quando muitos presos políticos foram transferidos para cumprirem parte de suas penas na 6ª D.P. Atualmente a delegacia segue em funcionamento no local.		
31. Departamento de Operações Internas do Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-Codi)	Rua Tutóia, 921 e Rua Tomás Carvalhal, 1030, Vila Mariana	São Paulo	Durante a ditadura civil-militar, o 36ª Distrito Policial dividiu suas instalações com um dos mais importantes órgãos de repressão política. Em 1969, a Operação Bandeirantes (Oban) foi criada em caráter experimental, funcionando inicialmente como um órgão clandestino. Mas isso duraria pouco tempo. O sucesso das operações inspiraria a criação, no ano seguinte, de uma estrutura nacional de repressão. O sistema DOI-Codi nasceria sob o comando do Exército e contaria com unidades instaladas em todas as suas áreas de jurisdição. Cada Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) era responsável pelo planejamento e organização de ações de segurança e informação, incluindo capturas, averiguações e interrogatórios de suspeitos. O órgão paulista foi considerado um dos piores destinos para presos políticos e um dos mais efetivos centros de tortura, assassinato e desaparecimento forçado já atuante no país. Após sua desarticulação, a delegacia continuou funcionando no local.	Repressão	Órgão das Forças Armadas
32. Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP)	Largo General Osório, 66, Santa Ifigênia.	São Paulo	O Departamento de Ordem Política e Social – denominado Deops em São Paulo – é a polícia política mais antiga do país, atuando entre 1924 e 1983. Teve papel de destaque durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar, sendo um conhecido centro de repressão e tortura que operava também na instauração de inquéritos e produção de informações sobre setores vigiados da sociedade. Em São Paulo, o antigo Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocabana, um amplo edifício construído em 1914 por Ramos de Azevedo, foi sede do Deops entre 1942 e 1983, passando a ser conhecido como "Prédio do Deops". Aqui estiveram detidos e submetidos à tortura muitos militantes políticos. Nas décadas de 1980-90 o prédio ficou parcialmente abandonado, mas desde 2009 funciona, no térreo do edifício, o Memorial da Resistência de São Paulo.	Repressão	Presídio Político
33. Editora Abril	Rua Sumidouro,747, Pinheiros	São Paulo	A Editora Abril foi fundada por Victor Civita em 1950 com a HQ "O Pato Donald". Durante a década de 1960, publicou a revista mensal Realidade (1966-1976), que aplicava o jornalismo literário na produção de reportagens sobre os grandes temas do momento, alguns deles polêmicos. Alguns anos depois, Victor Civita e o jornalista Mino Carta investiram na publicação de Veja (1968-atual). Idealizada como uma revista semanal de informação, no estilo da revista norte-americana Time, sua produção vinculava jornalismo político e entretenimento, sendo produzida por muitos jornalistas engajados contra a ditadura. Em 1969, ficou conhecida uma matéria que denunciava a prática da tortura em presos políticos no Brasil. Por suas publicações a revista foi alvo de censura. Esse foi o perfil da Veja até o final da década de 1970, quando Mino Carta deixou a direção da revista. Conduzida pelo herdeiro Roberto Civita, a Veja tomou outros caminhos editoriais, adotando um perfil conservador.	Resistência	Órgão de Comunicação Social
34. Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP	Avenida da Universidade, 220, Cidade Universitária, Butantã.	São Paulo	Na década de 1950 desenvolvia-se um movimento pedagógico internacional que procurava renovar a educação tradicional, reforçando seu aspecto científico e de formação social. Atenta a esse projeto, em 1958, foi fundada a Escola de Demonstração "Professor Queiroz Filho", incorporada à USP, em 1972, como Escola de Aplicação (EA) da Faculdade de Educação da USP. A EA funcionou dentro de moldes experimentais até 1976, quando começou a sofrer modificações pedagógicas com a inclusão da disciplina "Educação Moral e Cívica" e a diminuição da carga horária de história e geografia. Apesar do tecnicismo que a ditadura procurou atribuir à educação, disseminando valores conservadores, a EA conseguiu manter uma formação focada na vocação humanista e crítica que remontava à sua fundação. Fez, sob este aspecto, parte de um movimento amplo de resistência na área acadêmica, operada por estudantes e professores, ao caráter repressivo que a ditadura procurava imprimir à educação e às instituições educacionais.	Resistência	Espaço Estudantil
35. Escola Experimental da Lapa	Rua Tibério, 145, Lapa	São Paulo	O Grupo Escolar Experimental da Lapa foi criado, em 1939, com uma proposta pedagógica inovadora. Durante décadas de funcionamento, propôs a superação do ambiente e da lógica de ensino tradicional, operando novas formas de ensinar que passassem pelo desenvolvimento sensorial, o contato com a natureza e a interação com o meio. Em 1961, com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a escola é incorporada à rede estadual, mas continua a desenvolver seu projeto autonomamente até o período ditatorial. Com a ditadura, algumas formas de intervenção serão operadas à luz, sobretudo, da nova LDB, de 1971, que valorizava um perfil tecnicista e moralista para a educação. Entre as disciplinas que a escola foi obrigada a excluir para se enquadrar estavam as pioneiras aulas de educação sexual. Apesar das pressões a escola teve sua experiência pedagógica reconhecida e continua em funcionamento até os dias de hoje. Desde 1990, é especializada na educação de crianças portadoras de necessidades especiais.	Resistência	Espaço Estudantil
36. Estação Transmissora da Rádio Nacional	Avenida Fagundes de Oliveira, s/n, Piraporinha.	Diadema	Em agosto de 1969, Carlos Marighella chefiou um grupo que invadiu a estação da Rádio Nacional, em Piraporinha, na cidade de Diadema (SP). No ano de 1965, a Rádio Nacional foi adquirida pelas organizações Globo e até hoje se encontra em funcionamento no mesmo endereço.	Resistência	Órgão de Comunicação Social

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
37. Estádio Cicero Pompeu de Toledo - Estádio do Morumbi	Praça Roberto Gomes Pedrosa, 1, Morumbi.	São Paulo	Planejado por Vilanova Artigas, o Estádio Cicero Pompeu de Toledo, casa do São Paulo FC, começou a ser construído em 1952, sendo inaugurado no dia 25 de janeiro de 1970. Popularmente conhecido como Estádio do Morumbi, seu nome oficial é uma homenagem a um dos presidentes do time. Com a ditadura civil-militar, o governo procurou consolidar um projeto de identidade nacional que celebrasse as grandes conquistas do país, dentre ela as conquistas esportivas. Por essa razão, o futebol foi visto como uma arena de disputas políticas. Um exemplo aconteceu no Morumbi, em fevereiro de 1979, durante uma partida do Corinthians x Santos, quando membros do Comitê Brasileiro pela Anistia estenderam uma faixa da campanha nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita entre os torcedores corintianos. A faixa de 15 metros chamou a atenção da polícia que tentou subir a arquibancada, mas acabou impedida pelos torcedores.	Resistência	Estádio
38. Estádio da Vila Euclides	Rua Olavo Bilac, 327, Vila Euclides	São Bernardo do Campo	O Estádio de Vila Euclides abrigou diversas assembleias de greves do ABC em 1979 e 1980. Neste ultimo, reuniu no dia 1º de maio, mais de 100 mil pessoas, a maioria metalúrgicos do ABC em greve. O local foi invadido pela polícia e os trabalhadores reprimidos por agentes policiais. Por este episódio, o nome do local foi mudado para Estádio Primeiro de Maio, no entanto, continua sendo conhecido pela população como Estádio de Vila Euclides.	Resistência	Estádio
39. Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho - Estádio do Pacaembu	Praça Charles Miller, s/n	São Paulo	Em 1940, Getúlio Vargas inaugurou o Estádio Municipal do Pacaembu, o mais moderno da América do Sul. Nessa época, o estádio servia à prática de esportes e à realização de comícios. Além de Vargas, o Partido Comunista Brasileiro ali se reuniu, em 1945, para comemorar sua recente (e breve) legalidade, e a libertação de Luís Carlos Prestes. Durante a ditadura, o esporte foi mobilizado pelos militares como meio de legitimação do regime por sua associação com valores culturais e gostos atribuídos aos brasileiros. Daí que o futebol e os estádios tenham se tornado também palco de manifestações de oposição ao governo. Um exemplo aconteceu na Praça Charles Miller, em frente ao estádio, em novembro de 1983. Conhecido como "Comício do Pacaembu", o evento reuniu 15 mil pessoas na primeira grande manifestação a favor das Diretas Já, que ganhou grande força política nacional em 1984. Em 1994, o Condephaat tombou o Estádio e seu complexo esportivo, onde, em 2008, foi implantado o Museu do Futebol.	Resistência	Estádio
40. Estrada de Ferro Santos - Jundiaí	Estrada de Ferro Santos - Jundiaí	São Paulo	Inaugurada em 1867 com o nome de São Paulo Railway, a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí foi a primeira do estado. Até a década de 1930, era a principal responsável pelo transporte do café e outros gêneros agrícolas, além de passageiros. Ainda no século XIX, com a chegada de novos trabalhadores, alguns bairros operários, como a Luz e a Lapa, se desenvolvem em seu entorno. Surgem também as primeiras associações de trabalhadores que, já no século XX, passam a se organizar mais efetivamente para reivindicar melhores condições de trabalho e salário. Com o fortalecimento do sindicalismo ferroviário, uma das forças geradoras das causas operárias na cidade, a ferrovia se torna, ao longo dos anos, lugar de greves, lutas e algumas conquistas. Em 1968, durante a ditadura, outro tipo de ação de resistência também marcaria sua história. Para angariar fundos, a organização Ação Libertadora Nacional realizou um assalto ao trem pagador. Meticulosamente planejada, a ação foi um sucesso e não envolveu qualquer violência.	Resistência	Espaço Público
41. Estúdios da Vera Cruz	Avenida Lucas Nogueira Garcez, 856	São Bernardo do Campo	Dentre as diversas utilizações que os antigos Estúdios da Vera Cruz tiveram durante a ditadura militar (1964-1985), destacam-se dois importantes eventos: “O show de maio” de 1979 e o Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 – ambos inseridos no contexto das greves metalúrgicas que sacudiram a região do ABC entre 1978 e 1980.	Resistência	Centro Cultural
42. Fabrica da Cobrasma	Avenida Marechal Rondon, 1388, Industrial Centro.	Osasco	Localizada em uma região marcadamente industrial, a Fábrica da Cobrasma foi cenário de muitas manifestações e greves dos operários da região durante a ditadura civil-militar. A proximidade com a vila operária contribuiu para o florescimento, dentro da fábrica, de movimentos populares vinculados aos ideais comunistas. Em julho de 1968, uma manifestação envolvendo estudantes, operários e religiosos com atuação junto às pastorais operárias, ocupou a Cobrasma e deteve engenheiros e supervisores. A ação desencadeou greves em diversas fábricas de São Paulo, mas foi duramente reprimida pelos agentes militares.	Resistência	Fábrica
43. Fábrica da Scania	Rua José Odorizzi, 151, Assunção.	São Bernardo do Campo	A fábrica da Scania, de origem sueca, foi instalada em São Bernardo do Campo em 1962. Durante a ditadura civil-militar, mais especificamente em 1968, os operários foram proibidos de realizar manifestações e greves e a repressão impediu os atos de resistência. No dia 12 de maio de 1978, o movimento trabalhador retornou a cena política, quando os operários da fábrica Scania entraram para o trabalho, mas não ligaram as máquinas. A greve na Scania rompeu com anos de um silêncio imposto à classe operária no país e estimulou uma série de greves no ABC. Os grevistas reivindicaram equiparação salarial e denunciavam as más condições de trabalho e o alto custo de vida.	Resistência	Fábrica
44. Fábrica Sylvania	Rua Quararibéia, 242, Campo Grande.	São Paulo	A partir de 1978, operários críticos ao sindicato corporativista imposto pelas intervenções da ditadura passam a se organizar. Através deles, o “novo sindicalismo” faria ressurgir as greves operárias no cenário nacional. Desde 1968, com as greves metalúrgicas de Contagem/MG e de Osasco/SP, as lutas dos trabalhadores não tinham projeção. É no novo contexto que a Fábrica Sylvania se torna um Lugar de Memória da repressão e resistência. Durante um dos piquetes realizados na porta da	Resistência	Fábrica

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			fábrica, durante a greve geral de 1979, o operário Santo Dias foi assassinado pela polícia militar. A morte de Santo gerou grande mobilização popular. Seu velório levou milhares de pessoas às ruas do centro de São Paulo para acompanhar a missa em sua homenagem, levar seu caixão ao cemitério e protestar contra a ditadura. Desde 1979, no dia 30 de outubro, data da morte de Santo, companheiros e militantes dos direitos humanos realizam um ato diante do antigo terreno da Sylvania para relembrar o assassinato.		
45. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Centro Acadêmico XI de Agosto	Largo São Francisco, 95, Sé.	São Paulo	Em 11 de agosto de 1827 é fundada por D. Pedro I a Academia de Direito de São Paulo, incorporada, em 1934, à recém-criada USP. A criação da Academia visava a formação no Brasil de juristas, governantes e administradores públicos pós independência de Portugal. A fundação da entidade estudantil mais antiga do Brasil também está associada à nova academia. Voltado à representatividade discente, em 1903, foi criado o Centro Acadêmico (CA) XI de Agosto, entidade que em muitos momentos extrapolou as fronteiras acadêmicas e participou ativamente de movimentos político-sociais da cidade. Um exemplo foi em 1968, na "Reforma MEC-USAID", uma parceria entre o Ministério da Educação e United States Agency for International Development para reformar o ensino no Brasil através de privatizações. Em protesto, 80 estudantes ocuparam a Faculdade durante 26 dias, quando a Diretoria ganhou na Justiça a reintegração de posse do edifício e os estudantes foram forçados a deixar o prédio com ação movida pela polícia.	Resistência	Espaço Estudantil
46. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)	Avenida Dr. Arnaldo, 455, Pacaembu	São Paulo	Criada em 1891, a Faculdade de Medicina foi incorporada à USP em 1934. Na década de 1960 já era considerada pioneira em avanços na área. Seu prestígio não impediu, contudo, que fosse afetada pelas lutas do período. O golpe de 1964 dividiu a Medicina: enquanto a Congregação deliberou seu apoio, o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) organizou uma ocupação de resistência. Naquele momento, o curso possuía um forte movimento estudantil que conduzia, junto a alguns docentes, uma luta pela reforma curricular do curso. Estigmatizados por suas posições políticas, estes setores enfrentaram, durante a ditadura, perseguições não somente da repressão, através de prisões e Inquéritos Policiais Militares, como também de dirigentes colaboradores, que moveram demissões e expulsões na Faculdade e no Hospital das Clínicas. Tal cenário inibiu os dissidentes até 1977, quando os movimentos sociais começaram a rearticular a resistência na Faculdade, somando-se também à luta pela redemocratização da sociedade.	Resistência	Espaço Estudantil
47. Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo	Rua Alfeu Tavares, 149, Rudge Ramos	São Bernardo do Campo	A Faculdade foi fundada em 1938, quando o Concílio Geral da Igreja Metodista decidiu pela fusão de dois centros de ensino teológico. Na década de 1960, grupos metodistas passaram a acreditar na necessidade de contestar e romper com elementos conservadores. Defendiam a liberdade individual de seus membros e uma instituição voltada à realidade social brasileira, questionadora da ordem política imposta. Por esta concepção, a faculdade foi fechada em 1967 após uma grave crise político-administrativa em decorrência, entre outros, do episódio em que Dom Helder Câmara, bispo católico engajado na Teologia da Libertação, foi convidado a ser o paraninfo dos formandos.	Resistência	Espaço Estudantil
48. Fazenda 31 de Março de 1964	Bairro Parelheiros	São Paulo	Cedida pelo empresário Joaquim Rodrigues Fagundes à repressão militar, a Fazenda 31 de Março de 1964, assim denominada em homenagem a data do golpe militar, foi um centro clandestino da repressão localizado no bairro de Parelheiros, ao sul da represa de Guarapiranga, na divisa dos municípios Itanhaém e Embu-Guaçu, SP. Sob a fachada de ser um centro de treinamento e de exercícios do Exército, no local, civis foram presos, torturados e assassinados sem nenhum registro oficial. Sabe-se de apenas um sobrevivente desse centro clandestino, o senhor Affonso Celso Nogueira Monteiro, que ficou preso no local em 1975.	Repressão	Centro Clandestino
49. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)	Avenida Paulista, 1313, Jardins	São Paulo	O famoso edifício piramidal da paulista foi inaugurado em 1979 como sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Contudo, a história da entidade remonta aos anos 1920, quando o aumento do parque industrial paulista estimulou os empresários a se organizarem por maior representatividade política e institucional. Em 1928, fundaram o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) que, em 1931, se torna a FIESP. A entidade se estabeleceu rapidamente no cenário nacional, influenciando a política econômica e se favorecendo da repressão policial aos movimentos sindicais. Durante o governo de João Goulart, a FIESP defendeu abertamente e participou dos movimentos que levaram ao golpe de 1964. A ditadura lhes garantiu a manutenção de sua influência política e de seus interesses econômicos enquanto os empresários financiavam o sistema repressivo. Esta relação só foi abalada no fim dos anos 1970, quando os empresários passaram a ver no fim do regime a possibilidade de melhoras econômicas para o setor.	Repressão	Entidade Patronal
50. Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo (FCCESP)	Rua Doutor Vila Nova, 228, 1º andar, Vila Buarque.	São Paulo	Fundada em 1938, a Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo (FCCESP), atual Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio/SP), representa os interesses das empresas do setor. Com a crise política do governo João Goulart, defendeu o golpe militar de 1964 e, assim como os representantes do setor industrial, dialogou e deu suporte político à ditadura. Somente no fim dos anos 1970, diante da crise econômica, passou a defender o processo de redemocratização. Nesse contexto, uma declaração do então presidente da entidade, José Papa Júnior, destacava	Repressão	Entidade Patronal

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			essa defesa e o enfraquecimento da relação entre militares e empresários: "O País deve iniciar a retomada do pleno Estado de Direito. Queríamos um regime democrático, e não um regime espúrio quando preparávamos o movimento de 31 de março". Pressionado, o presidente se retratou em seguida e, apesar do descontentamento, as relações com os militares permaneceram amistosas até o final da ditadura.		
51. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)	Rua General Jardim, 522, Vila Buarque.	São Paulo	Precursora do ensino de ciências sociais no Brasil, a FESP foi criada em 1933 pela elite paulistana para sua formação intelectual, ganhando destaque acadêmico entre 1930-50. Mas nos anos seguintes viveu três décadas de crise, sendo que a mais dramática se iniciou em 18 de agosto de 1983 quando professores entraram em greve por não receberem seus salários há 3 meses devido à crise financeira. Em apoio, alunos ocuparam parte da Escola, localizando documentos que apontavam para um esquema de financiamento a grupos de extrema direita na América Latina, e apontamentos de que a Diretoria apoiava a existência do Comando de Caça aos Comunista (CCC) na Escola. A crise começou a ser abrandada em fins de 1984 com intervenção estadual e posse de nova diretoria. Apesar da crise financeira na instituição, acredita-se, no entanto, que o objetivo da antiga Diretoria era promover uma quebra na Escola e na Faculdade de Biblioteconomia, que na época da ditadura contavam com forte presença de alunos de esquerda.	Resistência	Espaço Estudantil
52. Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Avenida Nove de Julho, 2029, Bela Vista.	São Paulo	Em 1944, foi criada a Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição voltada para a qualificação de pessoas na gestão e administração pública e privada. Sua primeira sede em São Paulo data de 1954, quando foi fundada a primeira instituição na América do Sul voltada para a administração privada, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp). Em 1968, uma parceria entre a escola e os governos federal e estadual criou o curso superior gratuito de Administração Publica. Tal convênio fez emergir uma crise na Fundação, em virtude da falta de infraestrutura para a expansão e a precarização no ensino que já vinha sendo sentida pelos alunos. A crise gerou a primeira greve da historia da instituição, quando os estudantes se manifestaram contra a situação, além de questionarem a intencionalidade de um governo ditatorial subsidiar um curso para gestores da área pública. A greve desencadeou uma forte repressão interna e perseguição aos alunos por parte da diretoria e presidência da Fundação.	Resistência	Espaço Estudantil
53. Ginásio Vocacional de São Caetano do Sul "Vila de Santa Maria"	Rua Ivaí, 63, Santa Maria	São Caetano	Em maio de 1968 o Ginásio Vocacional de São Caetano iniciou suas atividades em regime de meio período, atendendo às necessidades de seus alunos, que dividiam o tempo entre os estudos e o trabalho. Em 12 de dezembro de 1969, os Ginásios Vocacionais do estado foram invadidos pelos militares simultaneamente e um Inquérito Policial Militar (IPM) foi aberto contra diversas pessoas ligadas ao ensino vocacional, consideradas suspeitas de subversão. A documentação dos Ginásios, livros e material didático foram apreendidas pelos órgãos de repressão numa tentativa de destruir a memória do ensino vocacional no estado. O Ginásio de São Caetano foi fechado em 1969 e em 1970 passou a integrar a rede estadual de ensino e desde 1979 chama-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus Professora Eda Mantoanelli.	Resistência	Espaço Estudantil
54. Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha	Av. Portugal, Brooklin	São Paulo	Nos anos 1960, foi criado por legislação o Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo (SEV), composto por seis ginásios vocacionais, entre os quais o Ginásio Oswaldo Aranha, inaugurado em 1962. A proposta dos vocacionais era desenvolver uma educação interdisciplinar, trabalhando com a personalidade do aluno para que ele desenvolvesse suas habilidades. Uma visão pedagógica que se mostrava antagônica àquela que a ditadura procuraria estimular, mais voltada para o acúmulo de conhecimentos técnicos úteis ao mercado de trabalho. Os conflitos entre o ginásio e o regime não tardariam a se expressar. Em 1965, Maria Nilde Mascellani, coordenadora do programa, seria afastada da função. A partir de então, a vigilância e as ameaças de corte de verbas passaram a ser rotina até que, em 1969, uma invasão policial combinada em todos os colégios do SEV levou ao encerramento da experiência pedagógica, com a intervenção da Secretaria no serviço. Desde então, a escola está incorporada à rede de ensino regular.	Resistência	Espaço Estudantil
55. Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP)	Rua Ouvidor Portugal, 230, Vila Monumento.	São Paulo	O HMASP está subordinado ao Comando Militar do Sudeste e é destinado ao atendimento de militares, seus dependentes e servidores. Durante a ditadura, integrou o sistema repressivo, quando passou a ser utilizado para o atendimento de presos políticos, tanto aqueles que ficaram enfermos no cárcere, quanto as vítimas de torturas intensas. O envio de presos políticos ao HMASP estava relacionado à necessidade de mantê-los sob vigilância constante e garantir o controle sobre o atendimento prestado, as visitas recebidas, a produção e a circulação da documentação médica, dificultando o acesso da família. Dentro das dependências desse hospital, os presos eram mantidos algemados em seus leitos e escoltados 24 horas por dia. Há denúncias sobre a existência de quartos-celas. Ali, muitos presos sofreram torturas psicológicas e, por vezes, torturas físicas. Na maioria das vezes, o objetivo era fazer o preso retornar às delegacias e quartéis e, consequentemente, às sessões de tortura.	Repressão	Centro Médico
56. Hospital Psiquiátrico do Juqueri e	Avenida dos Coqueiros, 300, Centro.	Franco da Rocha	É uma das mais antigas e maiores colônias psiquiátricas do Brasil, foi utilizado para abrigar presos políticos durante a ditadura civil-militar. Os internos e pacientes eram encaminhados ao complexo às pressas, identificados com um quadro clínico quase padronizado de "esquizofrenia paranoide"; sob esse argumento justificavam as internações em massa, característica do período	Repressão	Centro Médico

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
Manicômio Judiciário			da ditadura civil-militar. O local foi tombado pelo CONDEPHAAT no ano de 2011 por seu valor arquitetônico.		
57. Igreja Batista de Vila Mariana	Rua Joaquim Távora, 598, Vila Mariana	São Paulo	Fundada em 1927, a Igreja Batista de Vila Mariana teve seu templo inaugurado em 1960. Entre 1939 e 1979, esteve a sua frente o Pastor Rubens Lopes. Apresentador de um dos primeiros programas protestantes da televisão (Um Pouco de Sol, 1969) e presidente de órgãos como a Convenção Batista e a Ordem dos Pastores Batistas de São Paulo, Rubens era influente e bem relacionado nos círculos militares, tendo acesso a figuras como o Marechal Humberto Castelo Branco e o General Arthur da Costa e Silva. Sua Igreja era frequentada por outros militares graduados, como os Generais Humberto de Souza Melo e Ednardo D'Ávila Mello. Em 1971, a entrada do templo foi cenário da tentativa de sequestro de Humberto, então comandante do II Exército, que teria sua liberdade trocada pela de presos políticos. A ação da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) foi interceptada por agentes do DOI-Codi/SP. Apesar de tensa, a situação se desvencilhou sem nenhuma prisão ou morte.	Repressão	Espaço Religioso
58. Igreja Batista em Perdizes	Rua Monte Alegre, 850, Perdizes	São Paulo	A Igreja Batista de Perdizes foi fundada em 1942. Quatro anos depois, foi assumida pelo Pastor Enéas Tognini, responsável pela construção do templo na Rua Monte Alegre. Enéas exercia influência teológica e política sobre a comunidade batista e era conhecido por seu conservadorismo. Na década de 1960, aliou-se aos que viam a aproximação entre João Goulart e os movimentos sociais como evidência de uma infiltração comunista nos postos de comando. Diante do que considerou uma ameaça real de instauração do comunismo no país, Enéas convocou um “dia nacional de jejum e oração pela Pátria” em duas ocasiões simbólicas: meses antes e dias depois do Golpe de 1964. Assim como outros religiosos conservadores, diante da polarização ideológica que tomou conta do país, o pastor colocou sua liderança e sua igreja a serviço da construção de apoio social para o regime. Ao longo dos anos, disseminou temores, apresentando o comunismo como incompatível com a fé e como um adversário da moralidade cristã tradicional.	Repressão	Espaço Religioso
59. Igreja do Santíssimo Sacramento	Rua Tutóia, 1125, Paraíso	São Paulo	Fundada em 1960, a Igreja do Santíssimo Sacramento teve seu templo atual inaugurado em 1970. Localizada nas proximidades do DOI-Codi do II Exército, na Rua Tutóia, a Igreja realizou, durante a ditadura, uma série de missas encomendadas pelo Comando do II Exército em datas comemorativas do regime, tais como missas em homenagem ao aniversário do golpe, ou em homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935. Realizou ainda em memória de militares, como a de sétimo dia do general Vicente de Paulo Dale Coutinho, em 1974. Entre as ações de colaboração com o regime, a Igreja também ofereceu seu salão paroquial e sua estrutura de salas de aula para acolher o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), programa de alfabetização funcional de adultos instituído, em 1970, pelo ditador Emílio Garrastazu Médici.	Repressão	Espaço Religioso
60. Igreja Matriz de Santo Amaro	Largo 13 de Maio, Santo amaro	São Paulo	Inaugurada como Igreja Matriz, em 1924, a Catedral faz parte do Eixo Histórico de Santo Amaro, um conjunto de bens tombados no ano de 2002 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental. Como uma das principais regiões industriais do estado de São Paulo, Santo Amaro viveu intensamente os processos de ascensão dos movimentos sindical e popular, nos anos finais da ditadura. Nesse contexto, ainda fortemente repressivo, o apoio das autoridades progressistas da igreja católica e o envolvimento de militantes que frequentavam as Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais Operárias foram fundamentais para a articulação da Oposição Sindical e das greves operárias. Em 1979, durante a greve geral dos metalúrgicos, a catedral abriu suas portas para a realização de assembleias e reuniões do Comando de Greve. Ato de solidariedade muito importante após a repressão fechar as sedes dos sindicatos.	Resistência	Espaço Religioso
61. Igreja Matriz São Bernardo do Campo – Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem	Praça da Matriz, s/n, Centro	São Bernardo do Campo	Criada em 1812, a paróquia Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem foi, durante mais de um século, o único templo católico da região que hoje constitui o ABC. Entre 1978 e 1980 a igreja apoiou os metalúrgicos da região, cedendo o espaço para a realização de assembleias, exibição de filmes sobre as greves, missas para os trabalhadores e para posto de coleta e distribuição dos alimentos arrecadados pelo Fundo de Greve dos metalúrgicos.	Repressão	Espaço Religioso
62. Igreja Metodista na Luz	Avenida Santos Dumont, 33, Bom Retiro	São Paulo	Os metodistas estão no Brasil desde o século XIX. Inicialmente, sua vivência religiosa mostrava-se refratária a questões consideradas externas à Igreja, como a política. No século XX, porém, a construção do movimento ecumênico internacional passa a pregar a responsabilidade social dos cristãos como perspectiva alternativa. A criação do Conselho Mundial de Igrejas (CIMI), em 1948, e do setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil, em 1956, são marcos desse processo. Na ditadura, sob esta inspiração, lideranças metodistas já atuavam junto aos movimentos sociais e organizações políticas de esquerda. Tal mobilização despertou a reação das hierarquias conservadoras, fazendo surgir fissuras e conflitos. Na Igreja Metodista da Luz, o pastor José Sucasas Jr. e o bispo Isaías Sucasas se tornaram informantes do Deops/SP. Delatando membros de sua comunidade à repressão, eles colaboraram com o regime e obtiveram vantagens religiosas, afastando os que	Resistência	Espaço Religioso

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			consideravam “falsos” fiéis.		
63. Igreja Nossa Senhora da Consolação	Rua da Consolação, 585	São Paulo	Durante a ditadura, por sugestão do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, a Igreja da Consolação foi palco de um grande protesto que reuniu milhares de pessoas no velório de Santo Dias, operário assassinado pela polícia durante um piquete. Em procissão que seguiu até a Catedral da Sé, a população carregou o caixão de Santo Dias e faixas de “abaixo a ditadura”, gritando outras palavras de ordem contra a violência policial.	Resistência	Espaço Religioso
64. Igreja Nossa Senhora da Paz	Rua do Glicério, 225, Sé	São Paulo	No final da década de 1930, a construção da Igreja Nossa Senhora da Paz foi concebida pela comunidade italiana, sendo financiada pelas famílias mais abastadas. Instalada no bairro operário e imigrante do Glicério, a “Igreja da Paz” se caracterizou pela assistência social aos imigrantes (atualmente também aos refugiados) de diversas nacionalidades. Organizada nos anos 1970, essa assistência está vinculada à “Missão Paz”, obra da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos). A missão é composta pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM), o Centro Pastoral do Migrante (CPM) e a Casa do Migrante (CdM). Durante a ditadura, tal atividade não era bem vista, já que a lógica da Lei de Segurança Nacional, reproduzida no Estatuto do Estrangeiro de 1980, via no “estrangeiro” um provável subversivo. Além dessa atuação, a igreja também esteve entre as que, no final do regime, apoiaram o movimento operário, então em ascensão, cedendo seu espaço para a realização de assembleias de diversas categorias.	Resistência	Espaço Religioso
65. Igreja Nossa Senhora de Fátima	Avenida Imirim, 1410, Santana	São Paulo	A Paróquia Nossa Senhora de Fátima começou a ser construída em 1953. Sua origem está vinculada à presença no bairro, desde 1948, das Missionárias da Consolata, com uma atuação pastoral e na área do ensino. Em 1979, nos anos finais da ditadura, a paróquia realizou uma importante manifestação de apoio à greve nacional de fome dos presos políticos em favor ao movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita. A greve de fome consistia na principal forma de manifestação utilizada pelas pessoas que se encontravam enclausuradas nas prisões políticas do país. No Brasil inteiro, presos políticos a utilizaram como recurso extremado de luta dentro do cárcere. A greve de 1979 foi um dos mais longos protestos desse tipo. Durou 32 dias e mobilizou militantes em penitenciárias de todo o país para se opor ao projeto governamental de anistia que excluía militantes condenados por praticar a luta armada. A campanha contou com o apoio público de artistas, intelectuais e diversos setores da sociedade.	Resistência	Espaço Religioso
66. Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Avenida Atlântica, 55, Socorro.	São Paulo	A Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ligada à Diocese de Santo Amaro, foi construída em 1962. Tem origem na capela dedicada à Virgem do Socorro construída durante a formação do distrito. A partir de 1940, Santo Amaro recebe fábricas, despontando, nos anos finais da ditadura, como um dos principais polos industriais do estado. Em1979, durante a greve geral dos metalúrgicos, a “Capela do Socorro” foi um importante ponto de apoio, acolhendo reuniões e atividades. Mais do que episódico, esse apoio resultava da participação católica no movimento operário local, com muitos militantes que transitavam entre as Pastorais Operárias, Comunidades Eclesiais de Base e a Oposição Sindical Metalúrgica. Entre os acontecimentos críticos dessa greve está a invasão da igreja durante a repressão a um piquete. Bombas foram lançadas no interior, a Igreja foi violada, e os manifestantes ali refugiados foram agredidos, assim como o Frei. O evento provocou a manifestação de repúdio dos Bispos de São Paulo.	Resistência	Espaço Religioso
67. Igreja São João Batista do Brás	Largo Senador Morais Barros, 146, Brás	São Paulo	Fundada em 1908, a Igreja São João Batista do Brás construiu historicamente uma forte ligação com a comunidade local. Algo que se mantém nos dias atuais. Ficou marcada sua ação assistencial, no início do século XX, durante a epidemia de gripe espanhola na cidade. Nos anos finais da ditadura civil-militar, período de grandes greves e forte opressão, sua ação comunitária se tornou esteio para as lutas populares que então despontavam. Cedeu espaço para a realização das assembleias de sindicatos que sofreram intervenções do governo. Em 1979, sediou duas importantes assembleias de greve de sindicatos da região, a dos motoristas e a dos vigilantes, se colocando ao lado das paróquias que deram apoio e sustentação à luta operária na cidade. A igreja está localizada na região episcopal leste, então dirigida pelo bispo Dom Luciano Mendes de Almeida. O secretário geral da CNBB entre 1979 e 1987 foi um importante defensor dos direitos humanos, apoiador das lutas populares de oposição à Ditadura.	Resistência	Espaço Religioso
68. Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICBI)	Rua Três Rios, 252, Bom Retiro	São Paulo	O Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), conhecido como Casa do Povo, surgiu em 1953, aqui no Bom Retiro, como uma homenagem às vítimas do Holocausto. Ele integrava a União da Cultura Iídiche, um movimento internacional formado por associações judaicas seculares e progressistas que pretendiam constituir formas de resistência ao fascismo e para propagação da cultura iídiche. Funcionaram em suas instalações: a Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem, a Associação Feminina Israelita Brasileira, o Clubinho I Peretz, a Colônia de Férias Kinderland e o Teatro de Arte Israelita Brasileiro. Muitos dos frequentadores do ICIB também estavam engajados em questões políticas brasileiras, tecendo relações estreitas com o Partido Comunista Brasileiro. Como espaço de ativismo político e cultural, a Casa do Povo desempenhou papel na resistência à ditadura, além de prestar apoio a perseguidos políticos. Entre as represálias sofridas estão a prisão de diretores e a proibição do	Resistência	Centro Cultural

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			jornal Nossa Voz.		
69. Instituto Médico Legal (IML/SP)	Av. Enéas Carvalho de Aguiar, 600	São Paulo	O Instituto Médico Legal (IML) é o órgão técnico da polícia com a função de realizar exames necroscópicos, exumações e variados tipos de perícias. Durante a ditadura, atuou como peça fundamental no sistema repressivo, destacadamente na produção de mortes e desaparecimentos políticos. Ao IML cabia a produção de laudos necroscópicos e certidões de óbito que confirmavam, dando suporte científico e legal, as versões das mortes apresentadas pelo Deops/SP no momento em que o órgão encaminhava ao IML os corpos de militantes políticos que haviam sido assassinados por suas equipes ou do DOI-Codi/SP. Além de forjar versões de morte, os peritos do IML também participavam centralmente na ocultação dos cadáveres, na medida em que identificavam os mortos pelo documento falso que os militantes clandestinos portavam, apesar do conhecimento que já possuíam a respeito de suas identidades verdadeiras. Tal expediente impediu e, em diversos casos ainda impede, que famílias pudessem receber e enterrar os corpos de seus mortos.	Repressão	Centro Médico
70. Jornal Folha de São Paulo	Alameda Barão de Limeira, 425, Campos Elíseos	São Paulo	A Folha de São Paulo foi criada em 1921 e produzida em três edições: a Folha da Manhã, da Tarde (relançada em 1967) e da Noite. A partir de 1960, as três foram lançadas apenas como Folha de São Paulo. Em 19 de fevereiro de 2011 a Folha assumiu ter colaborado editorialmente com a ditadura civil-militar, afirmando ter se limitado a veicular críticas raras e pontuais ao regime e acatando as proibições temáticas da censura. Mas sua colaboração junto aos militares também foi mais direta, principalmente a partir de 1969, quando a redação da Folha da Tarde, que hoje recebe o nome de "Agora São Paulo", foi entregue a jornalistas, alguns deles policiais, entusiastas da repressão à luta armada e que publicavam notícias de exaltação às operações militares. Presos políticos declaram ainda que caminhonetes da empresa eram usadas por agentes da repressão para acompanhar, sob disfarce, a movimentação de militantes. Em 1971, a ALN incendiou três veículos do jornal em reação ao apoio da empresa à ditadura.	Repressão	Órgão de Comunicação Social
71. Jornal O Estado de São Paulo	Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55	São Paulo	O Estado de São Paulo, conhecido como Estadão, foi fundado em 1875, ainda durante o Império, por um grupo de republicanos. Em 1902, é adquirido por Júlio de Mesquita, cuja família ainda é proprietária do jornal. As posições liberais do Estadão o levaram a muitos embates políticos com autoridades. No Estado Novo (1937-45), veio a sofrer intervenção federal entre 1940-45. Alguns anos depois, o jornal incentivou e comemorou a deposição de João Goulart e, nos primeiros anos de ditadura, manteve uma aproximação com os ideais militares. No entanto, após a assinatura do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, que autorizava o governo a censurar diretamente os órgãos da imprensa, o Estadão teve a sua edição apreendida. A censura ao jornal se tornou ainda mais crítica entre 1972-75, quando a redação recebeu permanentemente um censor para avaliar todas as suas matérias. A fim de tornar pública a intervenção, o jornal passa a publicar trechos de poemas ou receitas culinárias nos trechos ou matérias censuradas.	Resistência	Órgão de Comunicação Social
72. Largo de Pinheiros	Largo dos Pinheiros, s/n, Pinheiros.	São Paulo	Violentamente reprimido desde o final de 1960, o movimento estudantil iniciou, em meados dos anos 1970, sua reorganização, retomando demandas específicas, as mobilizações e a reconstrução de suas entidades. Na USP, as primeiras manifestações aconteceram dentro do campus, mas no dia 30 de março de 1977, os estudantes voltaram a tomar as ruas da cidade após quase uma década. Neste dia, cerca de 3 mil alunos partiram da Cidade Universitária para a Secretaria de Educação no Largo do Arouche com a intenção de entregar um documento com reivindicações. A decisão da PM foi impedi-los de lá chegar e, com uma grande operação, bloqueou as ruas de acesso ao centro, causando um enorme tumulto na cidade. Resistindo, os estudantes caminharam em direção ao Largo de Pinheiros com cartazes a favor da universidade pública. No Largo leram uma carta aberta à população denunciando mortes, assassinatos e torturas, defendendo o fim das violências, as liberdades democráticas e o direito à organização política.	Resistência	Espaço Público
73. Largo do Paissandu	Largo do Paissandu, s/n, Centro.	São Paulo	O 13 de maio, data tradicional da comunidade negra, era festejado no Largo do Paissandu com a presença de autoridades governamentais (Médici participou em 1972) que discursavam sobre a cultura negra e a democracia racial. A teoria da democracia racial, embora anterior à ditadura, serviu ao projeto militar de construção de uma nação integrada, encerrando o debate público sobre a discriminação e a marginalização do negro. Em 1978, o contrapeso à essa teoria começa a ser articulado dentro da comunidade negra com a fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). O Movimento, que também passou a utilizar o Largo do Paissandu, convocava a população ao engajamento político, denunciando a violência policial contra o negro e questionando o significado atribuído à celebração do 13 de maio, uma festa que, conduzida por autoridades elitistas, não questionava a condição excludente do negro na sociedade e auxiliava na mistificação de seu papel submisso frente ao branco.	Resistência	Espaço Público
74. Largo São Francisco	Largo São Francisco, Sé.	São Paulo	O famoso Largo São Francisco recebe seu nome no século XIX em referência à presença dos franciscanos no espaço desde o século XVII. Por abrigar a Faculdade de Direito da USP (1827) e o Centro Acadêmico XI de Agosto (1903), torna-se um tradicional espaço de aglutinação do movimento estudantil e palco de manifestações políticas. Foi durante a Revolução de	Resistência	Espaço Público

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			1930, quando os estudantes foram reprimidos pela polícia por promover uma passeata em frente à Faculdade, que os alunos declararam o Largo São Francisco um Território Livre. A partir daí construíram simbolicamente nesse entorno uma memória da resistência e da luta estudantil. Em 1977, já durante a ditadura, foi construído em frente à Faculdade uma Tribuna Livre. O palanque público destinado a discursos atraiu, em agosto daquele ano, uma grande concentração popular para ouvir o advogado Goffredo da Silva Telles Jr ler sua "Carta aos Brasileiros", em que pedia a volta do Estado de Direito no país e denunciava a opressão das ditaduras.		
75. Largo Treze de Maio	Largo Treze de Maio, Santo Amaro.	São Paulo	Entre 1940 e 60, Santo Amaro se industrializou e se converteu em zona de moradia de trabalhadores. Na região, o Largo 13 de Maio foi se tornando referência importante como centro de comércio popular. Pela grande circulação de pessoas, foi logo apropriado como local de manifestações pelos movimentos populares da zona sul que, no final dos anos 1970, travavam uma luta por moradia, saúde, transporte, contra o desemprego e a carestia. Dentre os acontecimentos que marcaram o Largo está o ato do Comitê Brasileiro pela Anistia, em julho de 1979, contra a Lei de Anistia proposta pelo governo. Ficaria famosa a manifestação pejorativamente denominada “Saques e quebra-quebras de 1983”, que aconteceu em abril daquele ano. Cerca de três mil pessoas convocadas pelo Movimento Contra a Carestia protestavam contra o desemprego e a inflação, mas o ato se tornou uma onda de saques e depredações que se espalhou pela região durante três dias, até ser reprimida violentamente pela polícia.	Resistência	Espaço Público
76. Livraria Duas Cidades	Rua Bento Freitas, 158, Centro.	São Paulo	A Livraria Duas Cidades, da Ordem dos Dominicanos, aberta em 1954, funcionou por mais de 40 anos na Rua Bento Freitas, 158. Por sua proximidade com o circuito comercial e cultural da rua Maria Antônia, se especializou em livros de ciências humanas, tornando-se ponto de encontro de intelectuais. Em função disso, a Livraria chamou a atenção dos militares durante a ditadura. Mas, ela se tornou um capítulo importante da memória política da repressão ao ser descoberta como ponto de comunicação entre os dominicanos envolvidos na luta contra os militares e Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN). Em 1969, por meio da “Operação Batina Branca”, agentes do Deops/SP interceptam na Livraria uma ligação da ALN. Com a prisão e tortura dos freis, que trabalhavam no local, os militares descobrem seu ponto de encontro com Marighella na Alameda Casa Branca, onde armaram uma emboscada e executam o guerrilheiro. Em 2006, a sede do centro foi fechada, a Livraria segue funcionando em Perdizes.	Resistência	Estabelecimento Comercial
77. Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC)	Rua da Praça do Relógio, 160, Cidade Universitária, Butantã.	São Paulo	O Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC) foi criado em 1963. Com o acervo inicial formado a partir de obras clássicas recebidas através de doação, o museu optou por promover propostas inovadoras, para a concepção de arte existente no país, através da democratização da produção e do acesso às suas obras. Contando com novas abordagens, as exposições representavam o museu como um espaço democrático e de liberdade criativa. Apesar da censura e do controle à produção artística por parte da ditadura civil-militar, o MAC não abriu mão de sua proposta. Em 1967, passou a promover as exposições da “Jovem Arte Contemporânea” (JAC), que deram espaço para artistas até então desconhecidos. Uma de suas marcas foram as intervenções interativas que rompiam com a ideia de arte “apenas” contemplativa. Ao encarar a arte como forma de expressão acessível, o MAC assumiu uma postura alternativa e desafiadora, capaz de caracterizá-lo como um espaço de resistência à repressão instituída pelo regime.	Resistência	Centro Cultural
78. Palácio das Indústrias	Palácio das Indústrias, s/n, Parque Dom Pedro II, Brás	São Paulo	O Palácio das Indústrias foi construído pelo escritório de Ramos de Azevedo como um centro de exposições agrícolas e industriais, função que desempenhou até 1947. Nesse ano, o prédio foi ocupado pela Assembleia Legislativa de São Paulo, que ficou no local até 1968. Após dois anos desocupado, o edifício emprestaria suas instalações para o Centro de Comunicação do Departamento Regional de Polícia da Grande São Paulo (Degran). Equipado com aparelhos que auxiliavam as comunicações e investigações policiais como o telex (para envio de mensagens nacionais e internacionais) e o telefoto (para envio de fotografias à distância), converteu-se em um centro de troca de informações da ditadura civil-militar na capital paulista. Neste período, o lugar ganhou gabinetes policiais e celas para presos. Com o fim da ditadura, a Prefeitura de São Paulo se instalou no edifício, ocupando-o entre 1991 e 2004. A partir de 2009, o espaço abriga o Museu Catavento – Espaço Cultural da Ciência.	Repressão	Aparato Repressivo
79. Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Rua Nossa Senhora Imaculada Conceição, 114	Osasco	A igreja foi inaugurada em 1954, localizada em um bairro com um grande número de fábricas, foi marcada por um trabalho pastoral junto à comunidade progressista local. Nesse contexto, sobretudo quando teve como pároco o padre Rafael Bussato, tornou-se uma referência de apoio aos trabalhadores de Osasco. Durante a ditadura civil-militar, o padre Rafael ajudou perseguidos políticos, familiares de operários presos e cedeu o salão paroquial para reuniões de operários. Em 1968 a igreja foi invadida por agentes da repressão e o padre teve de prestar esclarecimentos, acusado de apoiar atividades subversivas.	Resistência	Espaço Religioso
80. Paróquia Nossa Senhora dos Pobres	Av. Vital Brasil, 1185, Butantã.	São Paulo	Localizada no Butantã, a Paróquia Nossa Senhora dos Pobres integrava a Região Episcopal da Lapa, a qual também pertenceu Osasco até 1975. Na década de 1960, a industrialização da zona oeste, incluindo a vila operária de Osasco (emancipada em 1962), implicou no crescimento dos movimentos sociais locais. Uma das correntes mais fortes era justamente a católica.	Resistência	Espaço Religioso

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			Militantes das ativas Comunidades Eclesiais de Base, Juventude Operária Católica e das Pastorais Operárias participaram da organização da Frente Nacional do Trabalho, uma das duas correntes sindicais mais ativas. Nesse contexto, dominicanos vinculados a esta paróquia, membros da Missão São Pedro e São Paulo, realizaram trabalho social na região, além de estarem empregados como operários. Na famosa Greve de Osasco (1968), a última antes do AI-5, um deles, o francês Pierre-Joseph Wauthier, empregado na fábrica da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (Cobrasma), foi preso pelo Deops/SP por sua participação e expulso do país.		
81. Parque do Ibirapuera	Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n, Parque do Ibirapuera	São Paulo	Inaugurado em 1954 durante o IV Centenário da cidade, o Ibirapuera é considerado o mais importante parque urbano de São Paulo. Ele se destaca pela arquitetura modernista de seus prédios, muitos projetados por Niemeyer, e por seus monumentos, como o Obelisco do Ibirapuera (Mausoléu de 1932) e o Monumento às Bandeiras. Frequentado por um público bem diversificado, foi no parque que moradores da periferia começaram a ter acesso às peças do Teatro Popular União e Olho Vivo – ainda denominado Teatro do XI. Em 1970, em um picadeiro, foi apresentado "O Evangelho Segundo Zebedeu", peça baseada na história de Canudos que, apesar da censura, criou analogias para representar a repressão militar.	Resistência	Espaço Público
82. Penitenciária Feminina da Capital	Av. Zachi Narchi, 1369, Carandiru.	São Paulo	Em julho de 1942 foi inaugurada, em prédio anexo à Penitenciária do Estado (1920), a primeira instituição prisional específica para mulheres no estado de São Paulo. Nos anos iniciais, o então chamado Presídio de Mulheres ficou sob administração de freiras católicas da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers. Durante a ditadura civil-militar, o local recebeu algumas presas políticas, principalmente após a desativação do Presídio Tiradentes em 1972. Em pequeno número, elas tiveram que se acostumar a uma rotina de isolamento, já que eram mantidas afastadas das presas comuns. O presídio, que chegou a integrar o Complexo do Carandiru,continua em funcionamento com o nome de Penitenciária Feminina da Capital, assumido em 1973.	Repressão	Presídio Político
83. Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo	Avenida Higienópolis, 890, Consolação.	São Paulo	Na sede na Cúria Metropolitana funciona a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJP/SP). Sua origem remonta à decisão do Concílio Vaticano II pela criação de organismos católicos para a promoção da justiça social, e à fundação da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, em 1967, pelo papa Paulo VI. Entre 1968 e 1969, os Bispos brasileiros contagiados pela mensagem de "opção preferencial pelos pobres", promovida pela II Conferência do Episcopado Latino-Americano (Medelín), abraçaram a iniciativa, criando a Comissão Brasileira Justiça e Paz. No contexto vivido, ela foi intensamente buscada por perseguidos políticos e seus familiares, assumindo papel prioritário na sua proteção contra a ditadura. Criada entre 1971 e 1972, a CJP paulista prestou apoio jurídico e registrou os casos de violação, assumindo corajosas ações de denúncia. A Comissão se tornou referência nacional e continua a atuar na defesa dos direitos humanos em conflitos políticos e sociais mesmo após o fim da ditadura.	Resistência	Espaço Religioso
84. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Rua Monte Alegre, 984, Perdizes.	São Paulo	Fundada em 1946, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) instalou o campus de Perdizes no edifício do antigo Convento das Carmelitas Descalças. Com um destacado papel na resistência à ditadura, a PUC protagonizou, no universo acadêmico, ações ainda hoje lembradas. Contratou professores exonerados das universidades públicas por perseguição. Abrigou a 29ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), proibida pelo regime. Recebeu, em 1978, o intelectual e militante negro Abdias do Nascimento, exilado desde 1968, para sua primeira palestra após o retorno. Realizou, em 1980, eleição direta para a reitoria, com votos de alunos, professores e funcionários. E recebeu, em 1977, o III Encontro Nacional dos Estudantes. Também proibido, o encontro deu lugar a um dos mais conhecidos episódios de violência do período: a invasão do campus, seguida de agressão e prisão dos estudantes. Os acontecimentos daquela noite comoveram a sociedade, tornando-se marco no processo de redemocratização.	Resistência	Espaço Estudantil
85. Praça Benedito Calixto	Praça Benedito Calixto, 158, Jardim Paulista.	São Paulo	Conhecido ponto da Vila Madalena, a Praça Benedito Calixto é um marco nas mudanças que, na ditadura, alteraram a configuração do bairro de origem operária. Elas começaram com a ocupação da região por ateliês de artistas ligados à contracultura dos anos 1960. Em 1968, vieram as repúblicas dos estudantes desalojados pela invasão e fechamento do Conjunto Residencial da USP pela polícia. A partir daí, o bairro atraiu os bares e casas noturnas que lhe dão a atual fama boêmia. De ponto de encontro político e de diversão de universitários, a praça assumiu caráter de resistência cultural, no final dos anos 1970. Em 1979, a inauguração do teatro Lira Paulistana consagrou a região da cidade como reduto das expressões artísticas consideradas "alternativas", que se viam contrárias à indústria cultural e ao ambiente repressivo. Na praça, o Centro de Produções Artísticas Lira Paulistana, que reunia a administração do teatro, sua produtora, gravadora e editora, movimentou atividades e festas ao ar livre.	Resistência	Espaço Público
86. Praça da República	Praça da República, República.	São Paulo	Datada do séc. XVIII, a Praça da República recebeu seu nome atual e uma remodelação de inspiração europeia em 1889. Unindo o centro velho ao novo centro expandido, a Praça se tornou estratégica para manifestações sociais diversas. Entre os exemplos de destaque, em 1964, ela foi ponto de encontro da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em favor da	Resistência	Espaço Público

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			intervenção militar contra João Goulart, que reuniu cerca de 500 mil pessoas. Vinte anos depois, em 1984, ela faria parte do roteiro das manifestações pelas Diretas Já!, que pediam a volta das eleições presidenciais no país. Além disso, a praça representa um tradicional espaço de luta dos professores por abrigar a Secretária de Educação do Estado (antiga Escola Caetano de Campos). Atualmente é parte do trajeto da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. O evento é realizado todos os anos sob diversas temáticas, que buscam a promoção pelo direito de igualdade na sociedade à gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.		
87. Praça da Sé	Praça da Sé, Sé.	São Paulo	Por sua localização privilegiada, a Praça da Sé, marco zero da cidade de São Paulo, sempre foi um espaço de reinvindicações das mais diferentes correntes ideológicas. Durante o período do Golpe e da ditadura, ora abrigou movimentos conservadores, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ora reuniu manifestações em defesa de reformas políticas e sociais e pelos direitos humanos. Mas foi durante os anos finais do regime que a Praça se notabilizou com espaço de luta pela democracia. Foi ocupada, por exemplo, em 1978-1979, em diversas oportunidades pelo Movimento contra a Carestia, que lutava por melhores condições de vida para os mais pobres. Em janeiro de 1984, a Praça recebeu importante comício da campanha pelas Diretas Já!, com a presença de cerca de 300 mil pessoas pedindo a volta das eleições presidenciais. Em abril, o maior ato público do período reuniu mais de 1 milhão e meio de pessoas que marcharam da Sé até o Vale do Anhangabaú em uma das mais importantes ações da campanha.	Resistência	Espaço Público
88. Praça do Paço Municipal de São Bernardo do Campo	Praça Samuel Sabatini, s/n.	São Bernardo do Campo	Durante o período ditatorial, mesmo com a proibição de utilização do espaço para manifestações políticas, a praça do paço municipal de São Bernardo do Campo foi palco da primeira greve geral dos metalúrgicos do ABC em 1979, cujo sindicato estava sob intervenção. O primeiro de maio de 1980 também foi marcado com atos de resistência e manifestações dos metalúrgicos na praça, que realizaram uma passeata que reuniu cerca de 150 mil pessoas para o trajeto histórico da praça até o estádio da Vila Euclides, reivindicando melhores condições de trabalho	Resistência	Espaço Público
89. Praça Ramos de Azevedo	Praça Ramos de Azevedo, Centro.	São Paulo	A região do antigo Morro do Chá passa a se chamar Praça Ramos de Azevedo em 1928, em homenagem ao arquiteto de São Paulo falecido neste ano. Localizada no centro da cidade, a praça é local de grande circulação de pessoas, sendo comum seu uso para manifestações populares diversas, de caráter artístico ou político. Um exemplo foi a passeata de agosto de 1980 em protesto e em memória aos desaparecidos políticos na Argentina, dentre os quais militantes brasileiros. Outro marco foi a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, localizado em frente à Praça. A criação do MNU propunha a unificação da luta antirracista, fortalecendo o poder político do movimento negro, a articulação das categorias de classe e de raça, promovendo uma aproximação com outros setores reivindicativos da sociedade, principalmente com grupos de esquerda que se opunham à ditadura, e a reavaliação do papel do negro, questionado sua discriminação e marginalização na sociedade.	Resistência	Espaço Público
90. Presídio da Polícia Militar Romão Gomes – Presídio Barro Branco	Av. Ten. Julio Prado Neves, 451, Vila Albertina.	São Paulo	O Presídio Militar Romão Gomes é conhecido como Barro Branco. Foi criado com a função de recolher policiais militares que cometeram crimes. Porém, durante a ditadura, uma de suas alas foi destinada a presos políticos condenados pela Justiça Militar. Entre os episódios de resistência, os presos do Barro Branco escreveram, em 1975, uma das mais contundentes iniciativas de denúncia das violências da ditadura. Batizado como "Bagulhão", o documento é subscrito por 35 presos e dirigido ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Nele, os presos relatam métodos e instrumentos de tortura empregados pela repressão; o nome de 233 torturadores; os abusos da Justiça Militar; e uma lista com nome de mortos e desaparecidos políticos. Em 22 de julho de 1979, os presos do Barro Branco integraram a mobilização pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, aderindo à greve de fome nacional dos presos políticos, que só foi interrompida quando o ditador Figueiredo assinou a Lei da Anistia em agosto de 1979.	Repressão	Presídio Político
91. Presídio do Hipódromo	Rua Hipódromo, 600, Brás.	São Paulo	Este antigo casarão, localizado em rua residencial, abrigou o Presídio do Hipódromo. Conhecido como “Depósito de presos”, foi fechado diversas vezes por ser inadequado à uma instalação correcional. O crescimento da população carcerária, contudo, levava sempre à sua reabertura. O Hipódromo recebeu oponentes da ditadura, enviados em maior número a partir de 1972 com a desativação do Presídio Tiradentes. Eles ficavam separados dos presos comuns, mas ambos viviam em péssimas instalações. Como parte das ações de resistência dos presos políticos, era comum a denúncia sobre as condições às quais eram submetidos nos presídios. Isso não foi diferente no Hipódromo. Seus presos denunciaram a péssima alimentação; a superlotação; a falta de assistência médica; o banho de sol restrito; os castigos aplicados aos presos comuns; e as ameaças. Denunciaram também as torturas praticadas na delegacia vizinha e ouvidas de dentro do presídio. Apesar da precariedade, só foi desativado em 1995.	Repressão	Presídio Político
92. Presídio Tiradentes	Avenida Tiradentes, 451, Tirandentes	São Paulo	Construído em 1852, o Presídio Tiradentes serviu inicialmente como prisão e depósito de escravos. Foi no Estado Novo (1937-1945) que recebeu um pavilhão especial para presos da Lei de Segurança Nacional, passando a ser reconhecido como um presídio político. Essa função se destacou ainda mais durante a ditadura. Após terem suas detenções legalizadas ou serem condenados pela Justiça Militar, os presos políticos eram encaminhados preferencialmente ao Tiradentes. A transferência	Repressão	Presídio Político

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			marcava o fim dos interrogatórios sob tortura e da condição ilegal (não documentada) da prisão, diminuindo as chances de desaparecimento. Por isso, apesar de insalubre, o Tiradentes era um ambiente mais seguro para os presos. Aqui, eles puderam reunir as primeiras denúncias das violências vividas, se organizar para exigir melhores condições de aprisionamento, e mobilizar greves de fome. O Tiradentes funcionou até 1972, quando foi demolido.		
93. Primeiro Batalhão de Polícia de Choque - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA)	Avenida Tiradentes, 440	São Paulo	Conhecido como Quartel da Luz, a edificação foi construída em 1891 pelo escritório de Ramos de Azevedo para abrigar o corpo de polícia. O terreno possuía uma rede de túneis subterrâneos usados para ligações estratégicas com os quartéis vizinhos, o Presídio Tiradentes e a Estação da Luz. Em 1970, com a criação da Polícia Militar, o local passou a ser sede do 1º Batalhão de Polícia de Choque – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), criado nesse mesmo ano. Nesse período, os túneis chegaram a ser utilizados como cela para presos políticos. A Rota foi gestada como um batalhão de elite, apresentando, desde o seu início, os altos índices de letalidade que ainda a caracterizam. Por seus quadros passaram muitos agentes que atuaram na repressão política, e suas práticas de violação de direitos humanos ficaram mais conhecida após a publicação do livro "Rota 66 – A História da Polícia que Mata" do jornalista Caco Barcellos, em 1993. O edifício foi tombado em 1992 e segue com a mesma utilização.	Repressão	Aparato Repressivo
94. Publicações e Assistência Técnica Ltda (PAT)	Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros.	São Paulo	Durante a ditadura a produção dos jornais esteve sob censura primeiro através de listas de temas proibidos e depois com a atuação dos censores. Em oposição à condescendência apresentada por muitos jornais, existiam os jornais alternativos, que apresentavam editorial independente marcado pela oposição aos militares, críticas ao modelo econômico da ditadura e denúncias das violações dos direitos humanos perpetradas, como torturas e prisões ilegais. A PAT foi responsável pela edição de um desses jornais: o "Movimento", que chegou às bancas de várias cidades em 1º de julho de 1975. Mutilado pela censura prévia, a publicação vendeu 21 mil exemplares no primeiro número. Os leitores que o compraram faziam parte, conscientemente, de uma rede de apoio informal em favor da imprensa alternativa e da liberdade de expressão. Esse apoio possibilitou que o periódico fosse publicado por seis anos e meio (até novembro de 1981), quando foi fechado devido a crises financeiras internas.	Resistência	Órgão de Comunicação Social
95. Quartel de Quitaúna	Avenida dos Autonomistas, 6301, Vila Yara.	Osasco	Integrando o circuito repressivo do Estado de São Paulo, o local foi palco de repressão militar e intensa resistência por parte de militares contrários ao golpe instaurado. Militares que se vincularam a VPR para lutar contra a repressão se destacaram no cenário nacional, como o Capitão Carlos Lamarca que ao desertar do 4º Regimento de Infantaria de Osasco, levou consigo uma grande quantidade de armas e munição do quartel para a guerrilha.	Repressão	Órgão das Forças Armadas
96. Quartel General do II Exército	Av Sargento Mário Kozel Filho, 222, Paraíso.	São Paulo	O Quartel General é a atual sede do II Exército e da 2ª Região Militar. Foi construído em uma área considerada mais segura às tropas em comparação com os antigos casarões do centro da cidade, utilizados como sede até então. Inaugurado em 1968, com cerimônia que contou com a presença de autoridades militares e civis, a construção do quartel representou um novo passo na organização e fortalecimento da repressão pela ditadura civil-militar. Em 26 de junho de 1968, o local foi alvo de um ataque à bomba por membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Na explosão, morreu o soldado Mário Kosel Filho. Em sua homenagem, o nome da rua do Quartel foi alterado e o soldado foi promovido a sargento post-mortem. O Quartel General do II Exército, que também foi a primeira sede da Operação Bandeirantes (Oban), continua funcionando no local.	Repressão	Órgão das Forças Armadas
97. Rede Globo	Av. Dr. Chucri Zaidan, 46, Vila Cordeiro.	São Paulo	Fundada por Roberto Marinho, dono do jornal O Globo, a Rede Globo entrou no ar dia 26 de abril de 1965. Após adquirir parte da empresa pertencente ao grupo americano Time-Life, se tornou a maior emissora do país, alcançando atualmente 98% do território. Sua expansão se dá com o apoio da ditadura civil-militar devido às boas relações que Marinho manteve com o governo. Por essa articulação, o noticiário da emissora e o jornal sofreram poucas vezes com a censura política imposta. No entanto, cabia à sua programação de novelas e programas de auditório a censura de diversões públicas. Uma censura que já exista no país e que atuava em defesa dos "bons costumes", embora eventualmente esbarrasse em temas políticos. Atualmente, a Globo é reconhecida por sua grande influência no país e seus posicionamentos conservadores. Alguns exemplos históricos são a falta de noticiário sobre as manifestações nacionais pelas Diretas-Já, em 1984, e a manipulação do debate presidencial entre Lula e Collor, em 1989.	Repressão	Órgão de Comunicação Social
98. Restaurante Varella	Rua Antunes Maciel, 25, Alto da Mooca.	São Paulo	No dia 14 de junho de 1972, quatro integrantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de resistência armada à ditadura, se encontraram para uma reunião no restaurante Varella, localizado nesta rua da Mooca. Na saída do estabelecimento, foram surpreendidos por agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi/SP). À chegada dos agentes seguiu-se um tiroteio que resultou na morte de três dos quatro militantes: Ana Maria Nacinovic Corrêa, Marcos Nonato da Fonseca e Iuri Xavier Pereira. Antônio Carlos Bicalho Lana, mesmo alvejado, conseguiu fugir, vindo a ser assassinado por agentes do mesmo órgão no ano seguinte. Até hoje há dúvidas se os militantes foram mortos no local, já que seus corpos foram vistos por testemunhas na sede do DOI-Codi. Convencidos de que o dono do restaurante foi	Repressão	Estabelecimento Comercial

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			o autor da denúncia à repressão, militantes da ALN o assassinaram dias depois na entrada do estabelecimento.		
99. Rua Barão de Capanema	Rua Barão de Capanema, 1, Cerqueira César.	São Paulo	Em 1969, foi dado início à Operação Bandeirantes (Oban), centro de tortura e assassinato que serviu de modelo para a institucionalização dos Doi-Codis em todo o Brasil, em 1970. Sem estrutura oficial, a operação funcionava inicialmente por meio da doação de empresários, sendo um de seus maiores entusiastas o presidente da Ultragaz, Henning Albert Boilesen. Responsável pela articulação entre os empresários financiadores, Boilesen foi reconhecido por militares e militantes como assíduo frequentador da Oban/DOI-Codi, onde participou de sessões de tortura. Por esses motivos, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) elaboraram um plano para justiça-lo. Em 15 de abril de 1971, na Rua Barão de Capanema, o carro de Boilesen foi interceptado e alvejado por tiros de metralhadora O empresário faleceu imediatamente. Antes de deixar o local, os militantes espalharam panfletos afirmando que a execução era um alerta a outros financiadores da repressão.	Resistência	Espaço Público
100. Rua Caçapava	Rua Caçapava, Jardins.	São Paulo	Na altura do número 104 da Rua Caçapava, foi assassinado Márcio Leite de Toledo. Militante da ALN desde 1968, Márcio realizou treinamento guerrilheiro em Cuba e, de volta ao Brasil, passou a integrar a Coordenação Nacional da ALN. Entre 1969 e 1970, a organização havia perdido seus dois principais líderes Carlos Marighella, executado por equipe do Deops/SP, e Joaquim Câmara Ferreira, morto sob torturas por agentes do mesmo órgão. O quadro de perseguição e perdas constantes levou Márcio a defender a necessidade de recuar, ao menos momentaneamente, na tática da luta armada. A organização convocou seu Tribunal Revolucionário, que decidiu pela execução. Segundo a ALN, Márcio havia se distanciado da luta, se ausentou por muitos dias após o assassinato de Joaquim Câmara Ferreira, e agiu de forma displicente durante ações realizadas. No dia 23 de março de 1971, o militante compareceu a um encontro marcado e foi justiçado. Os militantes divulgaram panfletos informando que na revolução não havia recuo.	Resistência	Espaço Público
101. Rua Maria Antônia	Rua Maria Antônia, Vila Buarque.	São Paulo	Durante a ditadura a Rua Maria Antônia foi um centro de agitação política e cultural marcada pela divisão entre estudantes de perfis ideológicos diferentes. De um lado da rua estava a Universidade Mackenzie, na época um reduto ideológico conservador, tendo alguns de seus alunos como membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Do outro lado estava a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP (hoje um centro cultural) onde borbulhava o espírito contestatório marcado pela presença do movimento estudantil e de organizações e partidos de esquerda. Na manhã do dia 3 de outubro de 1968, um desentendimento entre estudantes das duas instituições resultou em um confronto de quatro horas. Paus, pedras, coquetéis molotov, bombas, ácido sulfúrico, tiros e incêndios dominaram a rua em um episódio conhecido como "Batalha da Maria Antônia". O enfrentamento entre as universidades terminou com um grande número de feridos e um morto: José Carlos Guimarães, secundarista da Escola Marina Cintra.	Resistência	Espaço Público
102. Rua Petrópolis	Rua Petropólis, 375, Sumaré.	São Paulo	Na casa 375 da Rua Petrópolis morava o Capitão do Exército dos EUA, Charles Chandler, com a mulher e três filhos. Graduado pela Academia Militar de West Point e com passagem pela Guerra do Vietnã, Chandler chegou ao Brasil em 1966 com uma bolsa da The Olmsted Foundation para estudar na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. No entanto, segundo militantes da ALN e VPR, o militar seria, na verdade, um agente secreto da CIA envolvido no ensino de técnicas de tortura aos agentes repressivos do Exército brasileiro. Por isso, foi julgado e condenado por Tribunal Revolucionário. No dia 12 de outubro de 1968, quando saía de casa, o oficial foi assassinado com 20 tiros, morrendo imediatamente. Os militantes espalharam panfletos informando os motivos daquela morte. Chandler foi promovido post-mortem ao posto de Major e enterrado no Cemitério Militar da Academia Militar de West Point. Já os militantes envolvidos na ação foram presos, torturados e levados à Justiça Militar.	Resistência	Espaço Público
103. Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de São Paulo (SATED/SP)	Av. São João, 1086, Centro, São Paulo, SP.	São Paulo	Criado em 1934, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de São Paulo (SATED/SP) envolveu-se em lutas da categoria que repercutiram sobre questões sociais mais amplas. Durante a ditadura civil-militar, a entidade se dedicou à elaboração de um projeto de lei para a regulamentação da profissão. Para contemplar a diversidade de artistas e funções da área, a proposta catalogava 128 funções. Para sua aprovação, o sindicato precisou mobilizar a categoria contra o projeto do governo, denunciando-o como um texto moralista que carregava as visões politicamente castradoras da censura. O oposto das garantias de liberdade artística que os profissionais desejavam. Vitorioso nessa luta, o sindicato conquistou em 1978 uma proposta de regulamentação mais ampla. No período democrático, continuou a assumir, em meio à defesa dos direitos dos artistas, posturas combativas em relação a temas como a discriminação racial, a homofobia, a AIDS e a preservação dos espaços culturais.	Resistência	Sindicato
104. Sindicato dos Bancários de São Paulo	Rua São Bento, 413, Centro.	São Paulo	No edifício Martinelli está instalada a sede do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Constituído em 1923 como associação, tornou-se sindicato em 1933. Nos anos 1960, já apresentava uma postura combativa e organizava campanhas que obtiveram ganhos importantes. Contudo com o golpe de 1964, a intervenção sobre os sindicatos levou à sua paralisia, o que se tornou	Resistência	Sindicato

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			regra para o sindicalismo durante a ditadura. A retomada da trajetória combativa só ocorreu com um movimento de reação nacional no final de 1970. A greve de 1978, que foi organizada pela oposição à direção do sindicato, apesar de curta e da prisão de seus líderes, marcou a retomada da entidade. O movimento se consolidou na greve de 1979, que registrou um dos mais violentos protestos de rua da história da cidade, marcando a categoria dos bancários como uma das mais combativas na reorganização do sindicalismo. A entidade também participou da redemocratização, em lutas como o movimento pela Anistia, a fundação da CUT e as Diretas-Já.		
105. Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo	Rua Rêgo Freitas, 530, Vila Buarque.	São Paulo	O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo foi criado em 1937. Participou de lutas importantes da categoria e da sociedade brasileira. Em 1961, conquistou através de greve o primeiro piso salarial profissional do país e redução de jornada. Com a repressão pós golpe de 1964, a ditadura civil-militar tentou torná-lo um aparelho da burocracia sindical, afastando por prisões ou forçando ao exílio os grupos mais atuantes. No cotidiano do ofício, jornalistas tiveram que lidar com uma agressiva censura. Mas, esta não foi a única forma de repressão que se abateu sobre a categoria, como testemunha, por exemplo, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog no DOI-Codi/SP. Desafiando a ditadura, o Sindicato organizou uma vigília em sua homenagem e participou da mobilização para o culto ecumênico que reuniu mais de 5 mil pessoas na Catedral da Sé. O culto foi um marco simbólico do longo processo de retomada da democracia, processo este no qual o Sindicato participou ativamente.	Resistência	Sindicato
106. Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André	Rua Dona Gertrudes de Lima, 202, Centro.	Santo André	Um dos sindicatos mais antigos da região teve seu desenvolvimento vinculado às importantes movimentações de trabalhadores em favor do salário mínimo, da campanha do “Petróleo é nosso”, das greves gerais da década de 1960, em apoio ao então presidente João Goulart. Com o golpe de 1964, assim como em outros sindicatos considerados combativos, sofreu uma intervenção militar, teve sua diretoria destituída e muitos operários presos. Seguiu realizando trabalhos com organização de bases a partir das fábricas, tendo destaque no apoio das greves do ABC em 1978 e 1979.	Resistência	Sindicato
107. Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SMABC)	Rua João Basso, 231, Centro.	São Bernardo do Campo	As greves ocorridas entre 1978 e 1980 colocaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no centro das transformações que ocorreram no sindicalismo e na política brasileira, sobretudo, porque não ocorriam grandes greves no país desde Osasco e Contagem em 1968. A reação dos metalúrgicos do ABC contra a ditadura civil-militar se deu especialmente a partir de 1978, sob a coordenação de Luiz Inácio Lula da Silva, que desempenhou um importante papel na luta pela recuperação da democracia no Brasil.	Resistência	Sindicato
108. Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano Sul	Travessa Comandante Salgado, 30, Fundação.	São Caetano	Assim como outros sindicatos, com o golpe de 1964, sofreu uma intervenção militar. Em 1980, os trabalhadores do ABC realizaram uma das maiores greves gerais do país até então. Foram mais de 30 dias de greve nas cidades vizinhas: São Bernardo e Santo André. Entretanto, em São Caetano, a greve dos metalúrgicos durou “apenas” 8 dias. Conforme definiu o sindicalista Frei Chico (irmão de Lula) durante a tumultuada assembleia que pôs fim à greve dos trabalhadores sulcaetanenses, “os metalúrgicos de São Caetano ainda não estavam preparados para enfrentar a guerra psicológica movida maciçamente pelos patrões”.	Resistência	Sindicato
109. Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo	Rua do Carmo, 171, Sé.	São Paulo	Entre 1954 e 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve sede na Rua do Carmo. Fundado em 1932, o sindicato possui longa história de luta, no decorrer da qual enfrentou momentos de perseguição, como o vivido durante a ditadura. Além de destituir a diretoria, o regime perseguiu operários, muitos deles presos e torturados. Circulando entre as indústrias, as famosas “listas negras” indicavam nomes de pessoas mais ativas sindicalmente, o que dificultava a busca e manutenção de empregos. Neste período, o sindicato se converteu em instrumento para atividades assistenciais e se tornou centro de colaboração com o regime e empresas. Apesar da repressão, a categoria organizou a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Articulando sua atuação em comissões de fábrica e inter-fábricas, ela disputou a direção do sindicato, atuando contra a ditadura e em defesa da categoria. Em frente à sede da Rua do Carmo foram organizadas algumas das maiores assembleias das históricas greves de 1978 e 1979.	Resistência	Sindicato
110. Sindicato dos Motoristas de São Paulo	Rua Pirapitingui, 75, Liberdade	São Paulo	Fundado em 1933, o Sindicato dos Motoristas de São Paulo está sediado nesse mesmo prédio, no bairro da Liberdade, desde 1948. Em sua história, sofreu seis intervenções de diferentes governos com o intuito de cercear a liberdade de atuação da entidade, três delas durante a ditadura civil-militar. A primeira, no contexto do golpe de 1964, embora tenha desmobilizado o sindicato, não implicou na paralisia da categoria, que seguiu por diferentes meios sua organização. Após a reconquista da entidade em 1968, uma nova intervenção em 1974 levou à prisão e à tortura de diversos ativistas. Devido a esta intervenção, foi sem o apoio do sindicato que os motoristas participaram da greve de 1979, quando precisaram contar com a solidariedade de outros movimentos e categorias para realizar suas atividades. Em decorrência desta experiência, a oposição conseguiu se rearticular e reconquistar a diretoria do sindicato, fazendo-o presente nas mobilizações populares que marcaram os últimos anos do regime militar.	Resistência	Sindicato

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
111. Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)	Praça da República, 282, República.	São Paulo	Na Praça da República está a sede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Fundada como associação em 1945, a APEOESP tem sua história alterada pelos movimentos grevistas que marcaram a derrocada da ditadura civil-militar. Inicialmente, a entidade atuava de maneira assistencial, encaminhando lutas jurídicas e apresentando perfil conciliatório, mas em 1976 isso começa a mudar a partir do surgimento de novas lideranças externas à entidade e que disputavam, com ela, os rumos da categoria. Em 1978, a primeira greve dos professores estaduais foi articulada sem a participação da APEOESP. Além da conquista salarial, a greve deu início ao processo de unificação das entidades representativas da categoria, processo consolidado durante a greve do funcionalismo estadual de 1979. Ao fim desta, novas lideranças assumiram a APEOESP e a partir daí, apesar das represálias sofridas, a entidade se caracterizou pela combatividade, tornando-se referência nas lutas políticas.	Resistência	Sindicato
112. Sindicato dos Químicos do ABC	Avenida Lino Jardim, 401, Vila Bastos	Santo André	O Sindicato dos Químicos do ABC foi criado em 08 de outubro de 1938 e, apesar da complexa reconfiguração política local, o "Sindicato dos Químicos do ABC" (Sindiquim) sempre representou os trabalhadores desta categoria em toda a região do Grande ABC – ao contrário do que ocorreu com sindicatos de outras categorias que optaram pelo desmembramento. Assim, como em outros sindicatos, o Sindiquim promoveu ações de resistência à ditadura, com participação nas greves metalúrgicas de 1979 e 1980, popularmente conhecidas como "greves do ABC".	Resistência	Sindicato
113. Sítio do Arujá	(Não localizado endereço exato)	Arujá	A Fazenda foi utilizada durante o período ditatorial como um centro clandestino de detenção e tortura de presos políticos, para obter informações e se antecipar ao Exército. Ficou conhecido como o "Sítio do Fleury em Arujá", e embora não haja comprovação de que o delegado Sérgio Paranhos Fleury tenha sido o proprietário do local, ficou comprovada a apropriação da fazenda pela equipe do mesmo por meio de depoimentos, de ex-presos, prestados à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).	Repressão	Centro Clandestino
114. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).	Rua Maranhão, 341, Higienópolis	São Paulo	Higienópolis abriga a sede nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Fundada em 1960, a TFP é uma entidade católica leiga de perfil conservador que vem participando da vida política do país, com auge no período da ditadura civil-militar. Foi uma das responsáveis pela organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, movimento que conclamou o golpe orquestrado por políticos e militares contra o então Presidente João Goulart. Durante todo o período ditatorial, a TFP apoiou o regime, que via como uma proteção contra o comunismo. A organização articulou diversas campanhas com conotação política e religiosa. Em 1966, por exemplo, coletou assinaturas contra o divórcio e, em 1968, pela expulsão da Igreja Católica dos padres considerados comunistas.	Repressão	Espaço Religioso
115. Teatro Bandeirantes	Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1411, Bela Vista	São Paulo	Em 1969, após um incêndio em seus estúdios, a TV Bandeirantes adquiriu este teatro, onde produziu, por cinco anos, sua programação. Após a reforma dos estúdios, o teatro foi usado para shows e, até 1980, para a produção dos programas musicais da emissora. O predomínio da MPB em sua programação é explicado pelo sucesso de shows como "Falso Brilhante", de Elis Regina, e o de sua reinauguração, em 1974, em que se apresentaram nomes já consagrados como: Chico Buarque, Maria Bethânia e a própria Elis. Apesar da censura, a MPB se tornou, a partir de meados de 1970, um importante flanco da indústria cultural, sem deixar de ser vista como uma resistência cultural à ditadura. Se, nos anos iniciais do regime, os artistas emplacaram canções de protesto e, nos mais abertamente violentos, cantaram as experiências de repressão e medo, na Abertura ventilaram a ansiedade por liberdade que se disseminava na sociedade. Colhendo frutos desse sucesso comercial, o Teatro Bandeirantes deu espaço a expressões de resistência à ditadura.	Resistência	Centro Cultural
116. Teatro Brasileiro de Comédia (TBC)	Rua Major Diogo, 315, Bela Vista	São Paulo	Fundado em 1948, a partir de dois grupos de teatro amador, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) foi uma das companhias responsáveis pela profissionalização do teatro paulista e nacional. O casarão na Bela Vista foi reformado por seu fundador, o empresário italiano Franco Zampari, para ter uma estrutura luxuosa e moderna para a época. Seu palco recebeu mais 144 peças até o ano de 1964, quando a companhia fecha por problemas financeiros. O TBC formou alguns dos principais nomes do teatro brasileiro, entre atores, diretores e outros profissionais, e foi berço de outras novas companhias, como o Teatro de Arena. Nos anos finais de seu funcionamento, montou peças de jovens e novos autores brasileiros, como Gianfrancesco Guarnieri e Dias Gomes, com isso contribuindo também para o desenvolvimento da dramaturgia nacional.	Resistência	Centro Cultural
117. Teatro Cacilda Becker	Praça Samuel Sabatini, 50	São Bernardo do Campo	Dissidência do Teatro Brasileiro de Comédia, o espaço é marcado, entre outros, pelo engajamento da atriz Cacilda Becker na defesa da classe artística em períodos de intensa repressão política.	Resistência	Centro Cultural
118. Teatro da Universidade Católica (TUCA)	Rua Monte Alegre, 1024, Perdizes	São Paulo	Em agosto de 1965, a Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) inaugurou seu auditório para grandes eventos. Um mês depois, o grupo Teatro dos Universitários da Católica (TUCA) subiria ao palco com Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, sua peça de estreia. O recém-criado grupo de teatro universitário surgira de mobilizações estudantis que, como era comum à época, pretendiam fortalecer o engajamento político pela arte. O grande sucesso da peça projetou o TUCA	Resistência	Centro Cultural

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			internacionalmente, mas também atraiu a atenção da repressão e da censura. O grupo se dissolve em 1970, mas deixaria seu nome como herança para o teatro que, ao longo da ditadura, se transformou em um importante palco político e cultural da cidade, abrigando importantes eventos de resistência. Entre os mais conhecidos está a realização clandestina do III Encontro Nacional de Estudantes, em 1977, que resultou na invasão violenta do campus e a prisão de 700 estudantes, gerando comoção e manifestações de repúdio na sociedade.		
119. Teatro de Arena Eugênio Kusnet	Rua Doutor Teodoro Baima, 94, República	São Paulo	Por mais de 15 anos, uma garagem adaptada foi a sede do Teatro de Arena. De importância política e teatral, o grupo é reconhecido por introduzir o palco tipo arena no Brasil e por estimular a produção dramatúrgica nacional. Formado em 1953, ganhou projeção, em 1958, com a peça Eles não usam Black-Tie, do jovem Gianfrancesco Guarnieri. O Arena expressava o desejo de encenar textos brasileiros que retratassem mais e melhor a realidade do país, enfrentando seus problemas de forma acessível às classes populares. Estas preocupações refletiam uma formação marcada pela presença de estudantes, militantes políticos, e outros sujeitos ligados aos ativos movimentos sociais da época. O Golpe de 1964 veio a atravessar seu processo produtivo. A censura assim como a perseguição política violenta que se seguiram tiveram impactos progressivos sobre o Arena. Embora não tenham conseguido fazê-los alterar o perfil político de sua produção, estão entre os principais fatores que levaram ao fim do grupo em 1972.	Resistência	Centro Cultural
120. Teatro Lira Paulistana	Rua Teodoro Sampaio, 1091, Pinheiros	São Paulo	Em 1979, na Teodoro Sampaio, foi inaugurado o Lira Paulistana. O teatro de apresentações musicais foi idealizado como alternativa a um cenário cultural considerado excludente por muitos artistas. Essa exclusão refletia a indústria cultural então promovida pela ditadura, marcada pela abertura às empresas internacionais, pela expansão do mercado consumidor e a atuação coercitiva do Estado através, sobretudo, da censura. Os artistas sentiam-se mais marginalizados em São Paulo, já que a cidade, apesar da centralidade econômica e agitada vida cultural, sofria com a concentração da indústria cultural no Rio de Janeiro. Nesse contexto, o teatro abriu espaço para que novos artistas se encontrassem com um público atraído pelos circuitos alternativos. Ao aglutinar projetos sem espaço comercial, deu lugar à produção independente na cidade. A criação de uma gravadora e uma editora, em sequência, permitiu que os artistas dominassem o processo de produção de seus trabalhos. A experiência durou até 1986.	Resistência	Centro Cultural
121. Teatro Maria Della Costa	Rua Paim, 72, Bela Vista	São Paulo	Em 1955, era inaugurado, na Rua Paim, o Teatro Maria Della Costa. Proprietária do espaço, a companhia de mesmo nome foi umas das principais responsáveis pela implementação do teatro profissional no país. Durante o período de profissionalização, entre os anos 1940 e 1960, as mulheres tiveram uma projeção excepcional na cena teatral, maior inclusive que a alcançada pela geração seguinte. Reconhecidas como “estrelas”, elas emprestariam o prestígio de seus nomes a diversas companhias teatrais. O Teatro Maria Della Costa expressa bem esse momento. A companhia da célebre atriz abriu seus palcos para a projeção de diversas atrizes e suas companhias. Ao longo de sua existência, também enfrentou problemas com a censura por garantir a montagem de peças de conteúdo político ou escritas por autores visados pelo regime. Por se embater contra a restrição da liberdade de expressão, a companhia esteve entre aquelas que foram olhadas com desconfiança pela ditadura.	Resistência	Centro Cultural
122. Teatro Oficina	Rua Jaceguai, 520, Bela Vista	São Paulo	Surgido em 1958, o Teatro Oficina formou-se em meio a um diálogo estreito com o Teatro de Arena. A partir de 1961, a companhia decide se profissionalizar, saindo em busca de uma identidade e uma concepção estética próprias. Nesse momento, aluga a antiga sede do Teatro Novos Comediantes, na Rua Jaceguai. Aqui, o grupo apresentou peças de sucesso, a maioria delas de conteúdo político. Mas, foi com O Rei da Vela, de Oswald de Andrade, em 1967, já na ditadura, que o grupo alcançou o auge. Além do sucesso de público, a peça marcou o estilo próprio a partir do qual o Oficina passa a ser reconhecido. Entre suas características marcantes: a interação estreita e provocativa com o público, o deboche, e um olhar para a cultura brasileira que buscava, não sua pureza, mas sua capacidade de reinterpretar influências. O grupo teve suas peças censuradas, sua sede invadida, e alguns de seus integrantes presos e exilados. Tal perseguição foi fator determinante para que deixasse de existir entre 1974 e 1979.	Resistência	Centro Cultural
123. Teatro Paramount	Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 411, Bela Vista	São Paulo	Em 1929, foi inaugurado o Cineteatro Paramount, o primeiro a exibir filmes sonoros na América Latina. Na década de 1960, o teatro foi vendido para a TV Record que passou a realizar ali eventos marcantes para a história da MPB, como as gravações do programa O Fino da Bossa, apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues; e o III Festival de Música Popular Brasileira, realizado em 1967, com participação de Edu Lobo, Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil. O estrondoso sucesso dos festivais produziu uma audiência fiel e fervorosamente torcedora, algo que pode ser explicado, em parte, pelas circunstâncias políticas daquele momento. Diante do ambiente restrito e sufocante promovido pela ditadura, a música proporcionava, em especial para a juventude de esquerda, momentos libertadores que estimulavam as trocas afetivas e os debates políticos. Nesse contexto, a MPB despontou como um canal de expressão das visões e sentimentos políticos dessa geração e, consequentemente, de resistência ao regime.	Resistência	Centro Cultural

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
124. Teatro Popular União e Olho Vivo (TUOV)	Rua Nílton Prado, 766, Bom Retiro	São Paulo	O TUOV tem origem, em 1966, como Teatro do XI do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da USP. A mudança de nome se dá entre 1972 e 73 com a peça Rei Momo. Ele faz referência ao teatro popular como alternativa ao teatro de temas e estéticas europeus, cuja proposta é levar os espetáculos à periferia para trata a história do Brasil pelo ponto de vista do homem comum. Em sua trajetória, o TUOV se apresenta cobrando preços baixos e atraindo o público popular. Além disso, também praticava a tática "Robin Hood", que revertia a renda da venda de ingressos para o público de classe média em apresentações gratuitas em bairros da periferia. Durante a ditadura o TUOV, por ser um grupo teatral que trabalha com mensagens de defesa dos interesses das classes oprimidas, sofreu tanto com a censura de suas peças, quanto com a prisão de integrantes. Atualmente, apesar de ter conquistado uma sede na década de 1980, segue tendo como principal circuito de apresentações os bairros da periferia.	Resistência	Centro Cultural
125. Teatro Ruth Escobar	Rua dos Ingleses, 209, Bela Vista	São Paulo	Construído pela atriz Ruth Escobar, o teatro foi inaugurado em 1963. Seu repertório reuniu montagens internacionais, ao mesmo tempo em que ajudou a projetar a dramaturgia nacional. O cunho político de muitas das peças exibidas durante a ditadura fez com que o teatro tivesse problemas com a censura, atraindo também a atenção da repressão e de grupos de extrema direita. Entre os episódios mais conhecidos está, em 1968, a censura, poucas horas antes da estreia, da Primeira Feira Paulista de Opinião, montada pelo Teatro de Arena no Ruth Escobar. A onda de revolta gerada entre os artistas paulistas levou-os a protestar publicamente contra o regime, conclamando a desobediência civil. Semanas depois, a apresentação de Roda Viva no Ruth Escobar seria invadida pelo Comando de Caça os Comunistas (CCC), que espancou o elenco e destruiu o teatro. Por manter-se na defesa da liberdade artística e de expressão, o Teatro Ruth Escobar é considerado símbolo da resistência à ditadura.	Resistência	Centro Cultural
126. Teatro São Pedro	Rua Barra Funda, 171, Barra Funda	São Paulo	Inaugurado em 1917, o Teatro São Pedro é o segundo mais antigo da cidade. Apresentou uma programação variada até 1940, quando passou a funcionar como cinema. Em 1968, foi arrendado por Fernando Torres, Beatriz e Maurício Segall, que montaram a São Pedro Produções Artísticas. Entre a locação do espaço para outras companhias e a realização de produções próprias, apresentou peças que se destacaram por articular, através de ações artísticas, uma resposta política à ditadura no período de mais forte repressão. O teatro também abrigou o chamado Núcleo 2 do Teatro de Arena que permaneceu, após a desarticulação do Arena, desenvolvendo trabalhos na periferia para um público marginalizado em relação ao teatro comercial. Por sua atuação, o São Pedro foi atingido não somente pela censura, mas pela violência contra seus integrantes: Maurício Segall foi preso e torturado por envolvimento com organizações de esquerda, em 1970; enquanto os atores Celso Fratesqui e Denise del Vecchio foram presos em cena, em 73.	Resistência	Centro Cultural
127. Theatro Municipal	Praça Ramos de Azevedo, s/n, República	São Paulo	Projetado por Ramos de Azevedo, o Teatro Municipal foi inaugurado em 1911. Sua construção integrou o projeto de redesenho do centro de São Paulo, que envolveu demolições, novas edificações e o ajardinamento do Anhangabaú. Atendendo aos anseios da elite paulistana, o edifício-monumento tornou-se símbolo político e cultural de uma nova cidade, modernizada aos moldes europeus. Um marco da utilização do Teatro nesse período foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Apenas no fim dos anos 1930, com o Departamento de Cultura chefiado por Mário de Andrade, o edifício se abre à população com óperas a preços acessíveis e flexibilização dos trajes. Mas, ao longo do tempo, o Municipal acabou por reservar à população geral apenas o seu espaço externo. Suas escadarias serviram de palco para manifestações populares diversas, de caráter artístico ou político. Uma delas foi a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, que contrapunha a visão da democracia racial defendida pela ditadura.	Resistência	Centro Cultural
128. TV Record	Rua da Várzea, 240, Barra Funda	São Paulo	Em 27 de setembro de 1953, entrou no ar a TV Record com programação voltada para músicas e esportes. Durante a ditadura, houve grande estímulo à modernização capitalista do país e um dos setores de grande crescimento foi a indústria cultural, televisiva e fonográfica, avidamente consumida pela classe média. Neste período, entre 1966 e 1969, a emissora realizou o Festival de Música Popular Brasileira, produzido por Solano Ribeiro e marcado pela participação de artistas críticos ao regime ou ligados à resistência. Produziu também entrevistas e jornais, com sua primeira transmissão em cores em 1972. Como a relação dos setores de comunicação com os militares era ambígua, a Record, em 22 agosto de 1982, televisionou e patrocinou, como parte das comemorações da Semana do Exército Brasileiro, o jogo amador “II Exército x IV Comar”. Em 1989, endividada, a emissora foi vendida ao fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo e alguns anos depois tornou-se a 2ª maior emissora do país.	Resistência	Órgão de Comunicação Social
129. Universidade de São Paulo (USP)	Praça Prof. Reinaldo Porchart, Butantã.	São Paulo	A fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, foi um marco no processo de formação da metrópole e da identidade paulista no imaginário nacional. A USP passou a representar prestígio para São Paulo, marcando seu compromisso com o progresso do país através do ensino de excelência para a formação de quadros nacionais, e da capacidade de produzir conhecimento para transformações no país. Contudo, a USP não passou incólume pela ditadura. A universidade foi envolvida	Resistência	Espaço Estudantil

Nome	Endereço	Cidade	Descrição (MRSP)	Categoria	Sub-categoria
			em um sistemático quadro de perseguição ideológica, que atingiu a produção acadêmica, bem como as atividades culturais e políticas. Operada tanto pela Assessoria de Segurança e Informação (órgão do sistema de informação) instalada na universidade, quanto pela colaboração de dirigentes, que permitiam invasões da repressão e produziam atos de perseguição, demitindo e expulsando professores, funcionários e estudantes. A comunidade acadêmica lutou para manter vivos seus movimentos sociais, que vieram a cumprir importante papel na luta pela democracia.		
130. Vale do Anhangabaú	Parque Anhangabaú, República	São Paulo	No século XIX, São Paulo se expandia muito rapidamente e a busca por modernidade espalhava diversas obras de remodelação pela cidade. No Vale do Anhangabaú, a construção do Viaduto do Chá (1892) serviu para ligar o centro antigo aos novos bairros, enquanto a construção do Teatro Municipal (1911) e do Parque Anhangabaú, juntava-se a outras obras arquitetônicas de inspiração europeia e belos jardins de pedestres que pretendiam dar ares sofisticados à região. Desde então, o Vale e o Viaduto são pontos importantes de circulação da cidade. Além de cartão postal, o Vale foi apropriado pela população, em diversos momentos de sua história, como um local de realização de comícios e manifestações políticas. Dentre os acontecimentos que o marcaram como importante Lugar de Memória durante a ditadura está a realização de um dos maiores comícios da "Campanha das Diretas Já!", no dia 16 de abril de 1984, que reuniu mais de 1,5 milhão de pessoas exigindo eleições diretas e o fim do regime ditatorial.	Resistência	Espaço Público
131. Vila Operária Maria Zélia	Rua dos Prazeres, 362, Belenzinho	São Paulo	Inaugurada em 1917, a Vila Operária Maria Zélia foi construída para os funcionários da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Em 1936, após o fechamento da fábrica, uma parte do edifício foi convertida em cárcere de presos políticos. O Presídio Maria Zélia recebia condenados por crimes contra a Segurança Nacional, entre comunistas, anarquistas, sindicalistas e intelectuais, chegando a abrigar 700 pessoas. A convivência entre militantes deu lugar a experiências únicas, como a Universidade Maria Zélia, uma proposta de educação coletiva organizada pelos próprios presos. Em 1937, após uma frustrada tentativa de fuga, alguns presos foram fuzilados no episódio conhecido como "Massacre do Maria Zélia". Em 1939, o local volta a ser fábrica, ficando também marcado na história da resistência à ditadura. Foi no estádio Maria Zélia que, em 1970, foi preso o operário Olavo Hanssen, assassinado em seguida no Deops/SP. Em 1992, a vila foi tombada, mas continua, nos dias atuais, com função residencial.	Resistência	Espaço Público